

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO  
EXÉRCITO ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **CELSO MONTENEGRO JUSTO**

**A atividade de inteligência no suporte às  
operações de paz (MINUSTAH 2010-2016)**



Rio de Janeiro  
2022

Maj Inf CELSO MONTENEGRO JUSTO

**A atividade de inteligência no suporte às operações de paz  
(MINUSTAH 2010-2016)**

Texto apresentado como Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Cel Cav Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon.

Rio de Janeiro  
2022

J96a	Justo, Celso Montenegro.  A atividade de inteligência no suporte às operações de paz (MINUSTAH 2010-2016) . / Celso Montenegro Justo. —2022. 97 f. : il. ; 30 cm  Orientação: Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022. Bibliografia: f. 82-86  <b>1. INTELIGÊNCIA. 2. OPERAÇÕES DE PAZ. 3. MINUSTAH. I.</b> Título.  CDD 355.4
------	--

## CELSO MONTENEGRO JUSTO

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE PAZ (MINUSTAH 2010-2016)

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 06 de dezembro de 2022.

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 EDUARDO XAVIER FERREIRA GLASER MIGON  
Data: 19/12/2022 12:06:43-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

EDUARDO XAVIER FERREIRA GLASER MIGON – Cel R1 – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

Documento assinado digitalmente  
 SANDRO TEIXEIRA MOITA  
Data: 21/12/2022 12:27:32-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

SANDRO TEIXEIRA MOITA – Prof Dr – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

Documento assinado digitalmente  
 SYLVIO DE SOUZA FERREIRA  
Data: 20/12/2022 06:46:08-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

SYLVIO DE SOUZA FERREIRA – Cel – Membro  
Exército Brasileiro

Documento assinado digitalmente  
 CELSO MONTENEGRO JUSTO  
Data: 17/01/2023 23:33:17-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Ciente

---

CELSO MONTENEGRO JUSTO – Maj – Postulante  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

*“Sem palco, holofotes, plateias e aplausos, diuturnamente trabalham os Profissionais de Inteligência, num esforço contínuo para melhor assessorar aqueles que irão tomar decisões.”*

(Soldado do Silêncio – 06 Out 2020)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir mais essa conquista.

A minha querida família, minha esposa Joana, meus filhos Theo e Bento, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão por todos os momentos que tive que abdicar de seu convívio. Em vocês encontro a força para seguir em frente, por vocês me dedico para me tornar uma pessoa melhor.

Aos meus pais e a meu irmão, grandes exemplos em minha vida, mesmo longe, sempre presentes em todos os momentos que mais precisei. Obrigado por tudo.

Ao meu orientador, Cel Migon, pela paciência e compreensão, sempre com orientações precisas e corrigindo os rumos desse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares por enfrentarmos esse desafio juntos, a camaradagem formada nesses dois anos foi fundamental para essa vitória. Sucesso a todos, contém sempre comigo.

**Resumo:** Esta dissertação de mestrado analisa o emprego da atividade de inteligência no suporte às operações de paz, na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A partir de 2019, as Nações Unidas publicaram um conjunto de manuais restringindo o emprego da atividade de inteligência nessas operações, o que implica na adaptação doutrinária de seus países contribuintes de tropa. O Brasil faz parte desse universo e tem aumentado expressivamente suas participações em missões de paz ao longo dos últimos anos, sendo reconhecido no concerto das Nações por seu eficiente trabalho desempenhado durante a MINUSTAH. Por estes motivos, se faz necessária uma reciclagem doutrinária na área da inteligência militar brasileira. Ademais, dentre todas as missões de manutenção de paz da ONU, a MINUSTAH foi elencada como um marco no emprego da inteligência. Dessa forma, a missão de paz no HAITI servirá como recorte geográfico desta investigação científica, tendo no período de 2010-2016 o espaço temporal de análise, para que, assim, se obtenham os processos de inteligência já consolidados pela missão. Quanto à metodologia de pesquisa, será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a nova normatização da ONU e um estudo de caso sobre a MINUSTAH, os dados obtidos serão tratados à luz do processo da análise de conteúdo. Por fim, o objetivo desta pesquisa é analisar a bibliografia da ONU para emprego da inteligência militar em operações de paz e identificar lacunas ou dessemelhanças com a doutrina do Sistema de Inteligência do Exército, propondo as melhores práticas no preparo das tropas brasileiras para a execução da atividade de inteligência de manutenção de paz.

**Palavras-chave:** Inteligência; Operações de Manutenção da Paz; MINUSTAH

**Abstract:** This master's thesis analyzes the use of intelligence activity in support of peace operations, in the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH). As of 2019, the United Nations published a set of manuals restricting the use of intelligence activity in these operations, which implies the doctrinal adaptation of its troop-contributing countries. Brazil is part of this universe and has significantly increased its participation in peace missions over the last few years, being recognized in the concert of Nations for its efficient work performed during MINUSTAH. For these reasons, a doctrinal recycling in the area of Brazilian military intelligence is necessary. Furthermore, among all UN peacekeeping missions, MINUSTAH was listed as a landmark in the use of intelligence. So, the peace mission in HAITI will serve as a geographical cut of this investigation, having in the period of 2010-2016 the time space of analysis, so that, the intelligence processes already consolidated by the mission are obtained. As for the research methodology, a bibliographic research will be carried out on the new UN standardization and a case study on MINUSTAH, the data obtained will be treated in the light of the content analysis process. Finally, the objective of this research is to analyze the UN bibliography for the use of military intelligence in peace operations and to identify gaps or dissimilarities with the doctrine of the Army Intelligence System, proposing best practices in the preparation of Brazilian troops for the execution of peacekeeping intelligence activity.

**Keywords:** Intelligence; Peacekeeping Operations; MINUSTAH

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1 PROBLEMA</b> .....	<b>12</b>
1.1.1 Atividade de Inteligência na ONU .....	12
1.1.2 A Inteligência militar brasileira em PKO.....	16
<b>1.2 OBJETIVOS</b> .....	<b>23</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	23
1.2.2 Objetivos Específicos .....	23
<b>1.3 HIPÓTESE</b> .....	<b>23</b>
<b>1.4 DELIMITAÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>1.5 CONTRIBUIÇÃO</b> .....	<b>24</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>25</b>
<b>2.1 CIÊNCIAS MILITARES</b> .....	<b>25</b>
<b>2.2 O BRASIL E SUA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ</b> .....	<b>26</b>
<b>2.3 A MINUSTAH</b> .....	<b>29</b>
2.3.1 O Joint Mission Analysis Center .....	29
2.3.2 The Brazilian Way of Peacekeeping .....	30
<b>2.4. A NORMATIZAÇÃO DA ONU E A DOCTRINA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA</b> .....	<b>32</b>
<b>2.5 O RELATÓRIO CRUZ E A AGENDA ACTION FOR PEACEKEEPING</b> .....	<b>34</b>
<b>2.6 REFERENCIAL METODOLÓGICO</b> .....	<b>39</b>
2.6.1 A pesquisa qualitativa e o estudo de caso .....	39
2.6.2 A análise de conteúdo qualitativa como ferramenta de tratamento de dados de uma pesquisa de estudo de caso .....	41
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>46</b>
<b>3.1 TIPO DE PESQUISA</b> .....	<b>46</b>
<b>3.3 A MINUSTAH COMO ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>49</b>
<b>3.4 UNIVERSO E AMOSTRA</b> .....	<b>50</b>
<b>3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS</b> .....	<b>51</b>
3.4.1 Coleta documental e bibliográfica .....	51
3.4.2 Entrevistas .....	51
<b>3.5 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>52</b>
3.5.1 Codificação e Categorização .....	53
3.5.2 Técnica de análise .....	54
<b>4. RESULTADOS EM DISCUSSÃO</b> .....	<b>56</b>
<b>4.1 A NOVA BIBLIOGRAFIA DA ONU</b> .....	<b>59</b>
<b>4.2 O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES</b> .....	<b>61</b>
4.2.1 Mentalidade e comportamento operacional.....	62
4.2.2 O Treinamento para missão.....	65
4.2.3 A Inteligência não é funcional e não gera ação de missão contra as ameaças.....	67
<b>4.3 O ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO</b> .....	<b>68</b>
4.3.1 Prontidão em missão .....	68
<b>4.4 A ANTECIPAÇÃO DE POSSÍVEIS AÇÕES HOSTIS</b> .....	<b>73</b>

4.4.1 Ameaça de emboscadas .....	74
4.4.2 Ameaça de explosivos improvisados .....	74
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONAMENTOS BASE PARA O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE B – SUGESTÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR PARA AS FRAÇÕES DE INTELIGÊNCIA .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE C – AÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA EM PKOs .....</b>	<b>95</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas Brasileiras já participaram de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares. O País prioriza a participação em operações nas nações amigas com as quais mantém laços históricos e culturais mais próximos, como nas missões realizadas em Angola, Moçambique e Timor-Leste, e, mais recentemente, no Haiti e no Líbano (BRASIL, 2020g).

Atualmente, o País participa com 258 efetivos em nove missões das Nações Unidas (dados de março de 2020): UNIFIL (Líbano); UNMISS (Sudão do Sul); MINURSO (Saara Ocidental); MINUSCA (República Centro-Africana); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNAMID (Darfur); UNFICYP (Chipre); UNISFA (Abyei); UNMHA (Iêmen).

Dentre todas as participações do Brasil em missões de paz, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi a mais importante, uma vez que o Exército Brasileiro ficou encarregado de chefiar a missão e desdobrou o maior e principal componente militar no país hóspede: O Batalhão Brasileiro de Missão de Paz-BRABAT (BRASIL, 2020g).

A participação do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), encerrada em setembro de 2017, com a participação de aproximadamente 36.500 militares, demonstrou a importância que o País atribuiu à estabilização no Haiti, ao fortalecimento do multilateralismo, à integração da América Latina e à solidariedade como princípio de ação internacional (BRASIL, 2020f, p. 105).

Todo este pano de fundo sobre as participações brasileiras em Operações de Manutenção da Paz (PKO – sigla em inglês) coloca em evidência o BRABAT como um dos principais atores do Brasil para o tema em tela. Logo, esta pesquisa científica teve por bem elencar a MINUSTAH como seu estudo de caso, para que se possa analisar a arquitetura de inteligência da qual o BRABAT fez parte.

A manutenção da paz evoluiu ao longo das décadas em resposta à natureza mutável dos conflitos. Os ambientes operacionais atuais são mais complexos, perigosos e agitados. O espectro de ameaças tradicionais, não tradicionais e assimétricas representam uma ameaça mais séria para a segurança e proteção dos mantenedores da paz (UNITED NATIONS, 2019b, p. 6, tradução nossa).

Ainda segundo a ONU (2019b, p. 7, tradução nossa), no caráter mutante das operações de paz existe a tendência de que o capacete azul e a bandeira da ONU por si só não se configuram mais em garantia de proteção contra forças hostis, instando o componente internacional a utilizar cada vez mais a inteligência nas operações de manutenção de paz pelo seu potencial de salvar vidas.

Neste cenário de evolução das missões de paz sobre a égide da ONU, essa pesquisa se propôs a realizar um estudo de caso sobre a MINUSTAH, à luz da doutrina nacional preconizada pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (SIEx) em comparação com a bibliografia da ONU sobre o treinamento de inteligência militar, e agregar possíveis ensinamentos obtidos do estudo da MINUSTAH, do *The Brazilian Way of Peacekeeping* (BWPK) e do *Human Terrain*, a fim de propor atualizações na doutrina nacional para o emprego da inteligência militar em Operações de paz.

## 1.1 PROBLEMA

### 1.1.1 Atividade de Inteligência na ONU

As Nações Unidas se tornaram um jogador, embora relutante, no tabuleiro da inteligência mundial. (WALTER DORN, 2010, p. 275)

Conforme Dorn (2010, p. 276) aponta, historicamente a ONU possui uma deficiência no campo da inteligência, seja pela falta de meios (pessoal e tecnologia) ou por receios históricos que a impedem de exercer a atividade em sua plenitude. Ao se avaliar a evolução da atividade de inteligência em PKO verifica-se que inicialmente esta atividade estava restrita a observação realizada pelos capacetes azuis durante os patrulhamentos e atividades ostensivas, atuando com limitações apenas no ramo da Inteligência de Fontes Humanas (HUMINT).

Nas PKO iniciais, do período pós Guerra Fria, “o uso do termo inteligência foi praticamente banido pela ONU” (RIETJENS; DORN, 2017, p. 199), isso se deve ao receio por parte das Nações Unidas de que o exercício da atividade de inteligência pudesse ser confundido com a violação da autonomia de seus países anfitriões, perdendo sua credibilidade como elemento imparcial nos conflitos. Além disso, existia a preocupação de enfrentar possíveis acusações por conduzir “práticas de inteligência encobertas ou enganosas para coletar informações” (WALTER DORN, 2010, p. 277). Essa hesitação por parte da ONU, é uma das principais explicações para o atraso da evolução da atividade de inteligência em PKO, tanto por parte de seus meios, como em sua doutrina.

Como reflexo, atualmente a ONU é muito menos estruturada e equipada em termos de inteligência do que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (RIETJENS; DORN, 2017, p. 199). Essa ausência de recursos no campo da inteligência causa impactos em todos os níveis do processo decisório das Nações Unidas, do estratégico ao tático.

Como exemplo desses impactos no nível estratégico, pode-se citar Rietjens e Dorn (2017) que observaram falhas na difusão dos conhecimentos de inteligência, como a ausência

do recebimento de relatórios das missões em curso, por parte do Representante Especial do Secretário Geral da ONU (SRSG), durante a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), ou mesmo quando os relatórios eram enviados existia uma fricção entre as unidades do quartel general da MINUSMA na disputa pelo acesso ao SRSG.

Na análise histórica do nível operacional da inteligência em PKO, salta aos olhos a falta de integração dentro das próprias missões de paz. Os componentes civil, policial, militar não trabalham em sinergia, coordenando o esforço de busca de dados, e também são deficientes na difusão de informações. Integrar a atividade de inteligência dentro dos próprios componentes da missão não é uma tarefa fácil, as características de emprego de cada componente dificultam o referido processo. Também, a grande rotação de pessoal dentro da missão dificulta a construção de laços de confiança entre seus integrantes, o que é vital para o compartilhamento de informações.

Apenas a partir de 2006, as PKO deram um passo rumo à integração da atividade inteligência entre os componentes civil, policial e militar. A criação do JMAC<sup>1</sup> materializou a hierarquia da orientação do processo de busca dentro da MINUSTAH e também a obrigação funcional no compartilhamento de informações. Quanto a integração com as agências, não foram identificados movimentos institucionais por parte da ONU para aproveitar suas colaborações no processo de construção do conhecimento, o que seria uma grande oportunidade de melhoria para o nível operacional, conforme Rietjens e Dorn (2017, p. 199) as agências são uma importante fonte de dados:

[...] elas (agências) estão em campo muito antes da chegada da missão de paz e permanecerão por muito tempo depois que a missão partir. Elas construíram relacionamentos de longo prazo com as populações locais que atendem e podem se beneficiar obtendo informações e consciência situacional (RIETJENS; DORN, 2017, p. 199).

No nível tático, as maiores críticas são quanto a capacidade de buscar e analisar dados de inteligência e, ainda, a disparidade de meios entre os países componentes. Na MINUSMA, por exemplo, Rietjens e Dorn (2017, p. 205) relatam que os Batalhões tinham grande dificuldade em “fornecer uma inteligência atual, relacionada a segurança”, pois, apesar de muitas vezes possuírem uma riqueza de informações (dados), faltava capacidade de análise para produzir um conhecimento útil às operações; os oficiais eram inexperientes e a rotação dos efetivos prejudicava a continuidade dos trabalhos.

---

<sup>1</sup> JMAC: Centro de análise conjunto da MINUSTAH (tradução nossa), integrado por vários analistas de inteligência do componente civil, policial e militar da missão da ONU.

(...) os ramos de inteligência careciam de oficiais experientes, quase não tinham capacidade de análise e não dispunham de equipamentos técnicos adequados, como computadores. Sem meios suficientes de armazenamento e arquivamento, cada nova rotação (normalmente a cada 6-8 meses) tinha que começar sua coleta de informações quase do zero (RIETJENS; DORN, 2017, p. 205).

Face à evolução dos conflitos e os novos desafios encontrados nas missões de paz, principalmente à assimetria das novas ameaças, a ONU teve que se adaptar quanto ao emprego da inteligência. As Nações Unidas perceberam que as novas tecnologias se mostraram eficientes na busca por dados e melhoraram a compreensão do campo de batalha. Desta maneira, a inteligência em PKO, que antes era basicamente voltada para HUMINT<sup>2</sup>, agregou e potencializou outras capacidades de busca de dados à sua arquitetura de operações, com a inclusão da inteligência de imagens (IMINT<sup>3</sup>), de sinais (SIGINT<sup>4</sup>), de fontes abertas (OSINT<sup>5</sup>), dentre outras.

Além do emprego de modernas tecnologias e novas capacidades, a ONU criou novas estruturas para tentar dar mais sinergia aos componentes da missão. Como já citado, a criação do JMAC foi o primeiro passo nesse processo.

Conforme Dorn (2009, p. 806), em 2006, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) adotou a política de que um JMAC deveria ser estabelecido em todas as Missões de Operações de Paz (PKO) para conduzir a coleta de informações de todas as fontes, usando todos os componentes da missão: militar, policial e civil. Esta célula funcionou como o “coração” do sistema de inteligência em PKO, foi nela que os principais produtos de inteligência foram gerados e também que as ações de busca e/ou coleta de dados tomaram forma, recebendo e tratando dados para depois divulgá-los como produtos de interesse para vários integrantes da missão e, principalmente, orientado as operações militares.

A MINUSTAH foi a pioneira das operações da ONU a utilizar o modo operações lideradas por inteligência, tal abordagem permitiu que a missão ganhasse ascendência sobre gangues que controlavam grandes bairros de várias cidades haitianas, especialmente a capital, Porto Príncipe. O JMAC também quebrou alguns paradigmas da ONU com relação ao uso de

---

<sup>2</sup> HUMINT - coleta ou busca de informações obtidas por meio de seres humanos, é a mais tradicional forma de se obter informações na inteligência.

<sup>3</sup> IMINT - inteligência obtida através da obtenção de imagens, como por meio de satélites e aeronaves.

<sup>4</sup> SIGINT - atividade da coleta de informações ou inteligência através da interceptação de sinais de comunicação entre pessoas ou máquinas.

<sup>5</sup> OSINT - inteligência obtida por meio de coleta em fontes abertas

técnicas sigilosas para coleta de dados, apesar da oposição inicial dentro da missão, o JMAC fez uso extensivo de informantes locais para determinar os locais e atividades das gangues, impactando decisivamente no sucesso das operações militares.

“As operações lideradas pela inteligência ajudaram as Nações Unidas a tomar a iniciativa, a controlar o “campo de batalha” e a minimizar os riscos para o seu próprio pessoal e espectadores inocentes. Com uma abordagem liderada pela inteligência, a missão teve sucesso em superar o domínio das gangues em distritos inteiros do Haiti” (DORN, 2009, p. 807 - tradução nossa).

Sem dúvidas a implantação do JMAC foi um grande avanço na arquitetura de inteligência em PKO, porém seu emprego ainda carece de aperfeiçoamento. Abilova e Novolesoff (2016) tecem uma severa crítica quanto ao nível do treinamento de inteligência dos integrantes do JMAC, apontando uma grande diferença no nível de adestramento entre os países contribuintes, até mesmo o desdobramento de pessoal sem treinamento em inteligência. De forma semelhante, Fagerland (2017) apresenta um cenário de falta de adestramento no JMAC, sendo enfático que os militares devem ser analistas de inteligência treinados e os civis devem ter experiência em análise de informações.

Em contraste ao sucesso atribuído ao JMAC durante a MINUSTAH, na MINUSMA está célula de inteligência não foi suficientemente eficaz para atender as necessidades de inteligência do nível tático. A falta de adestramento dos integrantes do JMAC, principalmente em inteligência militar, continuou a prejudicar a velocidade de análise das informações, as operações militares necessitavam de uma inteligência acionável, rápida e suficiente para acompanhar as evoluções do cenário complexo e perigoso das operações no Mali.

Em 2013, com o fito de atender as necessidades do componente militar na MINUSMA, foi criada a Unidade de Fusão de Informação de todas as Fontes (ASIFU – sigla em inglês), que ficou diretamente subordinada ao Force Commander.

A MINUSMA mostrou a maior expansão de inteligência de qualquer missão de paz no século XXI. Possui capacidades de inteligência significativas e inovadoras, ilustrando a tentativa da ONU de obter maior inteligência, caminhando na direção de uma inteligência abrangente (...) sua inovação chave foi a Unidade de Fusão de Informação de Todas as Fontes (ASIFU) (RIETJENS; DORN, 2017, p. 200).

Conforme Rietjens e Dorn (2017, p. 199), as tradicionais seções de inteligência dos diversos escalões do componente militar<sup>6</sup> (S2, G2 e U2) não foram eficientes na tarefa de prover ao Force Commander inteligência oportuna para prover a segurança das tropas e o JMAC estava

---

<sup>6</sup> Células de inteligência militar na MINUSMA: S2 – Batalhões; G2 - Quartéis Gerais Setoriais; e U2 – Componente Militar

mais voltado em produzir análises integradas da conjuntura de longo prazo. Ainda o JMAC estava com falta de pessoal a nível regional. “Para piorar a situação, uma proporção significativa do pessoal civil e militar local era analfabeto”.

A principal missão da ASIFU era fornecer capacidade de inteligência e ‘contribuir especialmente para análises de inteligência tradicionalmente não militares, como tráfico ilegal e comércio de narcóticos; dinâmicas étnicas e tensões tribais; corrupção e má governação no Mali e na área de interesse da Fazendo isso, o papel da ASIFU é...melhorar o processamento e a produção de amplas informações e inteligência da MINUSMA para ter informações acessíveis e utilizáveis em tempo hábil (RIETJENS; DORN, 2017, p. 202).

A ASIFU é descrita por Rietjens e Dorn (2017, p. 199) como uma mega estrutura de inteligência, nunca antes utilizada em missões da ONU, seus quadros de Estado-Maior chegaram a mais de 70 analistas de inteligência, divididos: na célula de análise (AFC), célula de Coordenação de Coleta e Gerenciamento dos Requisitos de Inteligência (CCIRM) e vários oficiais de ligação. Além disso, a ASIFU possuía duas Companhias de Inteligência, Reconhecimento e Vigilância (ISR), com efetivos próximos de 70 militares profissionais, treinados em técnicas de inteligência militar e com equipamento de alta tecnologia.

Nas ações de inteligência integradas entre a ASIFU e as células dos Batalhões, dos diversos países contribuintes de tropas da MINUSMA, foram feitas críticas sobre o nível de treinamento em inteligência militar e meios dos Batalhões e a sua capacidade de análise e gerenciamento de dados. Rietjens e Dorn (2017, p. 217) indicam que os “U2 das unidades de inteligência do batalhões tinham sistemas de compartilhamento de dados muito rudimentares, principalmente baseados em planilhas do Excel e arquivos Word/pdf e dependiam de buscas por palavras-chave de milhares de arquivo.”

Por fim, pode-se inferir que houve uma rápida transformação da inteligência em PKO a partir da MINUSTAH, com novas capacidades e novas células na arquitetura de inteligência das missões. Tendo em vista a real possibilidade de uma nova participação brasileira em PKO, resta uma análise se o Brasil está preparado em pessoal e material para integrar as novas células de análise em PKO e empregar em sua plenitude as novas capacidades de inteligência requeridas pela ONU, face o risco de ser alvo de críticas quanto ao adestramento e equipamento de seu pessoal, à semelhança do ocorrido com os integrantes da MINUSMA.

### **1.1.2 A Inteligência militar brasileira em PKO**

Brasil (2014) delimita os conhecimentos que a atividade de inteligência é responsável por prover em uma Operação de Paz. Esses conhecimentos podem ser escalonados no tempo,

direcionando sua necessidade para antes de iniciar a missão ou para o desenrolar das operações.

O quadro 1, a seguir, sintetiza esses conhecimentos:

TEMPO	CONHECIMENTOS
Antes do desencadear da missão	O preparo do contingente <sup>7</sup> armado, inicialmente em território nacional, e a manutenção dos padrões na área da missão
	O desdobramento da Força de Paz na área da missão, de forma adequada, oportuna e segura
Durante a missão	O planejamento das ações da Força de Paz
	O acompanhamento do cumprimento da missão da Força de Paz
	A antecipação de possíveis ações hostis contra a Força de Paz, contra outras entidades integrantes da missão de paz, contra instalações e patrimônio do organismo internacional e contra a população civil da área da missão

Quadro 1: Conhecimentos necessários em uma Operação de Paz

Fonte : Brasil, 2014 , p. 40

Este projeto de pesquisa irá analisar as necessidades de inteligência no desenrolar das Operações de Paz, com foco na obtenção da consciência situacional<sup>8</sup> do Comandante do BRABAT no desenrolar das PKO. Cabe destacar que não será objetivo desta pesquisa analisar o processo de produção do conhecimento de inteligência, visto que é um tema já debatido em várias pesquisas e que possui vasta literatura dentro do próprio SIEx.

Conforme Brasil (2019b), os conhecimentos de inteligência serão materializados pelos produtos da análise de inteligência, esta análise irá se valer de uma metodologia específica na busca e/ou coleta de dados<sup>9</sup>. A busca é a obtenção de dados que requerem o emprego de técnica(s) operacional(is). A análise de técnicas operacionais de inteligência é um assunto reservado que implicaria na classificação desta pesquisa, e, por isso, também não será objeto de estudo. Já a coleta é a obtenção de conhecimento e/ou dado disponível. Por disponível, entende-se o fato de o conhecimento e/ou dado ser de livre acesso a quem procura obtê-lo.

Esse pequeno preâmbulo sobre a obtenção de dados de inteligência inicia a problemática de pesquisa desta dissertação. A atividade de inteligência nas missões de paz da ONU sempre foi considerada um tema bastante sensível, haja vista que o vínculo que se estabelece entre a

<sup>7</sup> Contingente Militar – É todo o efetivo de um país que irá ser desdobrado na missão de paz, sendo trocado em rodízios periódicos. Na MINUSTAH, o contingente brasileiro fazia rodízio semestral.

<sup>8</sup> “Consciência Situacional – garante a decisão adequada e oportuna em qualquer situação de emprego, permitindo que os comandantes possam se antecipar aos oponentes e decidir pelo emprego de meios na medida certa, no momento e local decisivos, proporcionalmente à ameaça”(BRASIL, 2015b).

<sup>9</sup> “Dado – toda e qualquer representação de fato ou situação por meio de documento, fotografia, gravação, relato, sensores eletrônicos de vigilância, carta topográfica ou digital e outros meios, não submetida à metodologia para a produção do conhecimento”(BRASIL, 2015b).

atividade e a clandestinidade vai de encontro aos princípios de neutralidade e imparcialidade da Organização (PEREIRA, 2014). Por esse motivo, as atividades de busca de inteligência em PKO nunca foram vistas com bons olhos pela ONU, ao passo que a classificação destas informações também não permite a ampla divulgação de pesquisas científicas sobre o tema, o que impacta diretamente no aprimoramento da doutrina de inteligência brasileira para as PKO.

Aliado à pouca divulgação das pesquisas sobre o tema, ocorre uma recente evolução na arquitetura de inteligência na ONU, o que fortalece a necessidade de se revisitar a doutrina brasileira de inteligência e verificar se o Brasil está em condições de integrar com tropas ou mesmo analistas as novas células de inteligência da ONU.

Abdenur (2017) assinala que mesmo com a expansão das pesquisas acadêmicas sobre o Brasil nas operações de paz, restam diversas lacunas na literatura.

“De maneira geral, grande parte dos estudos acadêmicos acerca da participação brasileira em operações de paz são mais descritivos que analíticos, faltando com frequência questões de pesquisa norteadoras [...] raramente os artigos, teses e livros sobre o tema tentam avaliar robustamente a atuação brasileira na MINUSTAH ou em operações de paz em geral” (ABDENUR, 2017, p. 107).

Pesquisas científicas sobre as operações de paz, como Bonavita (2016), Cepik e Kuele (2016) já encontraram falhas no emprego da inteligência. Bonavita (2016) indica que “[...] nos níveis operacionais e táticos, quanto às questões legais, embates entre os aspectos da atividade e as normas das operações de paz dificultam o desenvolvimento de uma inteligência estruturada”.

“O ciclo da atividade de inteligência em operações de paz padece com diferentes fragilidades. Sua fase de coleta têm seus recursos e métodos limitados tanto pelo mandato da missão, que limita a atuação das forças, quanto pelas próprias características da organização (como transparência e neutralidade, por exemplo). Recursos e métodos passivos e invisíveis tornam-se mais atrativos por se adequarem ao perfil da instituição, embora nem sempre sustentem um ambiente de múltiplas ameaças. Dentre os recursos passivos encontram-se os abertos; isto é, aqueles que não demandam sigilo” (ERIKSSON, 2003, apud BONAVIDA, 2016, p. 305).

Bonavita (2016) observou também que a HUMINT<sup>10</sup> foi o mais importante e o mais adverso método da atividade de inteligência nas missões de paz e, na própria MINUSTAH. “No entanto, sua falta de institucionalização dificultou e ainda dificulta seu desenvolvimento, prejudicando inclusive a cooperação entre os que dela participam” (BONAVIDA, 2016, p. 74).

Pereira (2016), em sua pesquisa sobre as implicações para o emprego da inteligência militar terrestre nas operações de paz, concluiu sobre possíveis ações para o incremento da

---

<sup>10</sup> *Human Peacekeeping-Intelligence* (HUMINT): inteligência humana de manutenção de paz (UNITED NATIONS, 2019b, glossário, tradução nossa).

inteligência militar terrestre em operações de paz. Essas ações não foram validadas, mas podem direcionar esta pesquisa na medida em que podem servir de base para um estudo mais aprofundado. Ao relacionar as ações propostas por Pereira com o quadro de conhecimentos necessários para uma PKO (Quadro 1), chegamos ao Quadro 2:

Conhecimentos de Inteligência necessários durante o desenrolar das PKO	Ações para o incremento da inteligência militar em PKO
O planejamento das ações da Força de Paz	Obtenção de informações afetas a outras expressões do poder que não somente a militar
	Existência de um integrador de fontes na Central de Intlg
	Seção de Inteligência dotada de uma estrutura de trabalho flexível, de característica modular, ajustável às necessidades do comandante
O acompanhamento do cumprimento da missão da Força de Paz	População como principal fonte de dados
	Estudo de Situação de Intlg com enfoque no apoio da população entendimento da cultura nativa
A antecipação de possíveis ações hostis contra a Força de Paz, contra outras entidades integrantes da missão de paz, contra instalações e patrimônio do organismo internacional e contra a população civil da área da missão	Diversidade nas fontes e nas técnicas de obtenção de dados.
	Ações de busca/coleta descentralizadas
	Rede de colaboradores abrangente nos diversos órgãos e atores participantes

Quadro 2: Ações para o incremento dos produtos de inteligência nas PKO

Fonte : Pereira, 2016

O Quadro 2 configura uma nova síntese sobre as oportunidades de melhoria para a atividade de inteligência militar em PKO, já escalonadas dentro dos conhecimentos necessários, é possível observar que algumas ações citadas no referido quadro podem ser relacionadas com mais de um conhecimento necessário, porém foram associadas de acordo com a maior pertinência.

Na construção do problema de pesquisa, o Quadro 2 serviu para elucidar algumas ações que têm potencial para otimizar a doutrina de inteligência e, portanto, podem ser objeto deste estudo.

Não obstante aos problemas já identificados em pesquisas acadêmicas sobre o tema, a partir de 2019 a ONU publicou uma série de manuais que diminuiram a incipiência de normas para o emprego da atividade de inteligência em operações de paz. Se por um lado tal fato é positivo, pois passa-se a ter uma legislação que norteia o emprego da atividade, por outro lado se fazem necessárias adaptações nas doutrinas dos países contribuintes de tropas da ONU, como o Brasil.

A partir de então, as limitações nos recursos e métodos de coleta de dados de inteligência, como as apontadas por Bonavita, deixaram de ser uma mera interpretação do mandato da ONU, ainda no plano difuso, e passaram a ser ordens proibitivas explícitas, publicadas em manuais específicos, o que demanda a fiel obediência de seus países contribuintes de tropa.

Durante a MINUSTAH, as células de inteligência empregaram métodos que hoje são vedados pela nova normatização, deixando um maior aprofundamento deste tema para a segunda seção deste estudo, inicialmente podemos citar o pagamento de informantes locais.

Apesar da oposição inicial dentro da missão, o JMAC<sup>11</sup> fez uso extensivo de informantes locais - "ativos" na linguagem da inteligência nacional - para determinar os locais e atividades dos líderes de gangue que governavam implacavelmente seus feudos em Porto Príncipe (DORN, 2009, p. 807 - tradução nossa).

O uso de informantes foi uma prática largamente utilizada pela MINUSTAH, tanto pelo JMAC como pelo BRABAT e é uma das ações elencadas no Quadro 2 para diversificar a forma e as fontes de obtenção de dados. Com isso, fica evidente que antes de se analisar as possíveis ações que trariam melhoramentos à atividade de inteligência em PKO, cabe se fazer um estudo sobre a nova normatização da MINUSTAH e, à luz desta, prosseguir na pesquisa.

Ademais, com o surgimento de novas células de inteligência como o JMAC e a ASIFU na arquitetura da ONU, fica patente que se abrem novas oportunidades para a participação de tropas brasileiras fora as tradicionais participações nas células de G2 e U2. Nesse cenário, um estudo de caso sobre a ASIFU seria de difícil execução, pois não houve participações brasileiras na referida célula. No entanto, a participação brasileira na MINUSTAH foi ampla e seus ensinamentos devem ser aproveitados para a evolução da doutrina nacional de inteligência, no tocante às operações de paz.

Do exposto, já se reúnem condições para formular a questão problema desta dissertação, a saber:

- À luz da recente normatização das operações de paz sob a égide da ONU, como o estudo da MINUSTAH pode contribuir para a evolução da doutrina brasileira de inteligência militar em operações de paz?

De volta a análise do Quadro 2, pode-se observar a necessidade de conhecimentos de inteligência para o planejamento das operações em missões de paz. Ao tomar a MINUSTAH novamente por base, verifica-se que o JMAC funcionou como o “coração” do sistema de

---

<sup>11</sup> JMAC: Centro de análise conjunto da MINUSTAH (tradução nossa), integrado por vários analistas de inteligência do componente civil, policial e militar da missão da ONU.

inteligência militar em PKO no nível operacional, pois reunia elementos de todos os componentes da MINUSTAH. No entanto, mesmo que a dissertação tenha seu foco no nível tático, na atuação apenas do componente militar, se faz necessário analisar a interação da célula de inteligência do BRABAT (G2) com o JMAC e avaliar possíveis oportunidades de melhoria no planejamento das ações.

“Além disso, poucas pesquisas se debruçam sobre a inteligência na participação brasileira nas operações de paz, por exemplo o papel dos brasileiros no *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC) e sua relação com outros componentes da missão” (BONAVITA, 2016; CEPIK e KUELE, 2016; apud ABDENUR, 2017, p. 107).

Ainda na análise do JMAC, Abilova e Novolesoff (2016) e Fagerland (2017) já identificaram uma deficiência em termos de treinamento de seus integrantes quanto à inteligência militar na MINUSTAH, o que pode ter relação com a participação brasileira. Portanto, quanto ao JMAC, identifica-se uma deficiência no preparo de seus integrantes, o que se soma à falta de pesquisas sobre a participação brasileira nesta área da inteligência em operações de paz.

Ademais, a missão principal do componente militar da MINUSTAH era manter o ambiente seguro e estável. Com isso, uma das melhores formas de acompanhar o cumprimento dessa missão é na aproximação com a população local. É evidente que para se aproximar de uma população se faz necessário entender o mínimo de sua cultura, e quanto melhor esse conhecimento maiores serão as chances de prever as reações da população local às ações militares em missões de paz.

Abdenur e Call (2017) identificaram uma maior aproximação das tropas brasileiras com a população haitiana na MINUSTAH. Nesse aspecto, o componente militar brasileiro se destacou pelo modo de atuar nas PKO, além das operações militares, as tropas davam grande ênfase às considerações civis em sua zona de ação, o que ficou conhecido no concerto das nações pelo termo *The Brazilian Way of Peacekeeping* (BWPK – sigla em inglês). De forma sucinta, deixando sua análise para a segunda seção deste projeto, o BWPK é considerado como uma mescla entre o emprego da força no combate às ameaças e ações de atenção à expressão psicossocial da população local.

Neste cenário, é lícito inferir que as tropas brasileiras tiveram sucesso em se aproximar com a população local, essa expertise deve ser analisada para direcionar a obtenção/produção de conhecimentos de inteligência necessários ao acompanhamento do cumprimento da missão.

O último conhecimento de inteligência previsto no Quadro 2 é a antecipação de possíveis ações hostis. Esse conhecimento está atrelado na inteligência militar ao ramo da

Contraineligência<sup>12</sup> (C Intlg), que irá identificar possíveis ameaças<sup>13</sup> e tomar medidas para neutralizar suas capacidades e/ou intenção de realizar uma ação hostil contra integrantes e patrimônio das PKO e população civil.

Com isso, percebe-se que o BWPK também pode ser analisado para verificar como as ações propostas para o incremento da inteligência em PKO podem colaborar com o ramo da C Intlg, visto que o emprego da força militar pode servir para neutralizar as capacidades e até a intenção da ameaça de realizar uma ação hostil. Ao passo que as ações junto a expressão psicossocial da população local podem ter a mesma resultante, com um dano colateral nulo ou menor que o emprego da força.

Por fim, forma-se um quadro síntese que irá nortear a solução do problema deste projeto de pesquisa, a saber:

Conhecimentos de Inteligência necessários durante o desenrolar das PKO	Ações para o incremento da inteligência militar em PKO	Objeto de análise dentro da MINUSTAH
Planejamento das ações	Obtenção de informações afetas a outras expressões do poder que não somente a militar	JMAC
	Existência de um integrador de fontes na Central de Intlg	
	Seção de Inteligência dotada de uma estrutura de trabalho flexível, de característica modular, ajustável às necessidades do comandante	
Acompanhamento do cumprimento da missão	População como principal fonte de dados	The Brazilian Way of Peacekeeping
	Estudo de Situação de Intlg com enfoque no apoio da população e no entendimento da cultura nativa	
Antecipação de possíveis ações hostis	Diversidade nas fontes e nas técnicas de obtenção de dados.	
	Ações de busca/coleta descentralizadas	
	Rede de colaboradores abrangente nos diversos órgãos e atores participantes	

Quadro 3: Ações para o incremento dos produtos de inteligência nas PKO e objetos de análise

Fonte : O autor

<sup>12</sup> “A **Contraineligência** (C Intlg) é o ramo voltado para a **prevenção, detecção, obstrução e neutralização** da atuação da Inteligência adversa e das ações de qualquer natureza que possam se constituir em **ameaças** à salvaguarda de dados, informações, conhecimentos e seus suportes, tais como documentos, áreas, instalações, pessoal, materiais e meios de tecnologia da informação”(BRASIL, 2015a, p. 5-2, grifo nosso).

<sup>13</sup> “**Ameaça** – qualquer conjunção de **atores**, entidades ou forças **com intenção e capacidade de realizar ação hostil** contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de por intermédio da exploração de deficiências, causar danos ou comprometer a sociedade nacional (a população e seus valores materiais e culturais) e seu patrimônio (território, instalações, áreas sob jurisdição nacional e o conjunto das informações de seu interesse). Também pode ocorrer sob a forma de eventos não intencionais (naturais ou provocados pelo ser humano)” (BRASIL, 2015b, grifo nosso).

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da dissertação é analisar a bibliografia da ONU para emprego da inteligência militar em operações de paz e identificar lacunas ou dessemelhanças com a doutrina do SIEx e, após um estudo de caso sobre a MINUSTAH, propor adaptações no preparo e emprego dos integrantes de células de inteligência militar em futuras operações de paz.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os Objetivos específicos serão:

a) Comparar a bibliografia da ONU sobre inteligência militar com a doutrina do SIEx, concluindo sobre seus pontos de fricção;

b) Realizar um estudo de caso sobre a MINUSTAH, com foco na análise do JMAC e no *The Brazilian Way of Peacekeeping*.

c) Propor adaptações no preparo e emprego dos integrantes de células de inteligência militar, em futuras operações de paz.

## 1.3 HIPÓTESE

$H_0$ : O estudo do JMAC e do BWPK não contribui para a evolução no preparo e emprego da inteligência em operações de paz.

$H_1$ : O estudo do JMAC e do BWPK contribui para a evolução no preparo e emprego da inteligência em operações de paz.

## 1.4 DELIMITAÇÃO

Quando o Brasil assumiu a liderança do componente militar da MINUSTAH, em 2004, a mudança representou um avanço significativo em seus compromissos com a manutenção da paz da ONU. Esse envolvimento se tornou ainda mais complexo depois que o terremoto de 2010 criou uma crise humanitária sobreposta em um ambiente já altamente instável (ABDENUR; CALL, 2017).

Por ser a mais recente participação brasileira de vulto nas operações de paz da ONU, a MINUSTAH será o ambiente de operações de paz escolhido para este estudo de caso.

Ademais, podemos considerar a existência de praticamente duas missões de paz, durante o transcorrer da MINUSTAH. Desde seu início até o terremoto, a missão teve como objeto a manutenção do ambiente seguro e estável, com o emprego de tropas da ONU na missão principal de controle da violência. Após o terremoto de 2010, a missão adquiriu mais uma temática: a ajuda humanitária.

Assim, será analisado o recorte temporal de 6 anos, entre 2010 e 2016, abrangendo todas as vertentes da missão: o combate às gangues e a ajuda humanitária. Esse curto recorte no tempo visa garantir o melhor aprofundamento no estudo de caso e na análise dos produtos de inteligência, conduzidos após a adaptação da nova fase da missão, de acordo com a doutrina atual e, assim, resultem em análises e conclusões mais aplicáveis.

## 1.5 CONTRIBUIÇÃO

Como pesquisa científica, o tema do presente estudo está inserido nos assuntos de interesse da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Exército Brasileiro (EB), na linha de pesquisa dos Estudos da Paz e da Guerra (EPG), com aderência ao assunto prioritário do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares- *Stricto Sensu* (PPGCM): “Missões de Paz e Ajuda Humanitária”, com possibilidade de elucidar várias lacunas na doutrina de operações de paz, o que evidencia a importância do assunto para o EB.

Ademais, esta pesquisa servirá como uma análise concreta dos desafios e sucessos da atividade de inteligência em operações de manutenção de paz, melhorando a consciência situacional de seus comandantes e o preparo para futuras participações brasileiras em PKO.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CIÊNCIAS MILITARES

A atividade de inteligência militar pode ter suas origens associadas ao emprego de espões por volta do ano 500 A.C. Os relatos de Sun Tzu, em sua obra: A Arte da Guerra, já apontam ensinamentos para essa atividade.

Se conheceres o inimigo e a ti mesmo, não temas o resultado de cem batalhas. Se conheceres a ti mesmo, mas não o inimigo, para cada vitória, também sofrerás uma derrota. Se não conheceres a ti mesmo nem o inimigo, sucumbirás a todas as batalhas (TZU, 2015, p. 58).

A Arte da Guerra de Tzu (2015, p. 83) já exaltava o “Capitão” que conseguia mudar suas táticas de combate frente aos diferentes inimigos, nada mais do que o emprego básico da estratégia militar. Sua obra apresentou o direcionamento do pensamento militar para um conceito que se consolidaria em Clausewitz, o da “névoa da guerra”.

Se sabemos que o inimigo está descoberto ao ataque e também sabemos que nossos homens estão em condições de atacar, mas não sabemos que a natureza do terreno torna o combate impraticável, ainda teremos percorrido apenas metade do caminho até a vitória (TZU, 2015, p. 123).

Tzu (2015, p. 151) dedicou um capítulo de sua obra ao uso de espões, dado o valor que a inteligência em combate já representava para o grande pensador. Afirmava que a coleta de informações sobre o inimigo pode mudar um combate que levaria anos, para uma rápida decisão em um único dia. Além de incentivar a compra de informações sobre a condição do inimigo para proteger seus exércitos. Seus ensinamentos levam o emprego da inteligência não só para o ataque ao oponente, mas também na capacidade de proteção.

Seja o objetivo aquele esmagar um exército, seja invadir uma cidade, seja assassinar um indivíduo, é sempre necessário começar por saber os nomes dos criados, ajudantes de ordens, porteiros e sentinelas do general em comando, e o espião deve ser enviado para descobrir (TZU, 2015, p. 153).

Clausewitz (1984, p. 129), traz uma definição para o conceito de inteligência militar: Por “inteligência” referimo-nos a todo o tipo de informações sobre o inimigo e o seu país – a base, em resumo, dos nossos planos e operações. Identificando também a debilidade desta atividade, a sua época.

Se considerarmos a verdadeira base destas informações, o quanto elas são pouco confiáveis e momentâneas, logo perceberemos que a guerra é uma estrutura frágil que pode desmoronar facilmente e enterrar-nós em suas ruínas. tem grande impacto na construção do conceito de inteligência militar (CLAUSEWITZ, 1984, p. 129).

O mesmo pensador identificava um cenário de incerteza nas batalhas, no qual a falta de confiabilidade em geral de todas as informações representava um problema especial na guerra:

“todo combate se realiza, por assim dizer, numa espécie de penumbra, que como uma névoa ou o clarão do luar tende muitas vezes a fazer com que as coisas pareçam grotescas e maiores do que realmente são”(CLAUSEWITZ, 1984, p. 153).

A névoa da guerra, um conceito ainda em prática na estratégia militar contemporânea, impulsionou a inteligência militar, Clausewitz (1984, p. 129) fez severas críticas ao suporte de inteligência em que teve acesso: “Na guerra, muitos relatórios de inteligência são contraditórios, outros, em número ainda maior, são falsos e a maioria é precária”.

Murray (2011, p. 5) sugere uma forma de dissipar a névoa da guerra de Clausewitz, por meio da união de sistemas como guerra de informação, inteligência, vigilância, reconhecimento e comando e controle, o que permitirá o domínio da consciência do campo de batalha nos próximos anos. Estes sistemas emergentes prometem a capacidade de usar a força militar sem os mesmos riscos como antes.

## 2.2 O BRASIL E SUA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ

O Brasil possui um vasto histórico de participação em missões de manutenção da paz. Seus três primeiros participantes foram destacados em 1956, em uma das primeiras missões da Organização das Nações Unidas (ONU), na força de emergência enviada para enfrentar a crise de Suez (BRASIL, 2020g). Desde então, o País aumentou significativamente sua atuação sob a égide da ONU.

Rodrigues e Migon (2017) realizaram uma análise sobre a participação brasileira em missões de paz sob a égide da ONU e identificaram uma sensível evolução no modo de atuação e em seus efetivos. A partir dessa análise foi criado o quadro 04, que facilitará a execução de uma breve síntese sobre essa evolução.

<b>Tipos de Missão</b>	<b>Período de maior abrangência</b>	<b>Efetivo</b>	<b>Participações em missões</b>	<b>Principal participação</b>
1º Geração	1948 - atualidade	6523	6	UNEF I
2º Geração	1989 - 1999	5267	17	UNAVEM III
3º Geração	1999 - 2007	2026	5	UNIFIL
4º Geração	2000 - 2014	17028	12	MINUSTAH

Quadro 04: Gerações de missões da ONU e as participações brasileiras

Fonte : Rodrigues e Migon, 2017

As missões da ONU de 1ª Geração eram caracterizadas pelo não emprego da força, apenas resguardada as situações de legítima defesa (BRAGA, 2012). Nesse fase, o Brasil contribui

com 6523 capacetes azuis, quase que na totalidade militares (apenas 1 civil). Dentre as missões executadas, o Brasil se destacou na UNEF I<sup>14</sup>, com o envio total de 6300 militares para o desdobramento do Batalhão Suez, cerca de 600 militares em sistema de rodízio, ao longo de dez anos (AGUILAR, 2005).

As PKO de 2ª Geração adquiriram mais capacidades e ultrapassaram a expressão militar. Além do foco na resolução do conflito, também tinham como objetivo a reconstrução do país hospedeiro (FONTOURA, 2005). Nesse cenário, ocorreu um crescimento da participação brasileira nas PKOs, com o envio de integrantes para 17 missões, além do incremento do desdobramento não militares, 64 civis e 286. Dentre os militares, o destaque foi a UNAVEM III<sup>15</sup>, com o envio total de 4174 integrantes (RODRIGUES e MIGON, 2017). Contudo, “Kenkel observa que as missões de paz nesse período foram quase sempre implementadas sob os auspícios do capítulo VI da Carta das Nações Unidas” (KENKEL, 2013; *apud* RODRIGUES e MIGON, 2017) ou seja, prevalecia o uso da força apenas para a legítima defesa. Outro avanço brasileiro nessa fase, foi a designação do general Lélcio Rodrigues da Silva como Force Commander na ONUMOZ, iniciando uma nova modalidade de contribuição brasileira às PKO, as chamadas Token Troop Contributions<sup>16</sup> (RODRIGUES e MIGON, 2017).

A 3ª Geração das missões da ONU marcaram a quebra de paradigmas quanto às regras de engajamento para o componente militar, com a autorização do uso da força pelas tropas da ONU. A atuação brasileira de maior expressão nesse tipo de missão é na UNIFIL, com destaque para a Marinha do Brasil (MB), com a participação de 1496 militares e a liderança da força-tarefa marítima no Líbano, sendo o primeiro país não membro da OTAN a liderar uma força-tarefa marítima em PKO (ABDENUR, 2016).

Por fim, as operações de 4ª Geração foram definidas pelo conceito de *peacebuilding*<sup>17</sup>, no qual a ONU aperfeiçoou a geração anterior, além de autorizado o emprego da força, foi permitido ao componente militar e civil a execução de tarefas complexas para reconstruir o país hospedeiro, e assim, criar uma paz mais duradoura (RODRIGUES e MIGON, 2017). Nessa fase, o Brasil aumentou sua participação em PKO, com a participação em 12 missões, além de

---

<sup>14</sup> UNEF I – Força de Emergência das Nações Unidas, para garantir o fim da Crise de Suez, em 1956.

<sup>15</sup> UNAVEM III – 3ª Missão de verificação das Nações Unidas em Angola.

<sup>16</sup> Token Troop Contributions - Contribuições em PKOs com pessoal para cargos seniores, observadores militares e em tropas formadas por contingentes de diversos países (COLEMAN, 2013).

<sup>17</sup> Peacebuilding – Construção da paz por meios da criação de um ambiente seguro e estável pelo componente militar para favorecer a atuação do componente civil e policial na reconstrução de infraestruturas sociais, políticas e econômicas dos países hóspedes.

ganhar maior protagonismo no concerto das nações, chefiando o componente militar da MINUSTAH ao longo de toda missão. “Nota-se que o Haiti registra o maior contingente brasileiro em missões de paz de toda história. Contando com 18.422 militares e 96 policiais, a MINUSTAH é a maior contribuição brasileira em operações de paz.” (RODRIGUES e MIGON, 2017).

Da evolução brasileira nas participações da ONU pode-se inferir que o Brasil vem ganhando prestígio no concerto das nações e que deve ser demandado/convidado a uma maior participação em PKO. Tal afirmação pode ser confirmada no convite recebido para o Brasil participar da missão de paz na República Centro-Africana e na República Democrática do Congo, em que pese a recusa brasileira no ano de 2018, por motivos logísticos. Além do ganho de prestígio, a expansão brasileira em missões de paz ganha respaldo em seus documentos de mais alto nível, como na Política Nacional de Defesa.

A PND afirma que a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional (BRASIL, 2020h, p. 17).

Ademais, no plano internacional, o fortalecimento das capacidades militares brasileiras em operações de paz contribui para a consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa 2020 (OND) e, ainda, na dissuasão em seu entorno estratégico.

OND 5 – Salvar as pessoas, os bens, os interesses e as pessoas situadas no exterior;

OND 7 – Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;

OND 8 – Incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2020f, p. 35).

“Dotado de uma efetiva defesa, principalmente de uma adequada capacidade de dissuasão, o Brasil terá condições de inibir possíveis agressões a seu território e a sua população e de defender seus interesses”[...] (BRASIL, 2020f, p. 37).

Face à provável expansão brasileira em PKO, deve-se analisar se o Brasil está preparado para os novos cenários das operações de paz. Nesse sentido, ao integrar a evolução brasileira em PKO com a transformação da inteligência nas missões de paz, pode-se inferir que se descortina um cenário desafiador para o preparo e emprego de suas tropas.

## 2.3 A MINUSTAH

Do ponto de vista militar, o Brasil enviou cerca de 37 mil soldados para a MINUSTAH, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com positivos impactos para as Forças Armadas.

A MINUSTAH foi fundamental para que o preparo para atuar em missões de paz pudesse ser aperfeiçoado, tornando-se referência mundial. E, em termos estratégicos, o país conseguiu manter um oficial general como comandante das forças da ONU (Force Commander) durante todo o período em que perdurou a missão, fato até então inédito naquele organismo internacional. Tais feitos indicam que passos sólidos foram dados em direção à consolidação do Brasil enquanto país relevante no sistema de paz e segurança internacional, com atuação desejável em outras importantes operações multilaterais (RAMIRES e HAMANN, 2017, p. 2).

Neste contexto, a MINUSTAH foi “um marco no uso de inteligência pela ONU” (CEPIK e KUELE, 2016, p. 973).

A Política de Inteligência de Manutenção de Paz da ONU traça os principais interesses no uso da inteligência:

A inteligência de manutenção da paz contribui para o alerta antecipado de ameaças iminentes à vida, de destruições de propriedade, de restrições significativas de movimento, etc., a fim de permitir que a missão atue adequadamente de acordo com seu mandato (UNITED NATIONS, 2019c, p. 03 - tradução nossa).

A inteligência de manutenção da paz pode fornecer à liderança da missão uma compreensão aprimorada das mudanças no cenário estratégico e operacional, e dos riscos e oportunidades associados, com respeito à proteção da ONU e do pessoal associado, e da proteção dos civis. (UNITED NATIONS, 2019c, p. 03 - tradução nossa)

Dentre os componentes operacionais da MINUSTAH, claramente o BRABAT é o mais importante. Tal observação pode se confirmar pela atribuição da capital haitiana, Porto Príncipe, sob responsabilidade do BRABAT, além de ser a Unidade Militar da MINUSTAH revestida de mais missões e ter o maior efetivo.

### 2.3.1 O Joint Mission Analysis Center

“A partir do século XXI, as Nações Unidas finalmente descobriram o valor de fomentar a inteligência em suas operações de manutenção da paz (PKO). Depois de quatro décadas ignorando e até mesmo ridicularizando o conceito (1950-80) e uma década de luta para encontrar um lugar para ele (1990), a ONU começou a incluir sistematicamente órgãos de inteligência dedicados em suas missões de campo” (DORN, 2009, p. 805).

Conforme Dorn (2009, p. 806), em 2006, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) adotou a política de que um Centro de Análise de Missão Conjunta (JMAC)

deveria ser estabelecido em todas as Missões de Operações de Paz (PKO) para conduzir a coleta de informações de todas as fontes, usando todos os contingentes: militar, policial e civil.

A MINUSTAH foi a pioneira das operações da ONU a utilizar o modo operações lideradas por inteligência, tal abordagem permitiu que a missão ganhasse ascendência sobre gangues que controlavam grandes bairros de várias cidades haitianas, especialmente a capital, Porto Príncipe. Para isso, a MINUSTAH precisou fazer uso de todas as células inteligência existentes na missão, integrando, por meio do JMAC, as frações de seu componente militar (a seção de inteligência do quartel-general da missão - U2, e de suas unidades de inteligência dentro dos batalhões dos contingentes nacionais - G2), além dos componentes policial e civil.

Ainda segundo Dorn (2009, p. 806), o JMAC foi criado em 2005, a pedido do Conselho de Segurança da ONU, como uma unidade integrada de oficiais militares, policiais e civis internacionais. Sua missão era coletar informações e produzir inteligência acionável para a liderança da missão. Apesar da oposição inicial dentro da missão, o JMAC fez uso extensivo de informantes locais para determinar os locais e atividades das gangues.

O JMAC iniciou a integração de todas as informações de inteligência existentes na MINUSTAH, sendo adotado como rotina a execução de um estudo detalhado de inteligência preparatório para o desencadeamento de operações de campo, o que ficou conhecido por: Preparação de Inteligência do Campo de Batalha (IPB – sigla em inglês).

“As operações lideradas pela inteligência ajudaram as Nações Unidas a tomar a iniciativa, a controlar o “campo de batalha” e a minimizar os riscos para o seu próprio pessoal e espectadores inocentes. Com uma abordagem liderada pela inteligência, a missão teve sucesso em superar o domínio das gangues em distritos inteiros do Haiti” (DORN, 2009, p. 807 - tradução nossa).

### **2.3.2 The Brazilian Way of Peacekeeping**

*The Brazilian Way of Peacekeeping* é o nome designado para o modo brasileiro de manter a paz. O Brasil diverge de grandes potências ocidentais, defendendo um modelo de emprego diferenciado nas iniciativas para a construção da paz. O modelo brasileiro não foca apenas no emprego militar, mas na solidariedade e na colaboração com o desenvolvimento (ABDENUR; CALL, 2017).

Em se tratando de questões ligadas às contribuições para a estabilidade e segurança internacionais, a demonstração mais significativa do envolvimento do Brasil estará

provavelmente ligada ao seu engajamento nas Operações de Manutenção de Paz da ONU (OLIVEIRA, 2018).

O Brasil teve na MINUSTAH uma oportunidade para colocar em prática seu modelo de fazer a paz. Abdnur (ABDENUR; CALL, 2017) cita o relato de um diplomata brasileiro, de que o esforço estadunidense para pacificar o Haiti nos idos de 1990 não foi efetivo pois focou principalmente no investimento com forças armadas e não em desenvolvimento e capacidades.

“A MINUSTAH foi criada em 30 de abril de 2004, com a missão de restaurar o estado de direito, a segurança e a normalidade no país caribenho, mas, além da turbulência política e violência já instaladas o modo brasileiro de manter a paz teria como desafio um terremoto de 7.0 na escala Richter, que praticamente destruiu o país em 2010, além do furacão Mathew que devastou a porção sul haitiana” (OLIVEIRA, 2018).

Para melhor ilustrar as características do modo brasileiro de manutenção da paz, a pesquisa buscou exemplos concretos na atuação das tropas brasileiras, na MINUSTAH.

### *2.3.2.1 O TERREMOTO DE 2010*

O terremoto de 2010 teve grande impacto na MINUSTAH, após a longa trajetória de neutralização das gangues, na qual o componente militar já estava perto de entregar à população um ambiente seguro e estável, o país foi jogado em uma crise humanitária sem proporções em sua história recente.

O componente militar foi empregado desde os primeiros momentos pós-terremoto e as tropas brasileiras, por serem majoritárias na capital, epicentro do terremoto, passaram a se engajar de imediato em providências fundamentais, como socorro a vítimas nas ruas, retirada de corpos, de escombros e limpeza das vias de circulação de Porto Príncipe. Conforme relata Viera Neto (2017, p. 21), o contingente brasileiro ainda não havia contabilizado suas perdas e já estava completamente envolvido no esforço para amenização da crise, inclusive com a adaptação da base do BRABAT para receber feridos em estado crítico.

A gravidade da situação fez com o Brasil se antecipasse, desdobrando um segundo batalhão (BRABAT 2). Essa rápida resposta demonstrou grande capacidade de mobilização brasileira, foi acionado um contingente emergencial, formado por uma maioria de ex-integrantes da missão, para emprego prioritário na ajuda humanitária ao Haiti, causando impacto positivo na comunidade internacional e principalmente na ONU.

A partir de então, o BRABAT se concentrou na manutenção da segurança, face à fuga em massa de presidiários que já se reorganizavam em novas gangues. Enquanto isso, o BRABAT 2, apoiado pela Companhia de Engenharia (BRAENGCOY), se dedicava exclusivamente às atividades de busca, salvamento, liberação de vias e reconstrução de estruturas essenciais.

Conhecíamos o terreno, tínhamos recursos humanos e logísticos instalados. O BRABAT dobrou sua capacidade, trouxe um segundo contingente completo, expandiu a engenharia. Diferenciou-se na ajuda humanitária não apenas pelo volume, mas sobretudo pelo comportamento (FERNANDES, 2017, p. 101).

Na visão de Viera Neto (2017, p. 22), a participação do Brasil no socorro imediato às consequências do terremoto foi muito além daquilo que foi executado pelas outras tropas integrantes do componente militar da MINUSTAH, se estendeu muito além de suas responsabilidades previstas no mandato da ONU, o que refletiu no alívio do sofrimento de parte população haitiana.

#### 2.4. A NORMATIZAÇÃO DA ONU E A DOCTRINA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

A Inteligência Militar no Exército compõe o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx). Ele contempla os órgãos e as pessoas da Força que estão envolvidos na execução das atividades e tarefas de Inteligência ou que estão ligados à sua regulamentação e normatização (BRASIL, 2015b). A partir de 2019 na ONU e de 2016 no SIEx novos manuais surgiram, regulamentando o emprego da inteligência.

O recente manual da ONU sobre a Inteligência Militar nas Operações de Paz (MPKI<sup>18</sup> – sigla em inglês) elenca as principais lições aprendidas e as melhores práticas derivadas das recentes operações de manutenção da paz da ONU, provando que “[...] a ONU exige um julgamento objetivo sobre as situações e as prováveis situações futuras, com base em uma capacidade independente de inteligência de manutenção da paz”. (UNITED NATIONS, 2019b, p. 06, tradução nossa).

O mesmo manual já traz uma proposta de melhores práticas para a adaptação e o desenvolvimento de doutrinas nacionais de inteligência militar, visando uma melhor interoperabilidade com a proposta da ONU:

---

<sup>18</sup> *Military Peace-Keeping Intelligence* (MPKI): Inteligência Militar nas Operações de Paz (tradução nossa).

“Os objetivos deste manual são fortalecer as capacidades MPKI de operações de campo, explicando as melhores práticas MPKI, incluindo como MPKI é produzido e garantindo que métodos e padrões comuns sejam adotados em toda a implementação do UN MPKI. Espera-se também que este manual ajude os países que contribuem com tropas (TCCs) a treinar o pessoal da MPKI antes da implantação, permitindo-lhes produzir seu próprio MPKI e se encaixar perfeitamente na arquitetura da UN MPKI. (UNITED NATIONS, 2019b, p. 08, tradução nossa).

No entanto, ao mesmo tempo em que o MPKI estimula a evolução doutrinária dos países contribuintes de tropa na atividade de inteligência em missões de paz, ele também tem o foco em dirimir as possíveis discrepâncias e padronizar procedimentos no âmbito da ONU, deixando claro que a ONU não irá mais aceitar práticas nacionais de inteligência que não estejam em acordo com sua nova regulamentação.

O objetivo deste manual é apoiar o pessoal destacado para funções de MPKI em operações de manutenção da paz da ONU. Como a forma como a ONU conduz a inteligência militar para manutenção da paz pode **diferir da sua própria metodologia nacional**, esta introdução foi elaborada para explicar alguns dos princípios, termos e métodos básicos (UNITED NATIONS, 2019b, p. 06, tradução nossa, grifo nosso).

Quanto ao sigilo das operações de inteligência, inicialmente já se identifica um ponto de atrito entre a ONU e o SIEx. Para a ONU, “[...] a inteligência militar das Nações Unidas é diferente da inteligência militar nacional e deve ser conduzida de acordo com o princípio estrito de que todas as atividades da MPKI são **não clandestinas**<sup>19</sup> [...]” (UNITED NATIONS, 2019b, p. 08, grifo nosso).

Ainda com relação a ONU, as “atividades clandestinas são definidas como a aquisição de informação ou inteligência conduzida de forma a assegurar o sigilo ou ocultação das atividades [...]” (UNITED NATIONS, 2019c, p. 04, tradução nossa). United Nations (2020, p. 06, tradução nossa) também padroniza que “o pessoal da HPKI não deve esconder o fato de que trabalha para a ONU, nem, sob em qualquer circunstância, operar com identidades falsas”.

De forma divergente à ONU, a Política Nacional de Inteligência Brasileira nos trás que a atividade de inteligência exige o emprego de meios sigilosos, como forma de preservar sua ação, seus métodos e processos, seus profissionais e suas fontes.

Desenvolve ações de caráter **sigiloso** destinadas à obtenção de dados indispensáveis ao processo decisório, indisponíveis para coleta ordinária em razão do acesso negado por seus detentores. Nesses casos, a atividade de Inteligência

---

<sup>19</sup> *Clandestine*: “Clandestino” refere-se à aquisição de informações de forma a ocultar a natureza da operação. Atividades são realizadas com o intuito de garantir o sigilo e a ocultação. Fontes são abordadas por um agente, que usaria métodos para construir um falso relacionamento com as fontes, incluindo apresentar-se sob uma identidade falsa ou deturpar a verdade sobre seu empregador. Este método de aquisição é estritamente proibido na Política de Inteligência de Manutenção de Paz e pode ter implicações graves para o pessoal da ONU (militares, policiais e civis) [...] (UNITED NATIONS, 2020, p. 05).

*executa operações de Inteligência* - realizadas sob estrito amparo legal -, que buscam, por meio do emprego de **técnicas especializadas**<sup>20</sup>, a obtenção do dado<sup>21</sup> negado (BRASIL, 2020d, grifo nosso).

Ademais, no SIEx os meios de obtenção podem ser especializados ou não especializados. “Os especializados empregam técnicas operacionais específicas para a busca de dados. Os não especializados, realizam ações de reconhecimento e vigilância” (BRASIL, 2015a, p. 7-2,). Porém, na própria bibliografia do SIEx, em Brasil (2016, p. 10-4) já existe um entendimento de que as operações de pacificação, dado seu alto grau de complexidade, possuem restrições legais no emprego de técnicas operacionais de inteligência.

Ainda na doutrina nacional, Brasil (2015a, p. 3-1) conceitua fontes humanas (HUMINT) como a pessoa de quem se obtém a informação para posterior produção de conhecimento de Inteligência. Essas fontes podem ser amigas, neutras ou hostis, podendo ser prisioneiro de guerra, refugiado, deslocado, população local, forças próprias ou amigas e membros de instituições governamentais ou organizações de qualquer tipo. Também avalia que “[...] a produção do conhecimento de Inteligência deve valer-se de dados oriundos de todas as fontes, favorecendo a geração de produtos precisos e completos” (BRASIL, 2015a, p. 3-1).

Já a bibliografia da ONU apresenta que as fontes de HPKI<sup>22</sup> “[...] não podem ser funcionários do Estado Anfitrião ou pessoal afiliado, a menos que o relacionamento seja aprovado com antecedência pelo Chefe da Missão e pelo Anfitrião Estado” (UNITED NATIONS, 2020, p. 6, tradução nossa)

Portanto, em uma passagem inicial sobre o referencial teórico das bibliografias concorrentes, já se identificam vários embates entre a doutrinas em tela, o que será visto como um dos objetivos do presente estudo, a fim de adaptar o treinamento dos militares brasileiros para o emprego nas operações de inteligência no ambiente de manutenção de paz, sob égide da ONU.

## 2.5 O RELATÓRIO CRUZ E A AGENDA ACTION FOR PEACEKEEPING

---

<sup>20</sup> Técnicas especializadas ou operacionais são procedimentos específicos utilizados pelos agentes de inteligência que possibilitam a obtenção do dado negado.

<sup>21</sup> Dado - toda e qualquer representação de fato ou situação por meio de documento, fotografia, gravação, relato, sensores eletrônicos de vigilância, carta topográfica ou digital e outros meios, não submetida à metodologia para a produção do conhecimento (BRASIL, 2015b, glossário).

<sup>22</sup> *Acquisition of Information from Human Sources for Peacekeeping-Intelligence* (HPKI): aquisição de informação de fontes humanas para as atividades de manutenção de paz (UNITED NATIONS, 2020, p. 01).

O relatório da ONU *Improving Security of United Nations Peacekeepers*, de 19 de dezembro de 2017, confeccionado pelo General Santos Cruz, amplamente conhecido como Relatório Cruz, mostra uma necessidade de mudança da postura da ONU para manter a segurança de seus capacetes azuis, frente à nova realidade das operações de paz.

Desde 1948, mais de 3.500 operadores perderam a vida servindo na paz das Nações Unidas, com 943 baixas em operações devido a atos de violência. Durante os últimos quatro anos (2013 – 2017) ocorreu um consistente aumento das mortes de pacificadores, com 95 mortes devido a estes atos. (UNITED NATIONS, 2017 - tradução nossa).

Neste relatório, as Nações Unidas (2017) deixam claro que o capacete azul por si só não representa mais um fator de segurança para os peacekeepers. Segundo Santos Cruz, as tropas da ONU devem se adaptar à nova realidade e mudar o que ele chama de síndrome do Capítulo VI. Essa síndrome é definida como uma postura focada primordialmente para intermediação, negociação e mediação. Dessa maneira, as Nações Unidas devem passar ao maior emprego do Capítulo VII, voltando-se mais para o uso da força. “Se as Nações Unidas não mudarem sua mentalidade, assumirem os riscos e mostrarem disposição para enfrentar esses novos desafios, estarão conscientemente enviando tropas para um caminho perigoso”(UNITED NATIONS, 2017).

Além disso, Santos Cruz reforça que, mesmo à luz do Capítulo VII, as operações militares devem abandonar a postura defensiva e buscar a iniciativa das ações, identificando as ameaças e enviando esforços para neutralizá-las. Para isso, deve-se buscar o contato com as ameaças, utilizando-se de todas as táticas militares e da superioridade tecnológica, para eliminar sua liberdade de ação (UNITED NATIONS, 2017).

A inteligência nas operações de paz faz parte dos novos desafios relatados pelo Relatório Cruz:

**INTELIGÊNCIA:** Para evitar baixas, as missões de paz precisam de inteligência tática. As missões devem ser capazes de transformar a inteligência em tarefas e ações simples que aumentam a segurança, mas muitas vezes não conseguem fazer isso. Falta-lhes o básico, especialmente inteligência humana, redes de informantes, consciência situacional e capacidade de se comunicar com a população. As unidades militares também deveriam ter mais estruturas de inteligência tática. E quando as informações estão disponíveis, as tropas às vezes não tomam as medidas apropriadas. O estado final da inteligência deve ser ação e resultados que aumentem a segurança, não um relatório escrito (UNITED NATIONS, 2017).

Assim, o Relatório Cruz descortinou diversos problemas e trouxe orientações para que as operações militares superem esses novos desafios, dos quais destacamos os mais afetos à inteligência militar, conforme Quadro 05:

Problema 2 – MENTALIDADE E COMPORTAMENTO OPERACIONAL	
Situação atual	Quando as missões falham em não assumir uma postura proativa, elas cedem à iniciativa de atores hostis e ficam mais vulneráveis aos ataques.
Orientações	O Comandante da Força deve exigir que os comandantes de setor, batalhão e companhia aumentem a presença fora da base, aumentando o número de patrulhas orientadas pela inteligência e pontos estáticos de observação fora das bases, adotando medidas para reduzir a previsibilidade.
Problema 7 – PRONTIDÃO OPERACIONAL ANTES DO DESDOBRAMENTO	
Situação atual	Muitos contingentes militares chegam em missões sem as habilidades individuais e coletivas necessárias, equipamentos e mentalidade adequada.
Orientações	Os estados membros devem garantir as habilidades básicas do soldado, bem como as capacidades específicas que permitirão às tropas tomar medidas necessárias para melhorar sua segurança, de acordo com o ambiente específico de ameaça da missão (por exemplo, operações noturnas, inteligência tática, etc).
Problema 9 - TREINAMENTO E PRONTIDÃO EM MISSÃO	
Situação atual	100% de rotação de tropas implica na perda de conhecimento da situação, terreno, relações pessoais com a polícia local, com forças armadas, com a população, informantes, inteligência e percepção do ambiente operacional.
Orientações	As Nações Unidas e os países contribuintes de tropa devem desenvolver um sistema de rodízio pelo qual as tropas rotacionam em uma base de 50% ou mantenham pelo menos 20% do contingente com experiência no contexto operacional.
Problema 10 – AMEAÇA DE EMBOSCADAS	
Situação atual	Emboscadas a comboios móveis, escoltas, patrulhas e forças de reação representam o maior índice de mortalidade por atos hostis contra os peacekeepers.
Orientações	Os comandantes de setor e os comandantes de contingentes devem garantir que o pessoal domine as rotas e os arredores, e desdobre a inteligência avançada para antecipar as ameaças.
Problema 11 – AMEAÇA DE EXPLOSIVOS IMPROVISADOS	
Situação atual	Em 2017, a frequência de ataques e a quantidade de explosivos utilizados em IEDs aumentaram e os métodos de colocação se tornaram mais eficazes.
Orientações	As Missões de Orientações e os Batalhões devem aprimorar as capacidades de inteligência para detecção de IEDs, incluindo inteligência humana.
Problema 13 – INTELIGÊNCIA PARA PROVER A SEGURANÇA DOS PEACEKEEPERS	
Situação atual	A inteligência não é funcional e não gera ação de missão contra ameaças.
Orientações	Países Contribuintes de tropas devem garantir que os batalhões tenham um número adequado de unidades de inteligência para que, quando os batalhões estiverem divididos em diferentes localidades, cada parte do batalhão tenha uma unidade de inteligência incorporada. Memorandos de Entendimento (MOUs) devem exigir a inclusão de especialistas em inteligência e intérpretes nas unidades militares e policiais. Os batalhões precisam de equipes de inteligência suficientes (pelo menos 4) para superar a fragmentação das unidades em vários locais e fornecer às tropas uma consciência situacional clara e oportuna.

Quadro 05: Os problemas na inteligência militar identificados pelo Relatório Cruz  
 Fonte : United Nations, 2017

O Relatório Cruz foi uma das motivações para, em 28 de março de 2018, o Secretário Geral da ONU lançar a iniciativa *Action for Peacekeeping (A4P)*. Essa iniciativa visa renovar

os votos dos países participantes da ONU em seu compromisso com a manutenção da paz, formulando novas estratégias e metas para o período de 2021-2024. Muitas dessas estratégias estão alinhadas com as orientações concebidas no Relatório Cruz.

A iniciativa A4P faz uma *mea-culpa* a respeito das falhas da ONU em reconstruir países em crise, nesse bojo pode-se inserir inclusive a MINUSTAH, pois, após a saída da ONU, o país voltou a crise e mergulhou novamente na violência. A ONU admite falhas tanto na capacidade de criar um ambiente seguro e estável, quanto nas estruturas para reconstrução dos países..

Nos últimos anos, no entanto, nossas missões foram implantadas em ambientes cada vez mais difíceis e complexos, mesmo com o aumento da demanda por manutenção da paz. Nossos principais processos de negócios não acompanharam essas demandas. A implementação do mandato é dificultada pela prestação de serviços lenta e sem resposta, macrogestão por parte dos órgãos de governo, um déficit de confiança com os Estados-Membros e com o pessoal, recursos inadequados e implementação ineficaz de mandatos e falta de transparência e responsabilização (United Nations, 2022).

Após admitir suas falhas, a ONU se utiliza da iniciativa A4P para fortalecer a manutenção da paz e recuperar a credibilidade de suas missões, traçando objetivos de reformulação de sua conduta em oito áreas prioritárias (UNITED NATIONS, 2022):

- política
- mulheres, paz e segurança
- proteção
- segurança e proteção
- desempenho e responsabilidade
- construção da paz e manutenção da paz
- parcerias
- condução de forças de paz e operações de manutenção da paz

Apesar das reformulações, as Nações Unidas (2022) ainda consideram as missões de paz como uma de suas melhores ferramentas para promover e manter a paz e a segurança internacional. No componente militar, a principal reformulação visa fortalecer as PKOs para fazer frente à complexidade das novas ameaças, um cenário que foi descortinado pelo Relatório Cruz. Assim, pode-se inferir que as reformulações promovidas pela agenda Action for Peacekeeping marcam o início de uma nova geração das missões de paz, a 5ª Geração.

Ao comparar as características da 4ª Geração de missões da ONU, elencadas por Rodrigues e Migon (2017), com a reformulação proposta pela A4P, verifica-se uma mudança de postura, sob os auspícios do capítulo VII os peacekeepers tem buscando a iniciativa das ações para neutralizar as ameaças, com um contingente militar muito mais preparado e forte em

meios militares, essa mudança fica bem evidente na MINUSMA, com o implemento da ASIFU e seus mais de 400 militares voltados para a atividade de inteligência, além da grande capacidade tecnológica de seus equipamentos militares. Ainda, poderiam ser elencadas diversas iniciativas para o fortalecimento do peacebuilding, mas são evoluções mais afetas ao componente civil e, portanto, fogem do escopo dessa pesquisa.

Neste cenário de missões de 5ª Geração, ao se debruçar sobre as reformulações da iniciativa A4P e seus impactos para a inteligência militar em operações de paz, chega-se ao Quadro Resumo 06:

<b>PRINCIPAIS REALIZAÇÕES</b>	
Desempenho, Segurança e Proteção	A implementação do Plano de Ação para melhorar a Segurança das Forças de Paz da ONU contribuiu para uma diminuição sustentada das mortes em operações de paz devido a atos violentos. No entanto, as ameaças às forças de manutenção da paz continuam altas e ainda há muito a ser feito.
	A proporção de IEDs detectados e desarmados pelas tropas da MINUSMA aumentou de 11 em 2014 para mais de 50 itens encontrados e limpos em 2018.
	Desde 2018, 240 unidades militares foram avaliadas, proporcionando ao Secretariado uma visão dos pontos fortes e limitações, permitindo a tomada de decisão, desempenho direcionado e medidas corretivas onde for necessário.
	A porcentagem de novas unidades implantadas que foram registrados no PCRS aumentou de 43 em 2016 para 100 em agosto de 2019.
<b>MELHORIA DO DESEMPENHO</b>	
Revisão Independente	Aumento do compartilhamento da inteligência nas missões de manutenção de paz
Melhorando a Proteção de Civis	A implantação de unidades de Gao e o estabelecimento de bases operacionais temporárias permitiram à Missão aumentar seu envolvimento com as comunidades em risco. Pelo menos três companhias foram implantadas continuamente na região de Mopti com o apoio de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento .
Sistema de capacitação de forças de paz da ONU (CPRS)	Em 2019, todas as seleções de novas unidades militares para desdobramento se partiram do CPRS, um evolução desde 2018
<b>MELHORIA NOS QUARTÉIS GERAIS E NAS MISSÕES DE CAMPO</b>	
Soluções políticas duráveis	Implementação de abordagens abrangentes para lidar com as ameaças representadas por grupos armados, juntamente com o envolvimento político com as autoridades nacionais e locais
Segurança e proteção dos peacekeepers	Implementação de planos de ação personalizados para melhorar a Segurança das Forças de Paz da ONU
Proteção nas operações de paz	Promoção de patrulhas mais robustas, esforços de diálogo local e melhorar o alerta precoce

Quadro 06: Modificações nas missões da ONU, após a A4P, com impacto na inteligência militar  
Fonte : United Nations, 2017

Conclui-se parcialmente que a inteligência militar brasileira deve se preparar para atuar no cenário das missões de paz de 5º geração. Após o término da participação brasileira na MINUSTAH, em 2017, as evoluções da Agenda Action for Peacekeeping também tiveram grande impacto no suporte de inteligência em PKOs. Ainda, na atualização de uma doutrina nacional de inteligência para as operações de paz, é necessário que se leve em consideração todas as orientações já elencadas pelo Relatório Cruz.

## 2.6 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Nesta seção será apresentado um referencial metodológico sobre a abordagem de pesquisa qualitativa, citando autores e conceitos que nortearam a escolha da metodologia adotada neste projeto de pesquisa, de forma a preparar o leitor para um melhor entendimento quando da abordagem da metodologia específica do referido projeto (capítulo 3).

### 2.6.1 A pesquisa qualitativa e o estudo de caso

Conforme Creswell (2010, p. 207), durante muitos anos os autores tiveram que debater sobre a pesquisa qualitativa junto aos corpos docentes e pesquisadores para provar sua legitimidade. Hoje essa abordagem de pesquisa já está consolidada, tendo como um de seus conceitos:

“Os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente da investigação acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação” (CRESWELL, 2010, p. 207).

Levy (2017, p. 124) enfatiza que a abordagem qualitativa de pesquisa valoriza a profundidade do significado e as experiências subjetivas das pessoas e seus processos de construção de significado, o que permite construir uma compreensão robusta de um tópico. Neste cenário, o autor esclarece que uma investigação qualitativa pode possuir vários tipos de objetivos, sendo mais “habitual seu emprego em pesquisas exploratórias ou descritivas”.

Quando temos um tópico novo ou relativamente pouco pesquisado, a pesquisa exploratória é uma forma de aprender sobre esse tópico. A pesquisa exploratória pode nos ajudar a preencher uma lacuna em nosso conhecimento sobre um tópico novo ou pouco pesquisado, ou abordar o tópico de uma perspectiva diferente para gerar

percepções novas e emergentes. Quando você conduz uma revisão da literatura e fica aquém, essa ausência de pesquisa adequada costuma ser um indicador de que a pesquisa exploratória é necessária (LEVY, 2017, p. 24).

Quando queremos descrever indivíduos, grupos, atividades, eventos ou situações, a pesquisa descritiva é apropriada. A pesquisa descritiva visa gerar o que Clifford Geertz (1973) chamou de “descrições densas” da vida social (aquelas que fornecem detalhes, significados e contexto), tipicamente da perspectiva das pessoas que a vivem. Os pesquisadores podem recorrer à observação rigorosa ou métodos relacionados de entrevista, a fim de documentar como as coisas são experimentadas, no que diz respeito ao fenômeno sob investigação (LEVY, 2017, p. 24).

Creswell (2010, p. 34) também contribui com a estruturação da pesquisa qualitativa. O autor define que as estratégias de investigação de uma pesquisa qualitativa proporcionam uma direção específica aos procedimentos em um projeto de pesquisa”. Esse direcionamento é utilizado por Creswell para subdividir a pesquisa qualitativa, conforme o Quadro 07:

<i>Pesquisa</i>	<i>Estratégia</i>
Qualitativa	Pesquisa Narrativa
	Fenomenologia
	Etnografia
	Estudos de teoria fundamentada
	Estudo de caso

Quadro 07: Estratégias de investigação

Fonte: CRESWELL, 2010, p. 36

Dentre as possibilidades de estratégias de investigação apontadas por Creswell (2010), passo a discorrer apenas sobre o estudo de caso, tendo em vista que esta será a estratégia adotada neste projeto de pesquisa.

Creswell, em sua obra mais recente sobre a investigação qualitativa e o projeto de pesquisa, clarifica que desenvolver a compreensão de um tema ou problema “utilizando-se de um caso específico como figura ilustrativa”, configura uma pesquisa de estudo de caso:

O Estudo de Caso “é um tipo de projeto em pesquisa qualitativa que pode ser objeto de estudo, como também um produto da investigação. A pesquisa de estudo de caso é uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um caso) ou múltiplos sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, por meio da coleta de dados detalhada em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação (p. ex., observações, entrevistas, material audiovisual e documentos e relatórios) e relata uma descrição do caso e temas do caso” (CRESWELL, 2014, p. 86).

De volta aos objetivos de pesquisa, o estudo de caso é associado na maioria das vezes por seu objetivo descritivo, mas “também pode ser útil como um projeto de pesquisa exploratória

usado para identificar novas formas de olhar para eventos e comunicações” (DRISKO; MASCHI, 2016, p. 93). Dessa forma, pode-se inferir que um estudo de caso pode apresentar fases com diferente objetivos de pesquisa:

Ou seja, análises qualitativas de conteúdo de novos fenômenos ou populações diversas ou novos ambientes podem explorar simultaneamente um novo território intelectual à medida que descreve o que foi encontrado (DRISKO; MASCHI, 2016, p. 93).

Segundo Creswell (2014, p. 87), a pesquisa de estudo de caso começa com a identificação de um caso específico. “Esse caso pode ser uma entidade concreta, como um indivíduo, um pequeno grupo, uma organização ou uma parceria. Em nível menos concreto, ela pode ser uma comunidade, um relacionamento, um processo de decisão ou um projeto específico”.

Já Kohlbacher (2006, p. 07) infere que "um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes”.

### **2.6.2 A análise de conteúdo qualitativa como ferramenta de tratamento de dados de uma pesquisa de estudo de caso**

Carley (1990, p. 01) faz um relato sobre a origem da Análise de Conteúdo, que teria sido desenvolvida por volta dos anos 1969, com foco na verificação da frequência com que as palavras ou conceitos aparecem ao longo do texto e no desenvolvimento de categorias para comparação desses conteúdos. Segundo o autor, na década 1990 esse ainda era o modelo central para a utilização da análise de conteúdo, no entanto, dentro do campo das ciências sociais, começava a surgir “uma infinidade de novas ferramentas e abordagens para facilitar o uso da análise de conteúdo de modo muito além da contagem de palavras”.

Mayring (2014, p. 19) também esclarece que no início a análise de conteúdo foi associada apenas a um método sistemático para análise de artigos de notícias, porém atualmente a análise de conteúdo “consolidou-se como um instrumento padrão de pesquisa social empírica”.

Dentre os estudos iniciais sobre o emprego de uma análise de conteúdo qualitativa, autores como Downe-Wamboldt (1992, p. 314) já afastaram o uso exclusivo desta ferramenta por pesquisas quantitativas, uso restrito à contagem de palavras e divisão em categorias. Weber (1990) também clarifica que:

“A análise qualitativa de conteúdo vai além da simples contagem de palavras para examinar intensamente a linguagem com o propósito de classificar grandes quantidades de texto em um número eficiente de categorias que representam significados semelhantes” (apud HSIEH; SHANNON, 2005, p. 178).

Para Downe-Wamboldt (1992, p. 314) o objetivo da análise de conteúdo é “fornecer conhecimento e compreensão do fenômeno em estudo” (apud HSIEH; SHANNON, 2005, p. 178). Deste ponto de vista, o autor já se aproxima do uso da análise de conteúdo para representar não somente o conteúdo explícito, mas também a “comunicação inferida”, o que permite uma abordagem mais completa e uma maior compreensão dos fenômenos sociais.

Atualmente, a análise de conteúdo qualitativa encontra-se estruturada e consagrada por autores e editoras de referência. Neuendorf (2017) em seu *guide book* aponta várias definições, de diferentes autores, sobre esta ferramenta de pesquisa, das quais é oportuno citar Weber (1990, p.9; *apud* (NEUENDORF, 2017, p. 39) que passa uma visão geral sobre a análise de conteúdo: “a análise de conteúdo é um método de pesquisa que usa um conjunto de procedimentos para fazer inferências válidas a partir do texto”.

Dentre os autores contemporâneos, além de Neuendorf cabe trazer ao debate os posicionamentos de Mayring (2014, p. 39) e Bardin (2016, p. 8). O primeiro reforça que a análise de conteúdo é uma ferramenta que está em constante evolução, não sendo um “instrumento padrão que se mantém sempre o mesmo; deve ser ajustada para se adequar ao objeto ou material específico em questão e construído especialmente para o problema de pesquisa”. Cabe destacar que Mayring aponta a análise qualitativa como possibilidade “para uma explicação mais completa do significado de um texto”, frente à análise quantitativa. De modo semelhante, para Bardin a análise de conteúdo atualmente é um conjunto de instrumentos em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a conteúdos extremamente diversificados. Emprega técnicas múltiplas desde o emprego de dados cifrados, até a extração de estruturas traduzidas em modelos. “É o exercício da hermenêutica controlada, baseada na inferência”.

Hsieh e Shannon (2005) fizeram uma importante contribuição para a evolução da análise de conteúdo, alargando as fontes de dados que podem ser utilizadas por essa ferramenta de análise, o que aumentou ainda mais suas possibilidades:

“Os dados de texto podem ser em forma verbal, impressa ou eletrônica e podem ter sido obtidos a partir de respostas narrativas, perguntas de pesquisa aberta, entrevistas, grupos de foco, observações ou mídia impressa, como artigos, livros ou manuais” (HSIEH; SHANNON, 2005, p. 1278, tradução nossa).

Quanto a estruturação da análise de conteúdo qualitativa, Hsieh e Shannon (2005, p. 1277) criticam que apesar de ser uma técnica amplamente utilizada sua diferenciação é geralmente limitada à “classificação em método quantitativo versus qualitativo”. Para evitar uma confusão de processos e iluminar questões-chaves no uso da análise de conteúdo qualitativo, os autores afastam as abordagens de método único, apresentando três formas distintas de emprego: convencional, dirigida ou somativa.

<i>Tipo de Análise de Conteúdo</i>	<i>Início dos estudos</i>	<i>Momento da definição dos códigos ou palavras-chave</i>	<i>Fontes dos códigos ou palavras-chave</i>
<i>Convencional</i>	Observação	Códigos são definidos durante a análise dos dados	Códigos são derivados dos dados
<i>Dirigida</i>	Teoria	Códigos são definidos antes e durante a análise dos dados	Os códigos são derivados da teoria ou de descobertas de pesquisas relevantes
<i>Somativa</i>	Palavras-chaves	Palavras-chave são identificadas antes e durante a análise dos dados	As palavras-chave são derivadas do interesse do pesquisador ou da revisão da literatura

Quadro 08: Três abordagens para análise de conteúdo qualitativo  
Fonte: HSIEH; SHANNON, 2005, p. 1286, tradução nossa)

Na evolução da estruturação da análise de conteúdo qualitativo, Mayring (2014, p. 37) indica a construção de categorias como elemento central de qualquer análise de conteúdo. Essa construção “pode ser desenvolvida indutivamente a partir do material ou cristalizada dedutivamente a partir da teoria e, em seguida, atribuídos a partes do conteúdo.” O autor também faz uma aproximação inicial para a divisão da análise de conteúdo em quatro tipos de técnicas de análise, com três modelos distintos e um misto, que podem servir como ponto de partida para o desenvolvimento de outras pesquisas, a saber:

**Resumo:** O objetivo da análise é reduzir o material de tal forma que os conteúdos essenciais permaneçam, a fim de criar por meio da abstração uma visão abrangente do material de base que, no entanto, ainda é uma imagem dele.

**Explicação:** O objetivo da análise é fornecer material adicional sobre os componentes individuais do texto duvidoso (termos, frases ...) com o objetivo de aumentar a compreensão, explicar e interpretar a passagem específica do texto.

**Estruturação:** O objetivo da análise é filtrar aspectos particulares do material, dar uma seção transversal através do material de acordo com critérios de pedido pré-determinados ou avaliar o material de acordo com certos critérios (MAYRING, 2014, p. 64).

Apesar da nova nomenclatura, as abordagens propostas por Mayring guardam certa interligação com a divisão feita Hsieh e Shannon, com a novidade de um modelo misto, o que proporciona maior flexibilidade a ferramenta de análise de dados e supre uma deficiência nos modelos de Hsieh e Shannon.

Outra contribuição importante para o tema em tela foi o artigo de Kohlbacher sobre o emprego da análise de conteúdo qualitativa em pesquisas de estudo de caso. Para Kohlbacher (2006, p. 25) a “análise de conteúdo qualitativa pode ser um método apropriado de análise e interpretação para a pesquisa de estudo de caso”, haja vista que a abordagem de análise de conteúdo qualitativa “oferece uma gama de procedimentos baseados em regras para uma análise sistemática de dados”.

Os procedimentos de resumo, explicação e estruturação passo a passo reduzem a complexidade e filtram os principais pontos de análise em um processo iterativo. Portanto, a análise de conteúdo qualitativa se ajusta perfeitamente ao credo da pesquisa de estudo de caso: ajudar a compreender fenômenos sociais complexos. (KOHLBACHER, 2006, p. 26)

No campo das ciências militares, o uso da análise de conteúdo em uma pesquisa qualitativa de estudo de caso não é uma novidade. Reis et al. (2020), em seu estudo sobre o treinamento militar da OTAN na missão do Iraque, desenvolve uma pesquisa de estudo de caso, inicialmente com a utilização de entrevistas exploratórias para servir de base ao estudo e, posteriormente, com entrevistas semiestruturadas e questionários para coleta de dados. Após realizada a coleta, os dados qualitativos foram tratados por meio da análise de conteúdo, seguindo técnicas previstas por Drisko e Maschi (2016) e Neuendorf (2019).

Outro exemplo do uso da análise de conteúdo qualitativa nas ciências militares é a pesquisa de Nang et al. (2015) - Uma análise qualitativa de conteúdo da saúde global, compromissos em operações de manutenção da paz e estabilidade, lições aprendidas de operações de estabilidade do Instituto e Sistema de Gestão de Informação (tradução nossa). Os autores coletaram dados de fontes primárias, pessoas que tinham passado por experiências pessoais no tema em análise, bem como fontes secundárias como repositórios de pesquisas científicas. Esses dados foram tratados por meio da análise de conteúdo qualitativa somativa, por meio de uma categorização dos dados e posterior inferências sobre as categorias, com o fito de traçar as melhores lições aprendidas sobre o tema.

Das referências metodológicas elencadas neste subtópico, pode-se concluir parcialmente que, para solucionar o problema de pesquisa deste projeto é viável a utilização de uma metodologia de pesquisa de estudo de caso, com o emprego da ferramenta de análise de

conteúdo qualitativa para tratamento dos dados e posterior inferência sobre os resultados encontrados. Do exposto, o próximo capítulo irá explanar sobre a metodologia específica que será utilizada neste projeto de pesquisa, de forma prática, para que se possa entender como a pesquisa será construída.

### 3. METODOLOGIA

Nesta seção será apresentada a metodologia específica utilizada para desenvolver a pesquisa sobre a atividade de inteligência no suporte às operações de paz, abordando aspectos como o tipo de pesquisa, universo e amostra, coleta de dados e tratamento dos dados.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta investigação científica irá seguir uma abordagem qualitativa, com o estudo de caso como estratégia de investigação.

Como a solução para o problema deste projeto de pesquisa envolve a criação de novos conceitos sobre a inteligência militar, conceitos que surgiram de forma subjetiva, ao longo da integração dos problemas no suporte de inteligência às PKOs com entrevistas com ex-integrantes da MINUSTAH, julgou-se mais viável o emprego de uma abordagem qualitativa para o prosseguimento desta pesquisa.

Com isso, a pesquisa foi desenvolvida de forma faseada, inicialmente com um objetivo descritivo, no qual foram buscadas informações a respeito das similitudes e diferenças entre a doutrina de inteligência da ONU e a do SIEEx. Nesta fase, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Esse referencial teórico serviu para reunir conhecimentos que permitiram verificar possíveis adaptações doutrinárias no SIEEx, bem como atender às necessidades impostas pela nova normatização em Operações de Manutenção de Paz, sob a égide da ONU.

Ainda na primeira fase da pesquisa, também com um objetivo descritivo, foi realizada uma pesquisa documental sobre o Relatório Cruz e a Agenda A4P, identificando problemas estruturais no suporte de inteligência às PKO e as orientações aos Países Contribuintes de Tropas (TTC – sigla em inglês) para sanar as referidas deficiências.

Em uma segunda fase do estudo, o objetivo da análise adquiriu um cunho exploratório. Segundo observa Gil (2008) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias tendo em vista a formulação de problemas mais precisos...”. Com isso, foi explorada uma solução para o aprimoramento da inteligência militar em PKO.

Nesta segunda fase, o método de investigação do problema de pesquisa foi o estudo de caso, no qual a MINUSTAH foi analisada, investigando a atuação do BWPK e do JMAC nos processos de inteligência no qual o BRABAT fez parte. Assim, por meio de entrevistas com

ex-integrantes do BRABAT e da MINUSTAH, obteve-se respostas sobre as áreas problemas na inteligência militar em operações de paz, já identificadas no Relatório Cruz e na Agenda A4P.

Após as entrevistas, com um referencial teórico satisfatório sobre as duas fases da pesquisa e com dados já tratados, foram feitas inferências para solucionar os problemas no suporte de inteligência em operações de paz. Estas soluções foram reagrupadas dentro dos conhecimentos de inteligência necessários para as PKOs.

A pesquisa não espera esgotar o assunto, mas sim abrir caminho para o debate científico, no campo da inteligência militar de operações de paz e ser um vetor de modernização no preparo e emprego de tropas, para futuras missões de paz.

### 3.2 VARIÁVEIS

As hipóteses relacionadas ao problema de pesquisa possuem variáveis dependentes e independentes. O JMAC e o BWPK foram elencados como variáveis independentes pois ambos influenciam diretamente a evolução no preparo e emprego da inteligência militar brasileira em operações de paz. Como indicadores foram utilizados os conhecimentos de inteligência necessários no desenrolar das PKO.

Variáveis Independentes – JMAC e BWPK.

Definição operacional – sua medição foi realizada por meio de entrevistas com ex-integrantes brasileiros da MINUSTAH. Durante as entrevistas, os indicadores direcionaram o debate das áreas problemas no suporte de inteligência em PKO, identificadas pelo Relatório Cruz e pela Agenda A4P, além dos problemas advindos da nova normatização da ONU.

<i><b>Variáveis independentes</b></i>	<i><b>Dimensão</b></i>	<i><b>Indicadores</b></i>	<i><b>Forma de medição</b></i>
JMAC	Componente Militar	Planejamento das ações	Entrevistas
		Acompanhamento do cumprimento da missão	
		Antecipação de possíveis ações hostis	
BWPK	Combate às gangues	Planejamento das ações	
		Acompanhamento do cumprimento da missão	
		Antecipação de possíveis ações hostis	
	Ajuda Humanitária	Planejamento das ações	

		Acompanhamento do cumprimento da missão	
		Antecipação de possíveis ações hostis	

Quadro 09: Variáveis independentes

Fonte: O Autor

Variáveis Dependentes: Pontos Fortes e Oportunidades de Melhoria na evolução do preparo e emprego da inteligência militar brasileira em operações de paz.

Definição operacional – sua medição foi realizada por meio das entrevistas com ex-integrantes da MINUSTAH e, em comparação com o verificado no referencial teórico, principalmente os artigos mais recentes de Walter Dorn e as recomendações propostas pelo Relatório Cruz, no que tange à inteligência militar.

<i>Variável dependente</i>	<i>Dimensão</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Forma de medição</i>
Pontos Fortes	Ex-integrantes da MINUSTAH	Planejamento das ações	Entrevistas
		Acompanhamento do cumprimento da missão	
		Antecipação de possíveis ações hostis	
Oportunidades de Melhoria		Planejamento das ações	
		Acompanhamento do cumprimento da missão	
		Antecipação de possíveis ações hostis	

Quadro 10: Variável dependente

Fonte: O Autor

### 3.3 A MINUSTAH COMO ESTUDO DE CASO

Optou-se pela escolha da MINUSTAH pela grande participação brasileira na referida missão, o que facilita o aprofundando no problema de pesquisa.

No mesmo pressuposto, considera-se que o estudo de caso sobre a MINUSTAH se propõe a ser um estudo de caso instrumental, no qual se observa uma questão ou problema específico e é selecionado um caso para melhor compreender o problema (STALKE, 1995 *apud* CRESWELL, 2014). Nesse quadro, a MINUSTAH foi o cenário em que foi possível observar o suporte de inteligência nas operações de paz, oportunidade em que também foi investigado o *The Brazilian Way of Peacekeeping* e o JMAC.

Creswell (2014) reforça que o estudo de caso pode ser organizado pela cronologia. No mesmo sentido, Hartley (2004, *apud* KOHLBACHER, 2006, p. 07), afirma que a pesquisa de estudo de caso "consiste em uma investigação detalhada, muitas vezes com dados coletados ao longo de um período de tempo, de fenômenos, dentro de seu contexto". Dessa maneira, o estudo sobre a MINUSTAH identificou três períodos de tempo mais importantes, nos quais as ações do BRABAT fizeram face a diferentes tipos de ameaças (fenômenos), com operações de combate e ajuda humanitária em maior ou menor grau, conforme o Quadro 11:

Período	Fenômenos de análise	Combate <i>versus</i> Ajuda Humanitária
2004 a 2010	Combate às gangues haitianas	Prevalência das ações de combate
2010 a 2016	Terremoto de 2010 e combate às gangues	Amplo emprego de ações de combate e ajuda humanitária
2017	Furacão Matthew	Prevalência das ações de ajuda humanitária

Quadro 11: Divisão cronológica da MINUSTAH

Fonte : O autor

Gil (2008) aponta que um erro crasso no desenvolvimento do estudo de caso é o uso de períodos de análise muito extensos, que levam pesquisadores inexperientes, entusiasmados pela flexibilidade do método, a obter um amontoado de dados que não conseguem analisar e interpretar. Sua experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos. Do mesmo modo, Creswell (2014, p. 90) argumenta que "decidir as "fronteiras" de um caso - como ele pode ser restringido em termos de tempo, eventos e processos - pode ser

desafiador. Alguns estudos de caso podem não ter um começo claro e pontos finais, e o pesquisador precisará definir fronteiras que o delimitem adequadamente”.

Para não incorrer nos supracitados erros, o estudo de caso em tela irá obedecer a delimitação apresentada no capítulo 1, haja vista que o recorte temporal de 2010-2016 consegue obter informações sobre as ações de combate e ajuda humanitária da MINUSTAH, com uma coleta de dados mais objetiva e direcionada para processos mais recentes da inteligência militar em PKO. Ademais, a luz dos ensinamentos de Gil (2008), o período do combate às gangues haitianas (2006-2010) já possui uma vasta literatura científica que pode ser utilizada para a confirmação dos dados obtidos no recorte temporal, principalmente quanto ao uso da inteligência para as ações de combate.

### 3.4 UNIVERSO E AMOSTRA

Para Gil (2009) o universo ou população de uma pesquisa científica pode ser definido como um “conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Com isso, foram elencadas duas características principais que definem o universo para a análise do problema de pesquisa, a saber:

1. Ter participado da MINUSTAH.
2. Possuir especialização na área de inteligência militar ou ser usuário direto de produtos de inteligência desenvolvidos pelas células de inteligência da MINUSTAH.

A participação na MINUSTAH é uma característica essencial na delimitação do universo em estudo, pois, dentre as missões de paz da ONU, esta foi a escolhida como estudo de caso para esse projeto de pesquisa. Quanto à especialização na área de inteligência militar, julga-se importante aproveitar os militares com conhecimentos específicos da atividade de inteligência para apontar oportunidades de melhoria no processo.

No caso dos usuários diretos de produtos de inteligência, essa característica refere-se especificamente aos integrantes das células de operações e planejamento, como o JMAC, bem como os antigos Comandantes do BRABAT, elementos que podem apontar falhas na consciência situacional ou na obtenção dos dados.

A amostra escolhida foi a não probabilística, por acessibilidade. Isto pois a comunidade de inteligência militar é restrita e não permite a ampla divulgação de seus participantes. Portanto, obedecendo o recorte temporal para a pesquisa, serão elencados para participar das entrevistas e dos questionários o máximo de integrantes do universo escolhido ao qual este pesquisador tiver acesso.

### 3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

#### 3.4.1 Coleta documental e bibliográfica

Como fontes primárias, foram realizadas buscas em manuais institucionais nacionais dos integrantes do SISBIN e manuais internacionais da ONU, portarias e diretrizes que contemplem o tema de inteligência em operações de paz.

Nas fontes secundárias, foram utilizados artigos científicos, artigos de opinião, livros e revistas, todos com aderência ao problema de estudo desta pesquisa, principalmente quanto aos temas sobre Inteligência, MINUSTAH, BRABAT, HPKI, MPKI, JMAC, treinamento em operações de paz, Inteligência Militar, Operações de Pacificação, Fontes Humanas, além de termos subsequentes que surgirão no desenrolar da pesquisa.

Não foram incluídos manuais de campanha que não estejam em vigor ou com conteúdo desatualizado, portarias e diretrizes que sofreram alteração por estarem desatualizadas.

Também não foram incluídos documentos e bibliografias classificadas, de uso restrito, tendo em vista que os recente manuais sobre o emprego da inteligência, tanto no pelo EB quanto pela ONU, são de caráter ostensivo, o que irá contribuir para a maior abrangência do trabalho.

#### 3.4.2 Entrevistas

“Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia” (GIL, 2008, p. 109).

Foram entrevistados ex-comandantes do BRABAT, membros brasileiros da células de inteligência da MINUSTAH (G2 e JMAC) a fim de ter uma visão crítica do Comandante do BRABAT sobre os pontos fortes e as oportunidades de melhoria no suporte de inteligência às suas decisões e, também, da participação do BRABAT no fornecimento de informações para as células de inteligência da ONU.

Quanto ao tipo, a entrevista focalizada foi selecionada por permitir explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Gil (2008) destaca que “a entrevista focalizada é tão livre quanto a entrevista informal, todavia, enfoca um tema bem específico. O entrevistador, permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

Como pauta inicial para guiar a abordagem das áreas problemáticas no suporte de inteligência em PKO, identificadas na construção do referencial teórico, foi elaborado o Apêndice A. O referido apêndice não limitou as entrevistas, apenas norteou o pesquisador para que todas as áreas problemáticas fossem abordadas durante a entrevista.

Para facilitar a execução das entrevistas foram utilizadas ferramentas de vídeo chamadas, como o Zoom ou o Google Meet, que permitem entrevistar pessoas a longas distâncias, com economia de recursos. As entrevistas não foram gravadas por solicitação dos próprios entrevistados, que não ficaram à vontade em debater o assunto com informações sigilosas em uma gravação.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise de dados foi empregada a análise de conteúdo, seguindo o processo metodológico de Laurence Bardin.

Neste sentido, na fase inicial de organização da pesquisa foram estabelecidas quais fontes primárias e secundárias de dados, levantadas na pesquisa bibliográfica, deveriam ser submetidas à análise. O critério para a utilização ou não dessas fontes foi a maior aderência ao problema e ao objetivo geral da pesquisa.

Conforme o modelo metodológico de Bardin (2016, p. 63), na segunda fase da pesquisa foi realizada a codificação e categorização de palavras e expressões constantes das fontes primárias e secundárias.

Na fase de inferências, foram levantadas todas as pontes fortes e oportunidades de melhoria encontradas ao longo da análise das duas fases da pesquisa, a saber:

1. Pesquisa documental e bibliográfica sobre a nova normatização da ONU, no emprego da inteligência militar;
2. Estudo de caso sobre a MINUSTAH, com a realização de entrevistas sobre a atividade de inteligência no BRABAT, e também sobre o JMAC e o *The Brazilian Way of Peacekeeping*;

Na primeira fase, foram descartadas aquelas práticas que não obedecem às novas normas da ONU para o emprego da inteligência em PKOs.

Na segunda fase, as ações com impacto (influência) nas variáveis dependentes consideradas pouco relevantes pelos membros ex-integrantes do BRABAT, foram descartadas.

### 3.5.1 Codificação e Categorização

Bardin (2016) afirma que “tratar o material é codificá-lo”.

“A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices...”(BARDIN, 2016, p. 134).

Assim, os dados obtidos nesta pesquisa foram codificados para seu melhor tratamento. Essa codificação obedeceu critérios distintos, respeitando o objetivo de cada fase da pesquisa.

Em uma primeira fase o foco da pesquisa foi a construção de um referencial teórico sobre a nova bibliografia da ONU. Desta forma, as ações de inteligência serão as unidades de registro para a codificação.

A codificação da primeira fase seguiu o processo da análise qualitativa dirigida preconizada por Hsieh e Shannon (2005), e também encontrado em Bardin (2016) sob o nome de categorias já fornecidas, no qual os códigos já são repartidos em categorias predefinidas, a medida que são encontrados. Deste modo, o critério principal para a codificação da primeira fase foi a exclusão mútua, que obriga os códigos a pertencerem apenas a uma categoria.

Para a execução da exclusão mútua as ações de inteligência em PKO (códigos) serão classificadas, à luz da nova bibliografia da ONU, em duas categorias, conforme quadro 12:

1ª Fase – Revisão Bibliográfica			
Conhecimentos de Inteligência necessários durante o desenrolar das PKO	Temas	Categorias	
		Permitidas	Proibidas
	Doutrina brasileira de Inteligência	Ações de inteligência militar face a nova bibliografia da ONU (códigos)	

Quadro 12: Categorização e codificação da primeira fase da pesquisa científica

Fonte: O Autor

Em uma segunda fase, o foco da pesquisa irá migrar para o Estudo de Caso sobre a MINUSTAH. Com isso, os novos temas serão voltados para a divisão dos conhecimentos de inteligência necessários durante o desenrolar das PKO. Esses temas terão como subtemas os pontos fortes e as oportunidades de melhoria. Nesta segunda fase será realizada uma análise de conteúdo somativa, com duas categorias que surgiram da revisão bibliográfica sobre os

subtemas. Assim, será adotado o princípio da pertinência aos subtemas, com a divisão em duas categorias: pontos fortes e oportunidades de melhoria no combate às gangues haitianas e na ajuda humanitária.

Quanto a codificação, nesta fase somente serão aceitas ações de inteligência permitidas pela bibliografia da ONU, como exposto no Quadro 13:

2ª Fase – Estudo de Caso				
Variáveis	Dimensão	Categorias		
		Planejamento das ações	Acompanhamento do cumprimento da missão	Antecipação de possíveis ações hostis
Pontos Fortes	Combate às gangues	Ações de inteligência militar <b>permitidas</b> pela a nova bibliografia da ONU (códigos)		
	Ajuda Humanitária			
Oportunidades de Melhoria	Combate às gangues			
	Ajuda Humanitária			

Quadro 13: Categorização e codificação da primeira fase da pesquisa científica  
Fonte: O Autor

### 3.5.2 Técnica de análise

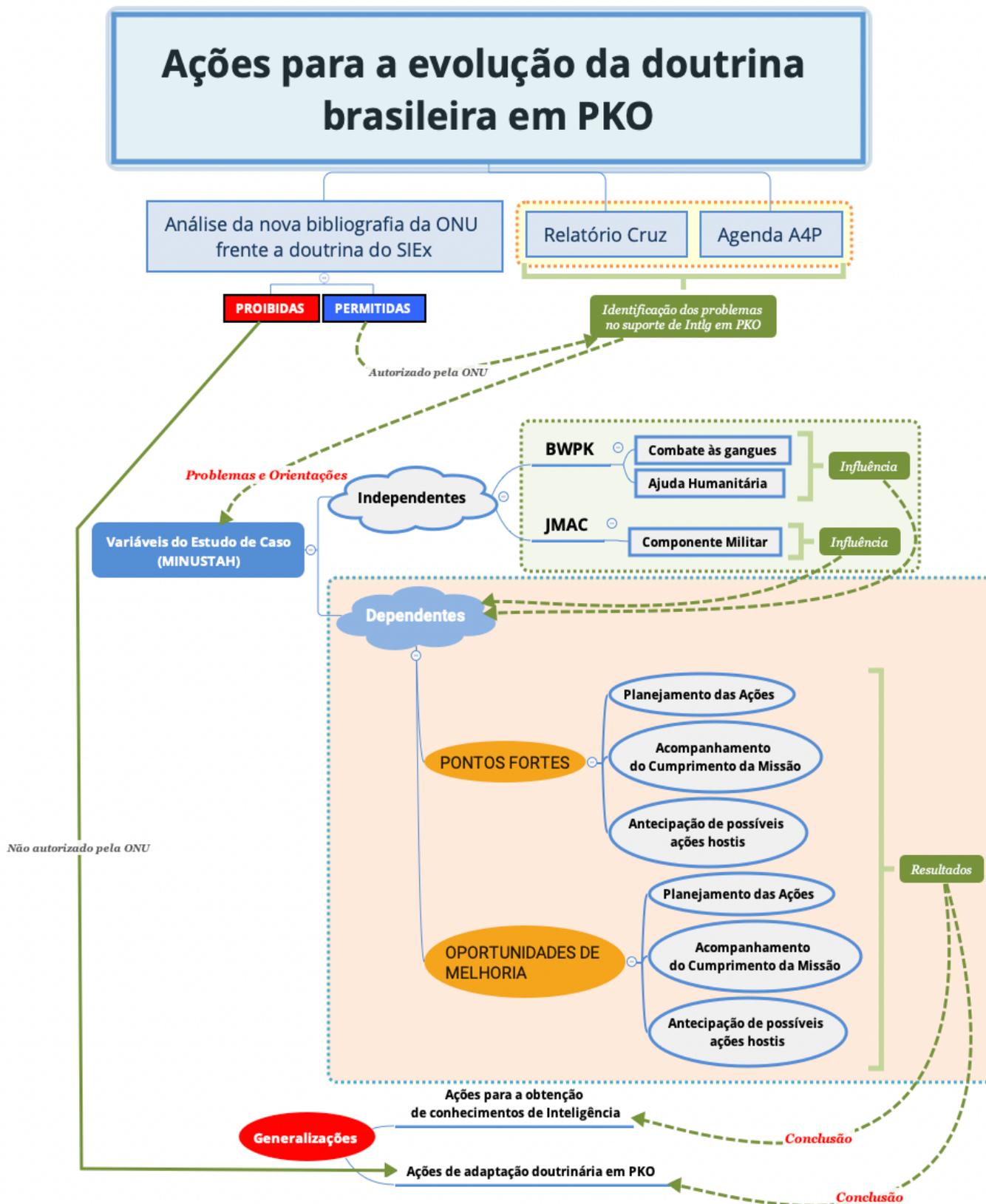
Para as generalizações sobre o suporte de inteligência militar em PKO, a técnica de análise de dados a ser utilizada será a Análise Categorical. Segundo Bardin (2016), esta técnica de análise é cronologicamente a mais antiga e, na prática, a mais utilizada.

Para isso, os resultados da primeira fase da pesquisa serão encaminhados para a segunda fase, se forem consideradas ações de inteligência permitidas pela nova bibliografia da ONU. A categoria das ações da doutrina nacional de inteligência consideradas não permitidas pela bibliografia da ONU já irão gerar inferências sobre possíveis adaptações doutrinárias para atender à inteligência em PKO.

Na segunda fase, as ações de inteligência permitidas pela ONU, extraídas dos pontos e fortes e oportunidades de melhoria foram classificadas entre os indicadores:

1. O planejamento das Ações
2. O acompanhamento do cumprimento da missão
3. A antecipação de possíveis ações hostis

O Quadro 14 facilita a compreensão do processo de análise e generalização deste projeto de pesquisa:



Quadro 14: Fluxograma de análise e generalização do projeto de pesquisa  
 Fonte: O Autor

#### 4. RESULTADOS EM DISCUSSÃO

Durante o estudo de caso foram entrevistados 12 participantes da MINUSTAH, todos envolvidos diretamente com a atividade de inteligência. Para a escolha da ordem de execução das entrevistas foi adotada uma investigação do nível mais básico para o topo da missão. Iniciando pelo nível tático, na sequência o nível operacional e por fim o nível estratégico. Essa opção por uma investigação *bottom-up* se justifica por considerar o nível tático como mais relevante para a pesquisa.

O representante brasileiro da MINUSTAH no nível tático é o BRABAT, nele se encontra a célula de inteligência (G2) que mais se correlaciona com a solução ao objetivo geral deste estudo que é propor adaptações no preparo e emprego dos integrantes de células de inteligência militar em futuras operações de paz. Como a maioria dos brasileiros que já participaram da atividade de inteligência em PKOs foram integrantes do G2 do BRABAT, a célula do G2 ganha maior proeminência para o estudo.

Para montar o roteiro inicial para as entrevistas, foram verificadas todas as falhas na inteligência militar e suas possíveis soluções já listadas no referencial teórico deste estudo, principalmente obtidas no Relatório Cruz. Com o roteiro já definido (Apêndice A), as entrevistas iniciaram pelos ex-integrantes do G2 do BRABAT, com o total de 5 entrevistados, de diferentes BRABAT, em diferentes períodos, para se obter uma resposta fidedigna ao período levantado para o estudo (2010-2016).

Ao longo das entrevistas com os ex-integrantes do G2 procurou-se manter o mesmo roteiro para todas as entrevistas, de forma a viabilizar uma comparação entre os resultados e as diferentes opiniões. Após as entrevistas com os G2, o roteiro de entrevista foi adaptado para ser utilizado com os Comandantes do BRABAT. A mudança foi necessária tendo em vista os dados já obtidos com os G2 e a necessidade de coletar de novos dados, haja vista que os ex-comandantes do BRABAT tem condições de identificar falhas no processo do suporte de inteligência para sua consciência situacional<sup>23</sup>, apontando oportunidades de melhoria na célula do G2, que lhe presta assessoramento imediato. As entrevistas com os ex-comandantes do BRABAT encerraram a investigação no nível tático. Assim, o roteiro de entrevista foi sendo adaptado à medida que o nível dos entrevistados subia no processo decisório da MINUSTAH,

---

<sup>23</sup> Consciência Situacional - Percepção precisa dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um período determinado de tempo, permitindo ou proporcionando ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o pensamento à frente do objetivo. É a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real (BRASIL, 2015, p. 35).

confirmando os dados levantados pelo nível anterior e buscando novas oportunidades de melhoria e suas soluções, de modo a incrementar o suporte de inteligência nas PKOs.

A partir da oitava entrevista com os Adjuntos do G2 e os ex-comandantes do BRABAT acredita-se ter se atingido o ponto de saturação do corpo de dados, no nível tático. Conforme Minayo (2022, p. 5), saturação é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referirem a um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado. O autor ainda reforça que “o ponto de pausa acaba ocorrendo, não por razões metodológicas, mas nos limites dos recursos disponíveis” (MINAYO, 2002, p. 6). Neste sentido, houve uma maior dificuldade em entrevistar os ex-comandantes do BRABAT, pela menor quantidade frente aos Adj G2.

O nível operacional foi o mais difícil para se obter entrevistas. Os representantes do nível operacional são os integrantes do U2, célula de inteligência que assessora diretamente ao *Force Commander*<sup>24</sup>. À semelhança de outras PKOs, na MINUSTAH os integrantes do U2 eram mobiliados por militares oriundos de países da OTAN, na maioria canadenses e norte-americanos, motivo pelo qual a pesquisa neste nível foi dificultada. Além da complexidade em se localizar estes militares, tendo em vista suas nacionalidades e o sigilo envolto na identificação dos participantes desta célula de inteligência, os mesmos não teriam muito a oferecer por possuírem doutrinas de inteligência militar diferentes da nacional, poderiam identificar falhas no processo brasileiro, mas suas soluções seriam enviesadas na direção do que é previsto na doutrina da OTAN.

Para solucionar essa problemática, optou-se por utilizar dados de uma entrevista realizada por Bonavita (2016) com o Gen Santos Cruz, antigo *Force Commander* da MINUSTAH. Os dados da entrevista realizada por Bonavita atendem às necessidades para confirmar o que foi coletado no nível tático, passando a visão do componente operacional quanto às deficiências no suporte de inteligência da MINUSTAH. Ainda, o próprio Relatório Cruz (2017) foi aproveitado para validar o nível operacional, tendo em vista que também é fruto da vivência de Santos Cruz como comandante do componente militar da missão, passando mais informações que a entrevista anterior sobre o suporte de inteligência.

A investigação no nível estratégico foi materializada pela entrevista com o chefe do JMAC da MINUSTAH, célula de inteligência que assessora diretamente o SRSG<sup>25</sup> na missão.

---

<sup>24</sup> Force Commander – É o comandante do componente militar nas PKOs.

<sup>25</sup> SRSG – Representante Especial do Secretário Geral da ONU (sigla em inglês), cada PKO é liderada por um SRSG, que coordena as ações dos componentes militar, civil e policial.

Apesar de ser uma função destinada ao componente civil da MINUSTAH, um veterano<sup>26</sup> brasileiro ocupou a função por um período de 6 anos (2012-2017), possuindo, portanto, larga experiência e capacidade para criticar o suporte de inteligência brasileiro na MINUSTAH.

Após as entrevistas com todos os níveis do suporte de inteligência na MINUSTAH, foram entrevistados integrantes do CCOPAB e do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Centros militares que interagem diretamente com a inteligência militar brasileira, o CIE na formação de agentes e analistas de inteligência e o CCOPAB na adaptação doutrinária ao ambiente de missões de paz. As entrevistas tiveram por foco obter uma visão atualizada da evolução do suporte de inteligência em PKOs e ratificar a eficácia das propostas para o incremento da atividade de inteligência, assinaladas pelo estudo de caso da MINUSTAH. Neste sentido, no CCOPAB foi entrevistado o Chefe do Setor de Inteligência e no CIE foi entrevistado o Chefe da Divisão de Inteligência, cargos diretamente relacionados com a doutrina da inteligência em PKO.

Para preservar a identidade dos entrevistados durante as citações optou-se por utilizar códigos em vez de seus verdadeiros nomes. O anonimato dos entrevistados se justifica pois a maioria deles ainda participa do sistema de inteligência e, assim, o sigilo de suas informações pessoais não deve ser quebrado. Dessa maneira, os códigos escolhidos seguem conforme o Quadro 15, que resume as atividades de investigação deste estudo:

Níveis	Entrevistado	Código	Quantidade	Finalidade
Tático	Adjunto do G2 (1º)	A1	5	Identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria
	Adjunto do G2 (2º)	A2		
	Adjunto do G2 (3º)	A3		
	Adjunto do G2 (4º)	A4		
	Adjunto do G2 (5º)	A5		
	Cmt BRABAT (1º)	C1	3	
	Cmt BRABAT (2º)	C2		
	Cmt BRABAT (3º)	C3		

<sup>26</sup> Veterano - militares da reserva remunerada e reformados.

Operacional	Force Commander	Sem código. Entrevista já publicada do Gen Santos Cruz	1	
Estratégico	Chefe do JMAC	J1	1	
Doutrinário	Chefe da Divisão de Inteligência do CIE	I1	1	Atualização Doutrinária
	Oficial de Inteligência do CCOPAB	P1	1	

Quadro 15: Resumo das entrevistas

Fonte: O Autor

#### 4.1 A NOVA BIBLIOGRAFIA DA ONU

Na nova bibliografia da ONU, lançada a partir de 2019, fica flagrante a intenção da Nações Unidas em regulamentar todos os “pontos cegos” quanto ao uso da inteligência militar, de modo a garantir sua imparcialidade no processo de pacificação. Entre os mais importantes manuais com atualizações na doutrina de inteligência estão o Peacekeeping Intelligence Policy (PKI Policy), o Military Peacekeeping Intelligence Handbook (MPKI) e United Nations Infantry Battalion Manual (UNIBAM).

O PKI Policy é um manual de políticas de inteligência, que positivou todas as políticas de inteligência tradicionais, já seguidas na maioria dos países integrantes da ONU, por causa de sua doutrina doméstica, porém trouxe novos conceitos exclusivos para as operações de paz.

Inicialmente, a não clandestinidade é o princípio com maior impacto para as operações de inteligência tradicionais, pois, como já explanado no referencial teórico, dificulta todas as técnicas operacionais tradicionais de inteligência, principalmente quanto às fontes humanas, que se utilizam de subterfúgios sigilosos para se manter no anonimato e buscar o dado negado<sup>27</sup>.

Outro princípio novo na inteligência de PKOs é a Independência:

9.6. Independência: As atividades de inteligência de manutenção da paz das operações de manutenção da paz serão totalmente autônomas e independentes em todos os aspectos de qualquer sistema nacional de inteligência ou outras operações e manterão seu caráter exclusivamente internacional. As missões podem estabelecer contato com entidades não pertencentes à missão para fins de recebimento de inteligência e podem compartilhar inteligência de manutenção da paz específica com entidades não

<sup>27</sup> Dado negado – Termo na inteligência para o dado (informação) que possui alguma proteção de sigilo, não é aberto ao público e necessita de técnicas especiais para sua obtenção.

pertencentes à missão, incluindo Estados Anfitriões, desde que o façam sob condições e dentro dos parâmetros descritos neste documento e orientações relacionadas (UNITED NATIONS, 2019).

O arcabouço que reveste o princípio da independência da inteligência em PKOs traz várias implicações para a atividade, mas, para esse estudo, o principal é que o princípio reforça a premissa que técnicas operacionais domésticas não serão mais aceitas e que trocas de informação sigilosas entre os contingentes das missões e outras agências de inteligência também não serão permitidas. A troca de informações sigilosas por interesses ou mesmo a venda de informações é outra prática muito comum na atividade de inteligência doméstica e internacional.

Diferente do PKI Policy, um manual de regulamentos, o MPKI é um manual robusto que ensina a atividade de inteligência, com um passo a passo das atividades, de todas as fases do ciclo de inteligência e com exemplos de produtos de inteligência, modelos de ordens e relatórios. O intuito da ONU com esse manual é resgatar todo e qualquer país com algum atraso na doutrina básica de inteligência e padronizar os conhecimentos nas PKOs.

Em relação a diferença doutrinária entre o MPKI e o SIEx, as principais fontes de atrito já haviam sido identificadas pelo referencial teórico, com alguns produtos de inteligência e modelos de ordem (orientação e busca) que podem ser incorporadas/adaptadas a doutrina brasileira. É importante ressaltar que os princípios da independência e da não-clandestinidade, principais pontos de atrito entre a doutrina nacional e a de PKOs, como todo princípio, tem inúmeras implicações para atividade de inteligência, devendo ser avaliado caso a caso, sempre que uma atividade de inteligência for ser executada. Suas principais implicações foram analisadas à luz das situações problema levantadas pelo Relatório Cruz, e serão discutidas nos itens a seguir, deste mesmo capítulo.

O UNIBAM foi uma boa surpresa para atividade de inteligência, pois já resolve alguns problemas que serão tratados na continuação do capítulo, como o aumento de efetivo para as atividades de inteligência. É notório que na reformulação do organograma de cargos de seus Batalhões de Operações de Paz a ONU priorizou a atividade de inteligência. Essa priorização é verificada em duas novas frações de sua estrutura, o Pelotão ISR, como 22 integrantes e o Pelotão de Engajamento, com cerca de 18 integrantes:

#### 3.5.4. Pelotão de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR)

O pelotão ISR possui uma Seção de Reconhecimento especialmente treinada, que também pode atuar como uma Seção de Vigilância com um Sistema Aéreo Não Tripulado (UAS) tático. A Seção de Vigilância também coordena o emprego de outros

sensores, incluindo radares de vigilância terrestre. A seção S2 MPKI coordena as atividades do pelotão ISR, sendo a autoridade encarregada desses ativos de aquisição (UNITED NATIONS, 2020, p. 66).

### 3.6. Pelotão de Engajamento (PE)

3.6.1. Missão. A missão do PE é aumentar a consciência situacional do batalhão, mapeando a demografia da AO para identificar áreas vulneráveis e populações de risco (UNITED NATIONS, 2020, p. 68).

Cabe importante destaque em relação ao Pelotão de Engajamento, que, além de ser uma fração voltada para a inteligência etnográfica<sup>28</sup>, deve possuir no mínimo 50 por cento de seu efetivo destinado a mulheres, o que irá facilitar a atividade de inteligência, na medida em que irá potencializar as ações de busca, tema que será analisado no item sobre prontidão de inteligência na missão. Além disso, o EP é dividido por equipes, de 4 integrantes, em apoio direto às subunidades de combate, fato que como foi sugerido pelo Relatório Cruz, em 2017, em outra crítica a falha na prontidão de inteligência das PKOs.

Ainda, o UNIBAM traz um novo princípio militar a ser seguido, o das operações lideradas pela inteligência. Esse princípio prevê que o “acesso contínuo à inteligência de missão de paz, oportuno, relevante, preciso e de todas as fontes é fundamental para o planejamento operacional do UNIBAM e de seus processos de tomada de decisão” (UNITED NATIONS, 2020, p. 3). Esse é um grande passo da ONU em PKO, mais uma vez reforçando a importância da atividade, fomentando sua prática e a diversificação de suas fontes de dados.

Do estudo das novas bibliografias da ONU, pode-se inferir que, apesar da proeminência que essas documentações destinam à atividade de inteligência, verifica-se uma série de limitações ao pleno emprego da atividade de inteligência na PKOs. Tudo com o receio de que a referida atividade saia dos parâmetros das Nações Unidas e possa afetar sua imagem no Concerto das Nações. Por outro lado, é de se considerar que os novos manuais são excelentes suportes para o planejamento de inteligência nas PKOs e, na mesma medida em que restringem a atividade, trazem novas possibilidades que se bem utilizadas podem contornar as dificuldades que ora se apresentam.

## 4.2 O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

---

<sup>28</sup> Inteligência Etnográfica – ligada a análise do terreno humano, o entendimento da população entre a qual as forças da ONU estarão operando UNITED NATIONS, 2019, p. 77

#### 4.2.1 Mentalidade e comportamento operacional

Quanto à mentalidade e comportamento operacional, o Relatório Cruz indica que as missões falham em não assumir uma postura proativa, elas cedem à iniciativa de atores hostis e ficam mais vulneráveis aos ataques. Neste sentido, foram investigados os fatores que levariam a uma falha de proatividade pelo BRABAT.

A investigação revelou que os integrantes da célula de inteligência do BRABAT na MINUSTAH não chegaram na missão com as habilidades necessárias e equipamentos suficientes. Dentre os 5 adjuntos do G2 entrevistados, a maioria considera insatisfatória o nível de preparo de seus integrantes na chegada à MINUSTAH, conforme A1:

[...] no meu entendimento o início das atividades dependeu muito do contato com o militar que iria passar a função, a experiência por ele adquirida e repassada para o contingente sucessor foi fundamental para o sucesso da missão, particularmente para o seu desenrolar inicial.

Do ponto de vista da maioria, não ocorreu um adestramento específico para as atividades de inteligência em operações de paz, o que fez com que os recém chegados à missão ficassem dependentes dos ensinamentos recebidos dos militares que estavam saindo da missão. Além disso, não houve um treinamento anterior sobre os meios de análise disponibilizados pela ONU, na época o IBM 12<sup>29</sup>.

Na parte de material foi verificada a insuficiência de equipamentos para execução de buscas por meio das fontes de IMINT e SIGINT. Apesar de a célula do G2 possuir especialistas em análise de imagens e de sinais, não havia equipamentos ou os mesmos não eram adequados à necessidade. Essa deficiência em fontes de busca/coleta de dados de inteligência acabou por deixar o BRABAT dependente das fontes humanas (HUMINT).

Depender de apenas uma fonte de informações (HUMINT) pode se mostrar ineficiente para a confirmação dos dados, e até improdutivo, face à nova normatização da ONU, tendo em vista que as HUMINT são as fontes de inteligência que mais sofrem restrição quanto ao seu emprego. Isto, devido a natureza de não clandestinidade e as várias limitações quanto ao emprego de técnicas operacionais de inteligência, já explanadas no referencial teórico, que fazem com que as HUMINT não sejam exploradas em sua plenitude. Assim, verifica-se que o suporte de inteligência do BRABAT, que deveria explorar outras fontes de dados para superar as limitações impostas pela ONU, na verdade era dependente das HUMINT. Não houve críticas

---

<sup>29</sup> Software de para emprego na análise de inteligência fornecido pela MINUSTAH.

dos Adj G2 quanto à mentalidade adequada para as atividades de inteligência, todos foram categóricos em destacar esse fator como um ponto positivo no BRABAT.

Com relação ao efetivo para as atividades da célula de inteligência do BRABAT, a maioria dos Adj G2 consideram o efetivo insuficiente, apenas um adjunto apontou o efetivo como adequado. Ao se comentar sobre o efetivo do BRABAT é importante destacar que a alegada falta de pessoal não é um problema apenas da célula de inteligência, todas as células de planejamento do Estado-Maior do BRABAT estão em constante busca por aumento de efetivo, cabendo ao Comandante equacionar as demandas, o que explica a variação do efetivo da célula de inteligência durante os rodízios do BRABAT. No geral, a célula do G2 funcionou com 02 oficiais analistas, um para o ramo da inteligência e o outro para a contrainteligência; e 04 auxiliares, geralmente especialistas em IMINT e SIGINT e HUMINT.

O efetivo de cerca de seis militares especializados na atividade de inteligência é insuficiente para conduzir operações de inteligência e realizar a análise dos dados. Essa deficiência do Batalhão de Operações de Paz, na capacidade de conduzir operações de inteligência, já havia sido identificada no Relatório Cruz e na própria entrevista realizada por Bonavita (2016) ao *Force Commander* da MINUSTAH. Desta forma, C3 clarifica que para dirimir essa problemática o BRABAT se valeu do uso de todas as suas frações de combate como sensores inteligência, orientando a coleta de dados dos militares não especializados em inteligência e, para casos mais sensíveis, era empregado o DOPAZ, tropa de operações especiais apta a realizar a busca de dados.

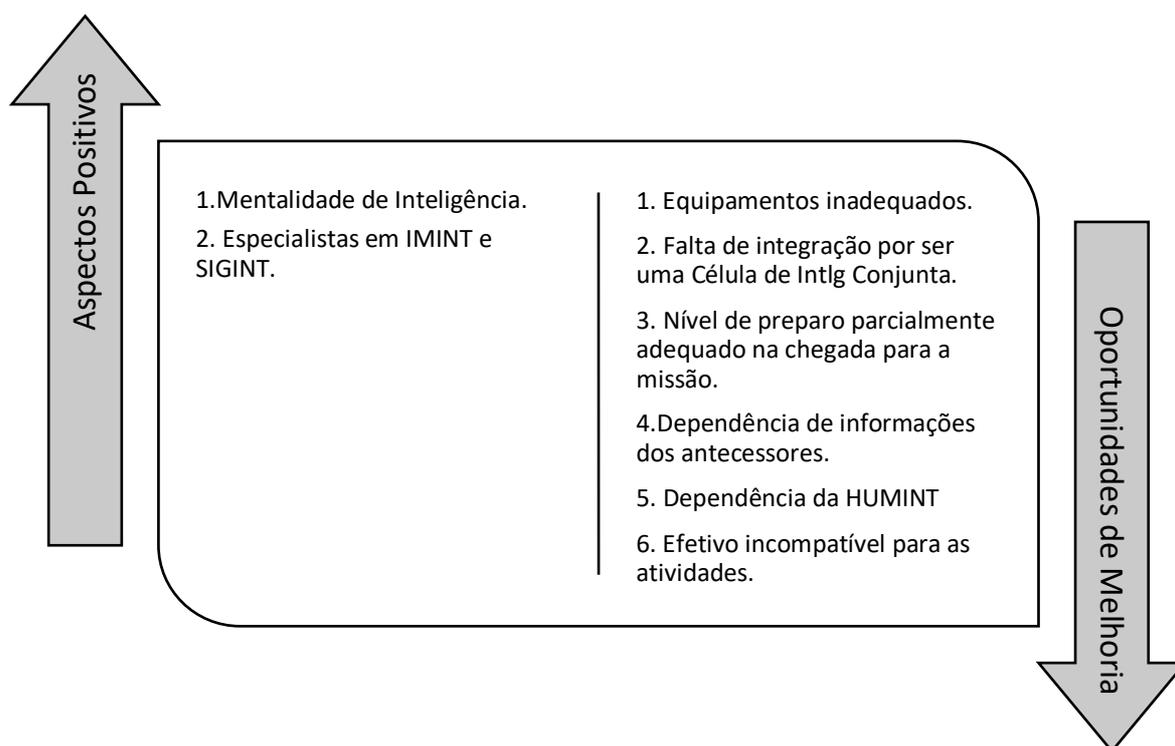
O novo manual dos UNIBAM já prevê uma solução para o supracitado problema, com a inclusão do Pelotão de Reconhecimento no organograma do UNIBAM. Na nova constituição do Batalhão de Manutenção de Paz existe uma fração voltada especificamente para as atividades de inteligência, com mais de trinta homens, o que implica na capacidade de mobilizar diversos grupos de operações, em prol do esforço de busca de dados, preservando a célula do G2 vocacionada para a análise de dados, outra capacidade que se encontrava deficiente por limitação de efetivo.

O posicionamento dos comandantes do BRABAT foi semelhante aos Adj G2. O principal óbice para uma inteligência mais operacional é a parte de equipamentos, principalmente para emprego nas fontes de IMINT e SIGINT. O treinamento anterior a missão deve ser aprimorado, porém terá que ser aperfeiçoado às especificidades da missão. Ainda, foi verificado por apenas um dos Comandantes, que existe um dificultador na célula de inteligência

do BRABAT pelo fato da mesma ser conjunta<sup>30</sup>. Na divisão dos cargos desta célula, os analistas de inteligência sempre são do Exército Brasileiro, enquanto o chefe da célula é um oficial da Marinha do Brasil, todos com especialização em inteligência militar. Como existem diferenças entre as doutrinas de inteligência de cada força singular, cria-se uma dificuldade para a integração da célula. Nesse sentido, C1 destaca que:

Muitas das habilidades individuais e coletivas são refinadas no ambiente operacional, mesmo que as equipes tenham sido adestradas previamente. Quanto aos equipamentos, ainda existia muita improvisação sem ter definidos de forma adequada as quantidades para a Seção. Ressalta-se, também, outro complicador que é o fato de ser uma célula conjunta.

O Quadro 16 resume os aspectos obtidos nas entrevistas com os Adjuntos do G2 e ex-comandantes do BRABAT, quanto à área problema Mentalidade e Comportamento Operacional.



Quadro 16: Resumo dos aspectos da área problema - Mentalidade e Comportamento Operacional.  
Fonte: O Autor.

<sup>30</sup> O termo “conjunto” é relativo à participação de mais de uma das três Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica).

#### 4.2.2 O Treinamento para missão

O treinamento para a missão se confirmou como uma oportunidade de melhoria para a inteligência nas PKOs. Em que pese todos os integrantes da célula de inteligência do BRABAT possuírem a especialização em inteligência militar, foi unânime por parte de todos os Adj G2 e dos ex-comandantes que existe a necessidade de se adaptar a atividade de inteligência para o ambiente de uma operação de paz, isso devido as suas limitações no emprego de técnicas operacionais e peculiaridades do ambiente no país hospedeiro. Quanto a esta oportunidade de melhoria, A2 clarifica que:

Apesar da especialização de todos os militares da célula e de suas capacidades individuais, não ocorreu um adestramento específico para sua preparação. Não ocorreu uma preparação de planejamento conjunto, tanto entre os integrantes do G2 como entre as outras seções do Estado-Maior.

Dentre as limitações no emprego da inteligência militar no ambiente das PKOs, foi ressaltada a impossibilidade do uso de informantes. Essa era uma capacidade das HUMINT muito valorizada pelos Adj G2 e citada no referencial teórico como um dos fatores de êxito para as operações de inteligência na MINUSTAH. Para solucionar essa nova problemática, foi sugerido aumentar a rede de colaboradores, por meio de outras seções do BRABAT, além de reforçar fontes de busca de dados de inteligência que não são limitadas pela legislação da ONU, tais como: OSINT, CYBERINT, IMINT e SIGINT. Seguem as sugestões de A3:

[...]1. OSINT (obtenção de dados em fonte aberta). Julgo interessante uma capacitação mínima para conhecimento de buscadores específicos (por exemplo: por tipo e propósito de rede social, sites com acesso a banco de dados, etc), bem como para aprender a utilizar ferramentas para refinar pesquisas.

2. Expandir a capacidade da tropa como “sensor de inteligência” não só sensibilizando os homens para tal potencial, mas também dotando e disseminando o emprego de instrumentos ópticos, drones e outros dispositivos que possibilitem “ver além do alcance dos olhos”.

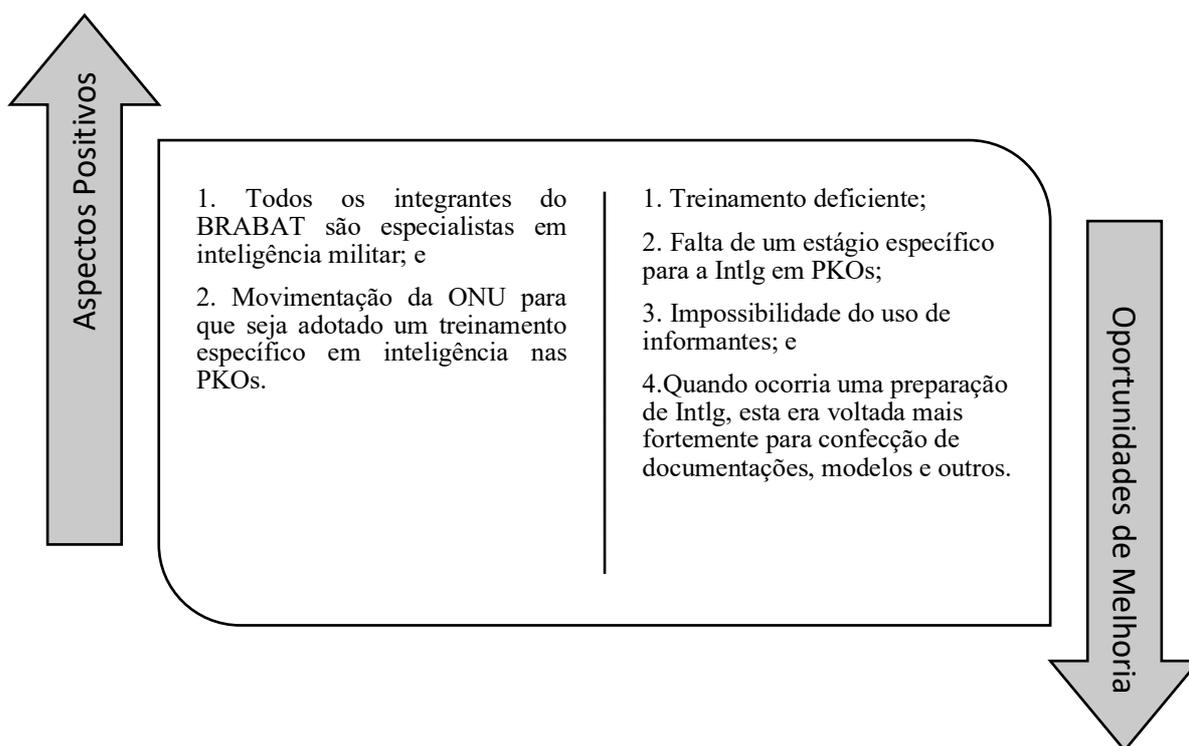
3. Estabelecer uma boa rede de colaboradores (para isso, pode-se contar com o valioso apoio de outras seções já mencionadas anteriormente, particularmente Com Soc/ Ass Cívica que realizam muitos contatos). Destaco aqui que me refiro a “colaboradores” e não a “informantes”, conforme excludente imposta pelo próprio enunciado da pergunta.

Para a melhoria do treinamento dos integrantes da célula de inteligência do BRABAT a principal crítica encontrada é a ausência de um treinamento específico para a inteligência nas operações de paz. Foi observado que apenas alguns contingentes realizaram uma atualização dos conhecimentos de inteligência no CIE, que ocorreu sob forma de estágio. Ainda, segundo A1, “essa preparação era voltada mais fortemente para confecção de documentações, modelos e outros”. Não houve consenso entre os Adj G2 e os ex-comandantes do BRABAT sobre o

melhor centro doutrinário para a realização de uma preparação específica de inteligência em operações de paz, com um resultado equilibrado entre os que apontaram o CCOPAB e o CIE.

Em entrevista com o P1, foi identificado que existe uma movimentação da ONU para que seja adotado um treinamento específico em inteligência nas PKOs. Em 2021, o CCOPAB participou de um estágio de inteligência militar das Nações Unidas, coordenado pelo próprio serviço integrado de treinamento da ONU. O Estágio teve a intenção de padronizar procedimentos e preparar instrutores para replicar os conhecimentos nos países contribuintes de tropas.

Por outro lado, na entrevista com o I1, verificou-se que o CIE realizou estágios de atualização de inteligência para os BRABAT de acordo com a demanda dos contingentes. Assim, o estágio só foi realizado quando houve a solicitação do contingente, durante seu preparo. Isso explica a ausência do referido estágio para alguns BRABAT. Face a essa situação episódica com que os BRABAT foram atualizados quanto a inteligência em PKOs, e à luz da intenção da ONU em se aprimorar o preparo para essa atividade, verifica-se a importância de que o adestramento específico em inteligência para as PKOs se torne uma rotina obrigatória durante o preparo de cada BRABAT. Neste sentido, o I1 sugere que esse estágio ocorra no próprio CCOPAB, com a participação de especialistas do CIE. “O CCOPAB possui maiores condições de verificar as peculiaridades de cada missão de paz, suas necessidades específicas e passar para o CIE os objetivos que devem ser trabalhados”. Dessa forma, o CCOPAB em conjunto com os especialistas do CIE, poderá conduzir as melhores práticas para o emprego da inteligência militar em cada missão específica.



Quadro 17: Resumo dos aspectos da área problema - Treinamento para Missão.  
Fonte: O Autor.

#### 4.2.3 A Inteligência não é funcional e não gera ação de missão contra as ameaças

De todos os problemas levantados pelo Relatório Cruz, a crítica de que a inteligência não estaria gerando missões contra as ameaças é a mais contundente, pois de nada serve o conhecimento se não for transformado em uma vantagem relativa frente às possíveis ameaças.

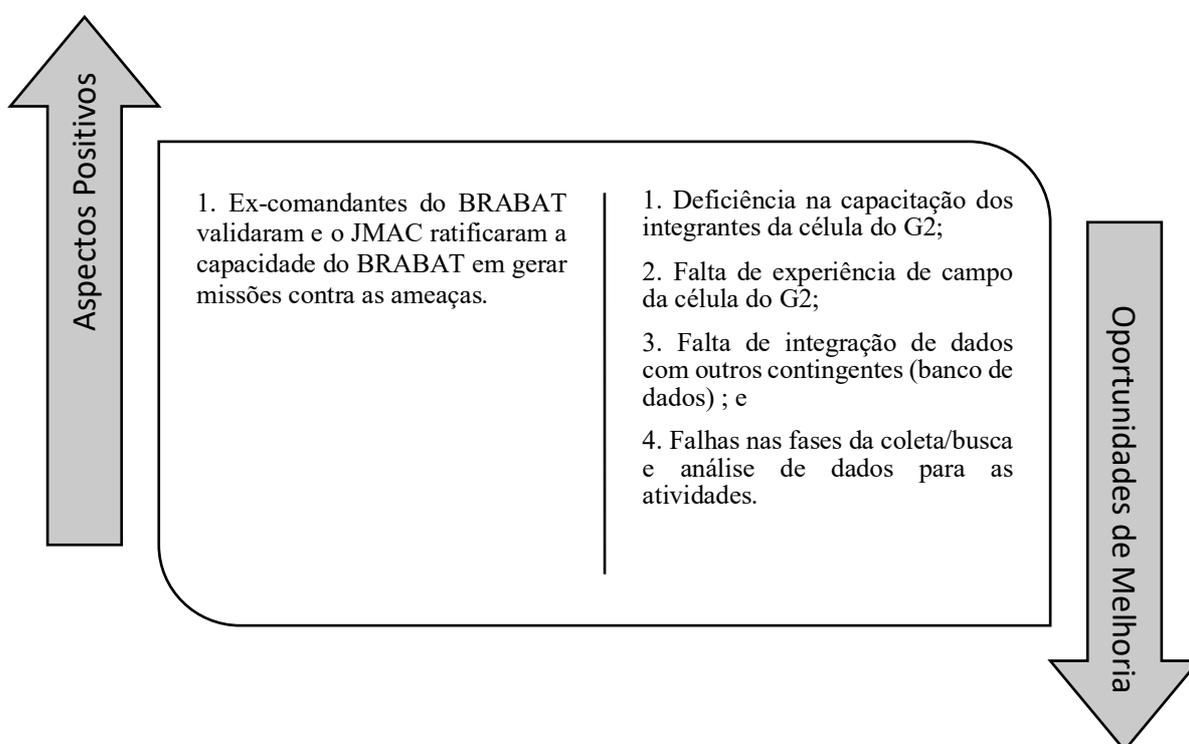
Essa falha não se confirmou nas entrevistas com os Comandantes do BRABAT, pois a maioria considera que suas células de inteligência atendeu parcialmente ao esperado, no enfrentamento contra as ameaças. No entanto, foram feitas críticas quanto a capacitação dos militares da célula do G2, que retornam à problemática do item anterior, o treinamento específico para a missão.

Além da parte de capacitação, C2 também fez críticas quanto aos aspectos relacionados à experiência de campo na missão e a integração de informações com outros contingentes (banco de dados, e outras deficiências que se relacionam com o próximo item do estudo de caso, a prontidão de inteligência na missão.

Em que pese o Nível Operacional, Force Commander, apontar falhas na geração de missão contra ameaças, a entrevista com o J1 não ratificou esse dado. Pelo contrário, o JMAC indicou que durante a MINUSTAH esse era realmente um problema grave entre as inteligências dos países contribuintes, mas não era o caso do BRABAT.

Assim, verifica-se que a geração de missão contra as ameaças é uma junção de vários fatores do processo de inteligência, um produto das fases do ciclo de inteligência, do qual as principais falhas apresentadas estão inseridas na busca/coleta de dados e na sua análise. As falhas na capacitação de pessoal e meios para busca/coleta implicam na deficiência de dados para serem analisados, fase que, por sua vez, também necessita de pessoal capacitado e meios para realizar uma boa análise dos dados e se chegar aos produtos de inteligência eficientes o bastante para direcionar as missões contra as ameaças.

Portanto, um resultado parcialmente satisfatório quanto a geração de missão contra as ameaças indica que o ciclo de inteligência dentro do BRABAT funciona, mas com oportunidades de melhoria no processo.



Quadro 18: Resumo dos aspectos da área problema - Inteligência Funcional.  
Fonte: O Autor.

## 4.3 O ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO

### 4.3.1 Prontidão em missão

A falta de prontidão em missão foi definida pelo Relatório Cruz como a perda de conhecimento da situação, do terreno, e das relações com outros integrantes das PKOs, além da falta de percepção do ambiente operacional. Durante as entrevistas com os Adj G2 foram identificados os seguintes fatores que influenciam diretamente nesta falha:

- Rotação de 100% do efetivo da célula de inteligência nos rodízios entre os contingentes;

- Dificuldade na obtenção de dados; e

- Dificuldade na análise de dados.

A rotação de 100% por cento do efetivo da célula de inteligência do BRABAT foi apontada, por unanimidade, como um dos principais óbices para um melhor desempenho nas atividades de inteligência. Conforme A4, “O período de seis meses na missão é considerado curto para conhecer o Ambiente Operacional e para estabelecer laços de confiança com os colaboradores”, estes laços de confiança são fundamentais para que ocorram as trocas de informações sigilosas, necessárias ao esforço de busca. Além disso, o conhecimento do ambiente operacional é totalmente perdido, no momento da rotação de 100% do contingente, tendo o novo contingente que iniciar os trabalhos praticamente do zero. Algumas sugestões para solucionar esse problema foram elencadas por A3 e pelo próprio Relatório Cruz:

“O meu contingente foi de 8 meses, nele particularmente, tivemos 1 militar do G2 que permaneceu na célula por 1 ano, assim ele pode passar os conhecimentos adquiridos pelo pessoal do meu contingente para o contingente sucessor. No entanto, o mesmo teve que colher informações sobre todas as células do G2 (Intlg, CI, Sinais), creio que se tivéssemos 1 militar de cada célula permanecendo por 1 ano seria o mais adequado”.

As Nações Unidas e os países contribuintes de tropa devem desenvolver um sistema de rodízio pelo qual as tropas rotacionam em uma base de 50% ou mantenham pelo menos 20% do contingente com experiência no contexto operacional (UNITED NATIONS, 2017).

Porém, uma solução para essa problemática também esbarra em entraves logísticos, pois a ONU só cobre os custos de uma única rotação anual para todo o efetivo do BRABAT. Então, como o BRABAT faz um rodízio semestral, já arcando com os custos de um rodízio por ano, uma rotação defasada também não seria coberta pela ONU, aumentando ainda mais os custos brasileiros. A solução de que parte dos integrantes da célula do G2 seja trocada anualmente, parece mais viável por parte da logística e atende as necessidades da manutenção dos conhecimentos de inteligência na missão, de forma que sempre que haja rodízio (semestral) dos contingentes do BRABAT parte da célula de inteligência não seja trocada, funcionando como uma “memória” dos conhecimentos de inteligência.

A dificuldade de obtenção de dados foi diretamente associada ao pequeno efetivo para se realizar as ações de busca e a ausência ou deficiência na utilização de outras fontes de dados como GEOINT, CYBINT, IMINT e OSINT. Ambas as deficiências já foram exploradas durante a análise do comportamento operacional dos integrantes da célula do G2, no entanto

outras soluções para incrementar a obtenção de dados foram mencionadas. Dentre elas, a participação feminina no esforço de busca e o aproveitamento do *Brazilian Way of Peacekeeping* são as mais relevantes para esta análise.

A participação feminina foi considerada por todos os entrevistados como um facilitador no esforço de busca de dados de inteligência. Conforme as entrevistas, a participação feminina como agentes de inteligência pode quebrar várias barreiras no trato com a população local e também com agências locais, aumentando a chance de sucesso das ações de inteligência. No mesmo sentido, C1 reforça que: “a presença feminina é decisiva nas operações de paz como um todo; em particular, considero interessante a proposta para ampliar o esforço de busca/coleta desde que possuidora de treinamento adequado”.

Quanto ao treinamento adequado, no Brasil, o CIE já tem formado agentes e analistas de inteligência do sexo feminino nos últimos anos, o que irá favorecer a referida participação feminina nas próximas missões de paz. No entanto, é importante que seja reservada uma parcela do efetivo previsto no organograma do BRABAT para a participação feminina, mantendo as equipes de busca com efetivo mesclado entre homens e mulheres, para atender as necessidades do esforço de busca.

Ainda, a sistematização do emprego do BWPK pode colaborar com o esforço de busca. Como verificado no referencial teórico, o BWPK é associado a uma facilidade com o brasileiro tem de interagir com a população local. Neste sentido, essa facilidade deve ser explorada de maneira planejada e orquestrada. Por meio de atividades que favoreçam o conagraçamento com a população e criem condições para que os agentes de inteligência possam coletar dados junto à população local. Essas atividades de CIMIC<sup>31</sup> foram largamente utilizadas por todos os BRABAT, porém, na maior parte, não foram atreladas às operações de busca de dados.

As entrevistas também destacaram que o BWPK deve ser diferenciado do “jeitinho brasileiro<sup>32</sup>”. Conforme a entrevista de Santos Cruz, em Bonavita (2016), o jeito brasileiro não potencializa o desempenho da atividade de inteligência, “a coleta de informações através da inteligência humana depende do contexto e do profissionalismo”.

[...] eu não vejo no Brasil nenhum jeito especial de fazer isso não. Eu acho que o jeito brasileiro é responsável por um monte de problemas que nós temos, não pela solução. A sensação que tenho é que o jeito brasileiro às vezes resolve a situação

---

<sup>31</sup> CIMIC (sigla em inglês) – Assuntos Cívicos são o “conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades cívicas e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. Compreendem comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo” (BRASIL, 2015).

<sup>32</sup> Jeitinho brasileiro – Relacionado à capacidade de improvisação e criatividade do brasileiro. No modo pejorativo é associado a intenção de ganhar vantagens pessoais.

num curto prazo e às vezes cria grandes problemas em longo prazo [...] a informação humana é um negócio muito complexo (BONAVITA, 2016, p. 82).

Opinião semelhante também foi encontrada na entrevista com A2:

Acho importante que não se dependa do “desmanivramento<sup>33</sup>” de cada um. Já presenciei situações em que o militar achava que estava “desenrolando” quando na verdade estava passando vergonha no trato com pessoas de outras categorias funcionais (por exemplo jornalistas e estrangeiros). Portanto concordo que em muitas situações as características do povo brasileiro ajudam nas interações, porém tem que se tomar cuidado para não criar uma situação de “vergonha” [...]

Portanto, a inteligência em PKOs deve explorar o BWPK por meio de planejamentos e ações integradas com as outras células do Estado-Maior, principalmente o G9 (Assuntos Cíveis) e G10 (Comunicação Social). Para C1, desta forma o BRABAT criará situações de interação com a população onde as características brasileiras de “simpatia, comunicabilidade e identidade sociocultural” possam ser empregadas em prol do esforço de busca de inteligência.

A dificuldade na análise de dados foi relacionada a uma deficiência na capacitação dos analistas, nos equipamentos e softwares de análise, que eram tecnologicamente defasados. Quanto a capacitação verifica-se que em alguns BRABAT os analistas eram especialistas em inteligência militar, mas não possuíam cursos voltados para a análise de dados. Os cursos do CIE que possuem carga horária de análise de dados são os Cursos Intermediário e Avançado de Inteligência, sendo o Curso Básico de Inteligência mais voltado para as operações. Assim, identificou-se que alguns integrantes da célula do G2, na função de análise, possuíam apenas o Curso Básico de Inteligência, sem a capacitação adequada para sua atividade. Essa situação decorre também do diminuto efetivo do G2, que fica responsável por ambas as atividades, tanto pela análise quanto pela busca de dados. No mesmo sentido, segue o relato de A1:

No G2 onde participei, nenhum militar, à época, possuía o Curso Intermediário ou Avançado de Inteligência, sendo o conhecimento prévio de análise dos militares restritos aos do Curso Básico de Inteligência. No meu entendimento, os militares do G2 chefes das células de Inteligência e Contraineligência deveriam, no mínimo, possuir o Curso Intermediário de Inteligência.

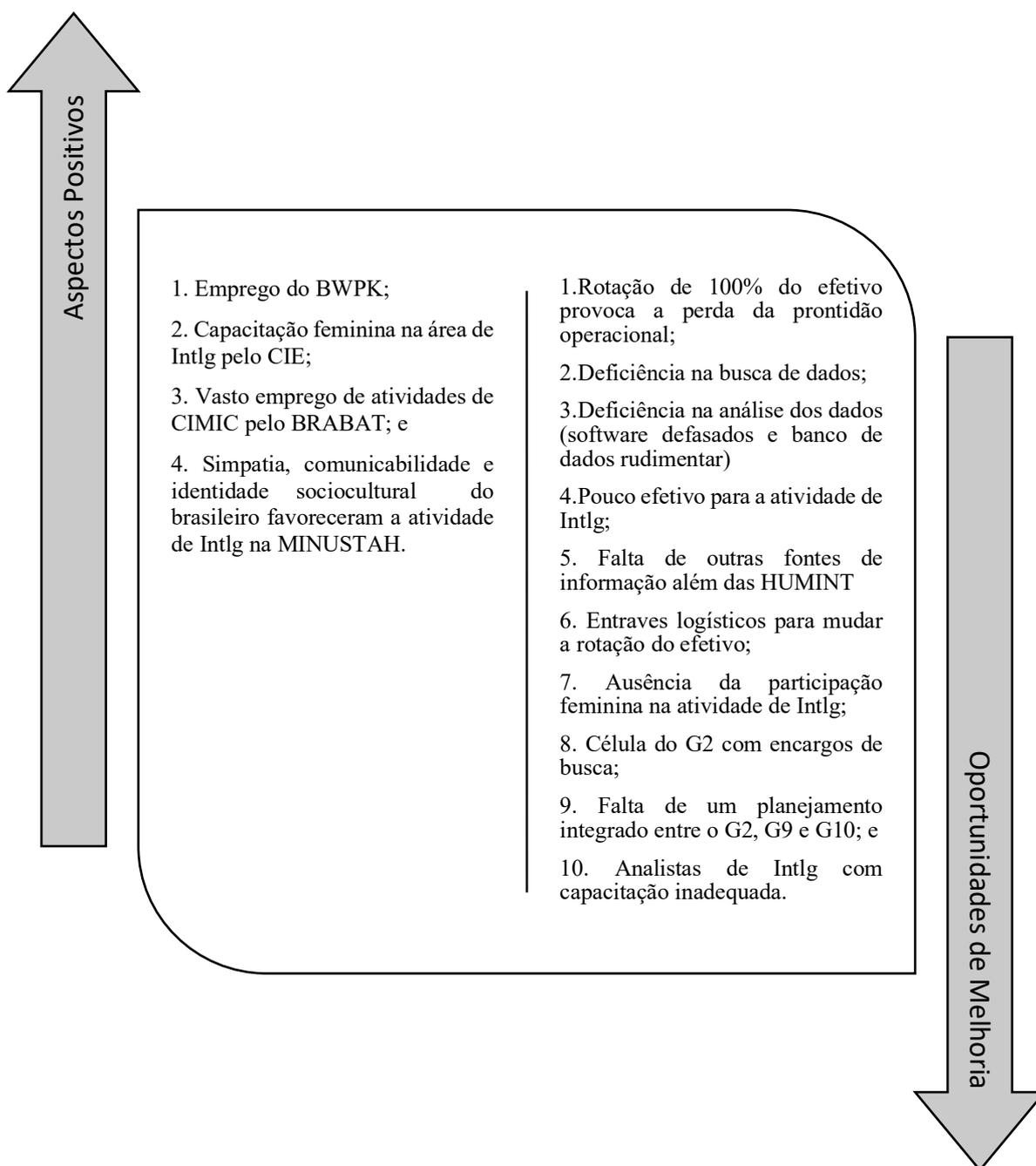
Na entrevista com o CIE, ficou claro que a célula do G2 não deve ficar com os encargos de busca. Para I1, o “G2 é uma agência, recebe relatório, planeja e conduz as operações de inteligência, não tem elemento tático que vai buscar o dado negado”. Dessa forma, os militares que integram os G2, devem ser mais afetos à análise de dados, possuidores de no mínimo o Curso Intermediário de Inteligência.

---

<sup>33</sup>Ligado a desmanivrado – Gíria militar com sentido daquele que resolve os problemas rapidamente, com sucesso, eficiente.

A deficiência em equipamentos defasados está diretamente ligada ao acesso a outras fontes de dados como CYBINT, IMINT e GEOINT, o que dificulta uma análise integrada por várias fontes, levando os analistas a dependerem exclusivamente dos dados obtidos nas HUMINT. Na parte de softwares, foi constatada uma defasagem nos programas para análise de dados e uma crítica quanto à estrutura do banco de dados, feita a partir de planilhas dos programas Excel e Word, o que não facilita o retorno e a integração dos dados.

O uso de um banco de dados rudimentar por parte da atividade de inteligência já havia sido identificado por Rietjens e Dorn (2017, p. 217) em outras PKOs, portanto não é um problema apenas do BRABAT. I1 também se posicionou face a esse problema, em sua visão, a melhor solução seria a ONU adotar um banco de dados integrado para as células de inteligência em PKOs. Isto pois, uma solução nacional não traria integração entre todas as células de inteligência da ONU, ficaria restrita a tropa de cada país. De modo semelhante a I1, Rietjens e Dorn (2017) verificaram que, na MINUSMA, a ASIFU usava um banco de dados do sistema OTAN e somente os países desse sistema tinham acesso às informações, prejudicando sobremaneira o acesso e a integração dos dados de inteligência. Assim, mesmo o CIE possuindo um sistema moderno para seu banco de dados, esse não deve ser usado pelo BRABAT nas PKOs, é um problema que deve ser solucionado pela ONU.



Quadro 19: Resumo dos aspectos da área problema – Prontidão em Missão.  
Fonte: O Autor.

#### 4.4 A ANTECIPAÇÃO DE POSSÍVEIS AÇÕES HOSTIS

De 2013 a 2019, as missões da ONU tiveram 236 fatalidades por atos violentos contra as tropas (UNITED NATIONS, 2017). Como verificado no referencial teórico, a grande quantidade de fatalidades por atos violentos contra as tropas da ONU foi um dos principais motivadores do incremento exponencial da inteligência militar nas PKOs, com a criação da ASIFU, na MINUSMA, e seu efetivo de mais de 400 militares dedicados exclusivamente à

atividade de inteligência. Dentre as principais ações hostis contra as tropas da ONU estão o emprego de emboscadas e explosivos improvisados (UNITED NATIONS, 2017).

#### **4.4.1 Ameaça de emboscadas**

Para prevenir ameaças hostis e proporcionar maior proteção aos civis e peacekeepers, as entrevistas indicaram o emprego de um canal de inteligência direto com a população local, a utilização de meios tecnológicos modernos, como drones e radares de vigilância e o monitoramento de redes de comunicação das ameaças.

No caso de um canal direto de inteligência com a população local, A1 relembra que o disque denúncia já foi implementado no BRABAT e teve um efeito satisfatório. Esse tipo de disque denúncia esbarra na dificuldade do idioma local e no emprego de intérpretes que por muitas vezes acabam por suprimir dados de inteligência importantes no momento da tradução, mesmo assim é uma ferramenta muito útil. Ainda, a MINUSTAH utilizava informantes que recebiam pagamentos por informações sobre possíveis ameaças às tropas da ONU, no entanto esta prática não é mais autorizada pela ONU.

A utilização de meios tecnológicos foi bem aceita entre todos os entrevistados e está sendo largamente empregada na MINUSMA, pela ASIFU. No entanto, a MINUSMA ocorre em um ambiente operacional predominante de deserto, o que favorece a utilização de drones e radares para localização de ameaças. Com isso, essas inovações tecnológicas servem como referência para futuras missões, mas carecem de adaptações ao ambiente operacional das próximas PKOs.

Ainda, observa-se que o monitoramento das redes de comunicação é válido, principalmente o meio rádio, pois não entra em atrito com os princípios da ONU. As ondas de rádio são abertas a qualquer um que consiga explorar a aquela frequência e, portanto, não é considerado uma atividade clandestina. O Brasil já possui experiência neste tipo de monitoramento, essa atividade de inteligência foi largamente utilizada nas operações de Garantia da Lei e da Ordem, durante a intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro, monitorando as redes rádios utilizadas pelo crime organizado. Em PKOs o idioma será novamente um óbice a esse tipo de atividade, mas que pode ser superado com o uso de intérpretes ou militares habilitados no idioma local.

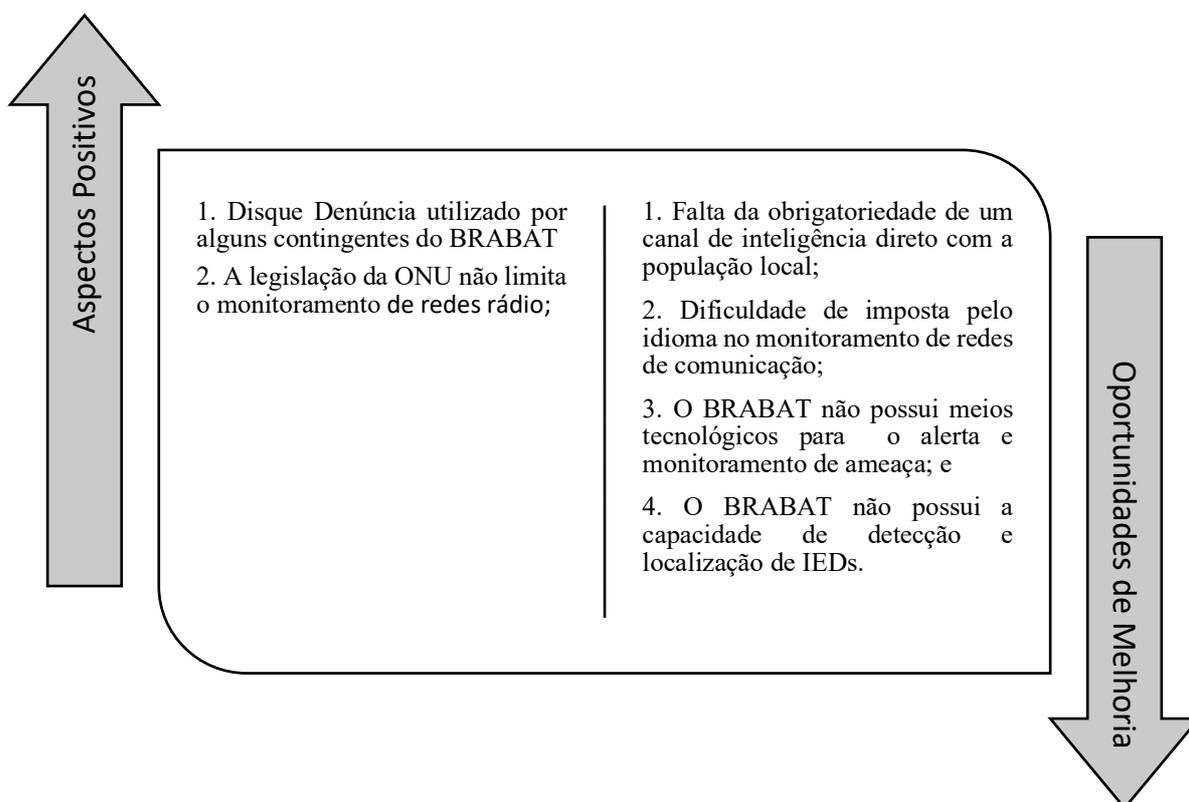
#### **4.4.2 Ameaça de explosivos improvisados**

O uso de dispositivos explosivos improvisados (IEDs – sigla em inglês) contra os integrantes da ONU não foi uma realidade durante a MINUSTAH, mas está presente em outras

PKOs, como na MINUSMA, na MINUSCA e na MONUSCO. Apesar de não ser uma preocupação na MINUSTAH, identificou-se que o BRABAT não possuía a capacidade de detecção de IEDs. Apenas a Companhia de Engenharia Brasileira de Força de Paz (BRAENGCOY) possuía equipamentos e pessoal adestrado para lidar com esses tipos de artefatos explosivos.

A BRAENGCOY fazia parte do contingente brasileiro na MINUSTAH, sua missão principal englobava apoiar a mobilidade das tropas da ONU e a reconstrução do país hospedeiro, não tendo por missão prover os meios de inteligência necessários para localizar e identificar IEDs, em prol das operações militares. Por este motivo, todos os entrevistados foram favoráveis para que o BRABAT desenvolva sua própria capacidade, isso face à possibilidade de desdobramento em uma nova PKOs, o que pode acontecer, inclusive, sem que uma Companhia de Engenharia faça parte do contingente.

A maioria das sugestões recebidas para a proteção contra IEDs foge da atividade de inteligência e está mais ligada ao emprego de viaturas com proteção blindada. No entanto, a capacidade de identificação e localização destes artificios fazem parte do escopo da inteligência militar. Várias são as possibilidades de emprego desta capacidade, que varia desde a utilização de cachorros, a detectores de explosivos e até modernos aparatos tecnológicos como sensores termais e detectores de metais. O UNIBAM já elenca alguns equipamentos mínimos que devem ser adotados face a essa ameaça, equipamentos constantes do Apêndice B. O importante é que o BRABAT desenvolva essa capacidade, adequada ao ambiente operacional de cada missão.



Quadro 20: Resumo dos aspectos da área problema – Antecipação de Ações Hostis.  
Fonte: O Autor.

## 5. CONCLUSÃO

O cenário atual para as missões de paz é desafiador. A ONU vive um momento de adaptação e faz uma *mea-culpa* a respeito de suas falhas em reconstruir os países em crise. A A4P admite falhas tanto na capacidade de criar um ambiente seguro e estável, quanto nas estruturas para reconstrução dos países.

O fortalecimento da inteligência militar ao longo das gerações de PKOs pode ser visto como uma das tentativas da ONU em se reinventar, para superar suas falhas e fazer frente aos seus novos desafios. Neste contexto, a A4P marca o início das missões de paz de 5ª Geração, com várias modificações dentro da estrutura das PKOs, sendo a criação da ASIFU na MINUSMA a principal modificação no sistema de inteligência.

Durante a pesquisa foram investigados os problemas na inteligência em PKOs, apontados pelo Relatório Cruz. Da análise da situação brasileira quanto à inteligência em PKOs, o estudo de caso indica que nem todos os problemas apontados pela bibliografia de Walter Dorn e pelo Relatório Cruz são uma realidade para a inteligência nacional. Vários aspectos positivos na inteligência brasileira foram evidenciados, como a mentalidade de inteligência brasileira e a capacidade que o BRABAT possuía em gerar missões contra suas ameaças.

Esses aspectos positivos também podem ser aproveitados para a evolução da atividade de inteligência. O fato de que o BRABAT gerava, mesmo que parcialmente, missões contra suas ameaças evidencia que o ciclo de inteligência funcionava, o que já coloca o BRABAT em uma posição superior aos outros níveis táticos (UNIBAM) relatados por Walter Dorn e pelo Relatório Cruz. Via de regra, os UNIBAM dos países contribuintes de tropas não possuíam capacidade de análise, dependendo de células exógenas, como o JMAC, para unir as informações coletadas e chegar a um produto de inteligência que direciona as ações. Contudo, foi verificado que esses aspectos positivos não são perenes, variaram ao longo dos contingentes. Esse dado, aliado ao fato de não haver um treinamento específico, sistematizado, para a célula de inteligência do BRABAT, antes de seu desdobramento, nos faz inferir que o êxito da célula de inteligência dependia das habilidades individuais (prévias) de seus integrantes e não de um treinamento para o desenrolar da missão.

De forma semelhante, O Brazilian Way of Peacekeeping também se mostrou mais como uma habilidade individual do que um processo utilizado pelo BRABAT. Foi verificado que o BRABAT utilizou de várias atividades de CIMIC para se aproximar da população local. No entanto, essas ações não foram acompanhadas de busca e coletas de dados de inteligência. Ainda, as atividades de CIMIC já possuem uma sistematização dentro das PKOs, mas sua integração com a célula do G2 não é treinada e depende, novamente, da habilidade de individual de relacionamento entre os integrantes do Estado-Maior do BRABAT, sem um plano de busca e coleta de dados que normatize o aproveitamento dessa “facilidade” da inteligência brasileira.

Quanto às oportunidades de melhoria, outros problemas levantados por Walter Dorn e pelo Relatório Cruz se mostraram uma realidade no suporte brasileiro de inteligência em PKOs. As áreas problemáticas de treinamento para missão e prontidão de inteligência se destacaram como as que mais necessitam de melhora em seus processos. Na área de antecipação de ações hostis, o BRABAT funcionou adequadamente na MINUSTAH, porém era uma outra realidade se comparado às ameaças enfrentadas em missões como MONUSCO e MINUSMA. Neste quesito, pode-se considerar que a MINUSTAH se caracterizou por ser um cenário hostil menos complexo, com enfrentamento às gangues locais, sem emprego de artefatos explosivos contra as tropas da ONU. Por este motivo, considera-se necessário que o BRABAT deve adquirir novas capacidades em fontes tecnológicas e em meios de detecção de IEDs.

Outro ponto importante a se destacar é que o estudo não indica que seja necessário uma adaptação na doutrina nacional de inteligência. As entrevistas com os analistas de inteligência e principalmente com o CIE foram bem claras nesse direcionamento. Também, os novos manuais da ONU não fizeram grandes mudanças no arcabouço doutrinário de inteligência, a

intenção foi apenas nivelar conhecimentos, tendo em vista as deficiências apresentadas por alguns países contribuintes de tropa ao longo das PKOs. O grande impacto das novas bibliografias da ONU são as limitações, agora positivadas, para o emprego da inteligência em sua plenitude nas PKOs. Os princípios de independência da inteligência em PKOs e da não-clandestinidade trazem vários óbices e impactos para o emprego da doutrina nacional de inteligência nas PKOs, alguns já identificados por este estudo e outros que só irão surgir ao longo da prática nas missões. O importante é que as soluções para as limitações impostas pela ONU não se percam com o rodízio das tropas e com o término das missões.

É importante perceber que as respostas para o incremento da atividade de inteligência, mesmo que em uma análise doméstica, passam por várias esferas de atuação, do nível estratégico, no plano internacional, até o nível tático, nas responsabilidades do Comandante do BRABAT.

No plano estratégico, percebe-se que as Nações Unidas já estão empenhadas em melhorar a atividade de inteligência nas operações de paz. Observam-se transformações em várias frentes da ONU. Na doutrina, a publicação dos manuais MPKI e PKI Policy normatizaram a atividade de inteligência, com mensagens claras de valorização de uma atividade que antes era marginalizada, e trazendo o arcabouço doutrinário necessário para padronizar e limitar procedimentos de inteligência, tudo de acordo com seus interesses. O novo manual do UNIBAM aumenta o efetivo voltado exclusivamente para a atividade de inteligência em cerca de 900%, de apenas seis integrantes para cerca de cinquenta e quatro, com a inserção dos Pelotões de Reconhecimento e Engajamento, ambos voltados para a inteligência, além da preocupação em deixar a célula do Estado-Maior unicamente com a atividade de orientação e análise, o que irá proporcionar ao UNIBAM a solução de praticamente todos os problemas de efetivo levantados no referencial teórico e no estudo de caso.

A ONU também tem salientado a necessidade de uma maior participação feminina nas PKOs, em especial na atividade de inteligência. Os UNIBAM, por imposição normativa, devem possuir no mínimo 50% do efetivo de seu Pelotão de Engajamento completado pelo segmento feminino, o que irá auxiliar sobremaneira no esforço de busca, pois, como já apresentado nos resultados desta pesquisa, a participação feminina tem a capacidade de potencializar a busca e coleta de dados, atuando em várias áreas onde são muito mais aceitas pela população local.

Ainda no nível estratégico, percebe-se que a falta de integração, o nivelamento doutrinário e o treinamento antes do desdobramento são óbices que só serão solucionados com a participação do Ministério da Defesa, por meio do CCOPAB. O estudo de caso expôs que todas as supracitadas oportunidades de melhoria estão relacionadas ao fato de a célula de

inteligência ser conjunta, devido a participação das três forças singulares no G2 do BRABAT, dificultando a integração e impactando em um baixo desempenho inicial na missão. Como a rotação dos contingentes acontecia a cada seis meses, o que é considerado um período relativamente curto para a aquisição de uma consciência situacional do ambiente operacional, a célula do G2 só atingia sua plena capacidade em gerar missões contra as ameaças já no meio para o final de seu período na missão, e, pior que isso, havia falhas na transmissão do conhecimento, o que implicava em um retrabalho a cada troca de contingente.

No nível operacional, dentro das forças singulares, verifica-se que a Marinha do Brasil está em tratativas para cadastrar um curso/estágio de inteligência em operações de paz, no Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav). Como verificado durante o estudo de caso, um curso de inteligência para as PKOs é uma necessidade para aprimoramento dos processos, assim como pode agregar na manutenção dos conhecimentos e das melhores práticas, evitando que a *expertise* se perca com a troca dos contingentes nas missões. No entanto, entende-se que o melhor local para a realização deste curso seria o CCOPAB, com a participação de integrantes do CIE, isso se explica pela maior vocação do CCOPAB para as missões de cunho terrestre. Porém, em qualquer lugar em que ocorra o referido estágio já será um grande avanço para a inteligência brasileira em PKOs.

Também no nível operacional, o Comando de Operações Terrestres (COTER) e o Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex) podem colaborar com o aprimoramento da atividade de inteligência em PKOs. O COTER, por meio da Seção de Missões de Paz pode direcionar recursos para a aquisição de meios tecnológicos mais eficientes, em acordo com o previsto no novo manual do UNIBAM (Apêndice B), solucionando a defasagem tecnológica identificada pelo estudo de caso. Ainda, este órgão de direção operacional do Exército Brasileiro pode fazer gestões para solucionar os entraves logísticos que atrapalham as mudanças no rodízio da célula de inteligência, ampliando a permanência dos elementos de inteligência na missão ou fazendo um rodízio escalonado, de forma que não ocorram soluções de continuidade na troca dos contingentes. O Gab Cmt Ex é o responsável pela seleção de pessoal especializado para as missões de paz. Neste sentido, com a participação do CIE, foi o responsável por selecionar os efetivos que integraram a célula de inteligência do BRABAT. Sendo assim, face às deficiências encontradas na pesquisa, sugere-se que seja dada atenção especial à capacidade de análise de dados. Não basta que sejam selecionados especialistas em inteligência militar para ocupar os cargos do BRABAT, como prevê o novo manual do UNIBAT, a célula do G2 é exclusivamente voltada para a orientação e análise de dados, sendo assim, essas vagas de

analistas devem ser preenchidas por militares com, no mínimo, o curso intermediário de inteligência.

Além disso, sugere-se que o Gab Cmt Ex ou o COTer estipule que o Pelotão de Reconhecimento do BRABAT seja mobiliado pelos integrantes das Companhias de Reconhecimento e Vigilância (Cia Rec Vig) dos Batalhões de Inteligência Militar (BIM). O Exército Brasileiro tem ampliado suas capacidades de inteligência militar, com a criação de vários BIM. Atualmente, o 6º BIM já possui todas as suas capacidades de inteligência militar e sua Cia Rec Vig é uma fração especializada em reconhecimentos de inteligência com equipamentos e quadros de pessoal preparados para esta atividade. O emprego destes elementos no BRABAT traria uma mútua vantagem, por um lado teria-se uma fração altamente especializada para emprego do Cmt BRABAT, por outro traria um enriquecimento para a doutrina de inteligência militar nacional, com o adestramento de seus quadros.

Do exposto, fica patente que o Cmt BRABAT não possui capacidade de gerenciar a maioria das soluções aqui apresentadas, dependendo de instâncias acima de seu nível decisório para a melhoria dos processos de inteligência. Durante a fase do preparo do BRABAT, ainda em território nacional, entende-se que o Cmt do BRABAT tem pouca ingerência para aprimorar o treinamento de inteligência, devido às várias limitações já destacadas. Porém, na fase de emprego, já no país hospedeiro, observa-se que ele será o grande responsável por fazer as células de seu Estado-Maior trabalharem em sinergia, com todos colaborando para o esforço de inteligência, o que pode viabilizar as várias soluções constantes do Apêndice C, fazendo com que o BRABAT supere as deficiências advindas das imposições da ONU.

Ao longo das missões de 3ª e 4ª Geração, o Brasil se destacou principalmente pela sua participação na MINUSTAH, o que impactou no alargamento de suas responsabilidades junto a ONU, recebendo a liderança da missão no CONGO. Após o término da MINUSTAH, verifica-se uma abrupta queda na participação brasileira nas PKOs, com a recusa brasileira aos convites para participar da Missão da ONU na República Centro-Africana. No entanto, no ano de 2021, em palestras na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, tanto o Comandante do Exército Brasileiro, quanto o Comandante do Centro de Inteligência do Exército demonstraram serem favoráveis ao retorno do envio de tropas brasileiras para PKOs. Assim, face ao provável retorno de tropas brasileiras às PKOs, um de seus principais óbices será o nível de complexidade das missões de última geração, principalmente no tocante à inteligência militar.

Atualmente, a agenda A4P anuncia um processo de transformação da ONU, no qual percebe-se o fortalecimento da inteligência militar. Essa transformação pode ser vista como

uma tentativa da ONU em se reinventar, para superar suas falhas e fazer frente aos seus novos desafios. Neste cenário, visualiza-se o surgimento de uma 5ª Geração de missões de paz, com várias modificações dentro da estrutura das PKOs, sendo a criação da ASIFU, na MINUSMA, a principal alteração no sistema de inteligência.

A MINUSMA tem mostrado que a inteligência militar é um dos focos de atenção desta nova fase de PKOs. No entanto, salvo raras exceções, verifica-se que apenas os países da OTAN tem demonstrado capacidade militar para participar das estruturas mais modernas na inteligência em PKOs, como Rietjens e Dorn (2017, p. 201) apontam, a ASIFU é constituída principalmente com tropas e analistas dos países da OTAN.

Neste sentido, após o término da MINUSTAH, nota-se uma ausência da participação brasileira nas principais estruturas de inteligência da ONU, como nos JMAC e nas tropas que integram a ASIFU, o que demonstra uma menor inserção nas missões mais robustas da ONU e em seus processos decisórios. Essa constatação vai de encontro aos Objetivos Nacionais de Defesa brasileiros, no tocante ao aumento de responsabilidades em operações internacionais, sob o mandato de organismos multilaterais (BRASIL; DEFESA, 2020, p. 72).

Por fim, de todas as propostas para a melhoria da atividade de inteligência brasileira em PKOs, apresentadas nesta investigação científica, o cadastramento de tropas<sup>34</sup>, especializadas em inteligência militar, no sistema de prontidão da ONU é a mais contundente. Este seria o primeiro passo para unir o Brasil ao seletivo grupo de países que se utilizam de sua capacidade em inteligência militar para projetar poder no concerto das nações.

---

<sup>34</sup> O Brasil possui, em seus Batalhões de Inteligência Militar (BIM), Companhias de Reconhecimento e Vigilância à semelhança das empregadas pela ASIFU na MINUSMA, que poderiam ser cadastradas no sistema de prontidão da ONU.

## REFERÊNCIAS

ABDNUR, A. et al. O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. **Instituto Igarapé**, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Edição Especial – Coletânea de artigos, Rio de Janeiro, p. 101-112, out. 2017. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape/minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>> Acesso em 18 out. 2020.

ABDENUR, A. E.; CALL, C. T. A “**Brazilian Way**”? **Brazil’s Approach to Peace building Rising Powers and Peacebuilding**, 2017a.

ABDENUR, Adriana Erthal. Rising Powers in Stormy Seas: **Brazil and the UNIFIL Maritime Task Force**. *International Peacekeeping*. Vol. 23, nº 3, 2016, p. 389-415.

ABILOVA, O.; NOVOSSELOFF, A. Demystifying Intelligence in UN Peace Operations: Toward an Organizational Doctrine. **International Peace Institute**, p. 36, 2016.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Editora Usina do Livro, 2005.

BAIER, J. K. “**Mapping the Human Terrain**” a **Key to Operational Effectiveness for Future Peace Operations**. [s.l.] Peace Operations Training Institute, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONAVITA, T. B. de A. **A Atividade de Inteligência nas Operações das Nações Unidas – Uma Perspectiva Brasileira sobre a MINUSTAH**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Instituto Meira Mattos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. **Uso da Força nas Operações de Paz: Solução ou Problema?** In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado. Entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012. Cap. 2, p. 49-68.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 14 out. 2020a.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 4376, de 13 de set de 2002. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei Nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4376.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4376.htm)>. Acesso em: 15 out. 2020b.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 4872, de 06 de nov de 2003. **Dá nova redação aos arts. 4º, 8º e 9º do Decreto no 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4872.htm)>. Acesso em: 15 out. 2020c.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.793, de 29 de junho de 2016b. **Fixa a Política Nacional de Inteligência.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm)>. Acesso em: 18 out. 2020d.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior. **Batalhão de Inteligência Militar.** Manual de Campanha. EB70MC-10.302. 1ª edição. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Geointeligência.** Manual Técnico. EB70-MT-70.402. 1ª edição. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2019a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Inteligência Militar Terrestre.** Manual de Fundamentos. EB20-MC-10.107. 2ª edição. Brasília-DF: Estado-Maior do Exército, 2015a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Inteligência.** Manual de Campanha. EB20MC-10.207. 1ª edição. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar.** Manual de Campanha. EB70MC-10.307. 1ª edição. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Produção do Conhecimento de Inteligência.** Manual Técnico. EB70-MT-10.401. 1ª edição. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2019b.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. **Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm)>. Acesso em: 13 out. 2020e.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional,** 2020, Disponível em <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf)>. Acesso em 13 out. 2020f.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **MD 34-M-02 - Manual de operações de paz.** Brasília, Brasil: Ministério da Defesa, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01 – Glossário das Forças Armadas.** Brasília, Brasil: Ministério da Defesa, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Relações Exteriores,** Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em 13 out. 2020g.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa,** 2020, Disponível em <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso.pdf)>. Acesso em 20 out. 2020h.

CARLEY, K. Content Analysis. In: **The Encyclopedia of Language and Linguistics.** 2. ed. Edinburgh: Pergamon Press, 1990. p. 725–730.

CEPIK, M.; KUELE, G. Inteligência em Operações de Paz da ONU: Déficit Estratégico, Reformas Institucionais e Desafios Operacionais. **Revista Dados**, v.59, n.4, p. 963-993, 2016.

CLAUSEWITZ, C. VON. Da Guerra. p. 857, 1984.

CRESWELL, J. W. **MÉTODOS QUALITATIVO, QUANTITATIVO E MISTO**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa -Escolhendo entre cinco abordagens**. 3ª ed. São Paulo, Brasil: Penso Editora Ltda, 2014.

DORN, A. W. Intelligence-led peacekeeping: The United Nations stabilization mission in Haiti (MINUSTAH), 2006–07. **Intelligence and National Security**, v. 24, n. 6, 2009.

DORN, A. W. United Nations Peacekeeping Intelligence. In: JOHNSON, Loch K. (Ed.). **The Oxford Handbook of National Security Intelligence**. Oxford University Press, 2010.

DRISKO, J. W.; MASCHI, T. **Content Analysis**. USA: Oxford University Press, 2016. v. 1.  
ERIC, A. S. **Training for Success: Intelligence Training in Support of Humanitarian Assistance Operations**, 2016.

FAGERLAND, M. G.; THESIS, M.; COMMAND, N. D. UN Peace Operations and Intelligence. 2017.

FERNANDES, R. C. Respeito e honra ao Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**, p. 112–117, 2017.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: IRBr/FUNAG, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GONZÁLEZ, Roberto J. **Militarizing culture: Essays on the warfare state**. Routledge, 2016.

HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 9, p. 1277–1288, 2005.

KIPP, Jacob et al. **The Human Terrain System: A CORDS for the 21st Century**. FOREIGN MILITARY STUDIES OFFICE (ARMY) FORT LEAVENWORTH KS, 2006.

KLANOVICZ, J. Fontes Abertas: Inteligência e uso de imagens. **Revista Brasileira de inteligência**. Brasília, DF, v. 2, n. 2, abr. 2006.

KOHLBACHER, F. The Use of Qualitative Content Analysis in Case Study Research. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 7, n. 1, p. 21, 2006.

LEVY, P. **Research Design - Quantitative, Qualitative, Mixed Methods, Arts-Based, and Community-Based Participatory Research Approaches**. New York, United States of America: The Guilford Press, 2017.

MAYRING, P. Qualitative Content Analysis. **SAGE Open**, v. 4, n. 1, 2014.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 25 set. 2022.

MURRAY, W. Clausewitz out, Computers in: Military Culture and Technological Hubris. **War, Strategy, and Military Effectiveness**, p. 61–71, 2011.

NANG, R. N. et al. A qualitative content analysis of global health engagements in peacekeeping and stability operations institute's stability operations lessons learned and information management system. **Military Medicine**, v. 180, n. 4, p. 409–418, 2015.

NEUENDORF, A. K. **The Content Analysis Guidebook**. Second ed. United Kingdom: SAGE, 2019.

NOVAES, A. A pacificação de Bel Air. **Instituto Igarapé**, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Edição Especial – Coletânea de artigos, Rio de Janeiro, p. 51-56, out. 2017. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf> Acesso em 18 out. 2020.

OLIVEIRA, W. A. DE. **Brazilian Way of Peacekeeping: O jeito brasileiro nas operações de manutenção da paz**, 2018. Disponível em: [http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage\\_assunto.php?id=119](http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=119) Acesso em: 10 nov. 2020.

PEREIRA, V. A. **A inteligência militar brasileira na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti sob o enfoque das operações militares de não guerra**. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2014.

PEREIRA, V. A. A MINUSTAH ante as características das operações de não guerra: implicações para o emprego da inteligência militar terrestre nas operações de paz. **Revista Giro do Horizonte**, 2016.

PINHEIRO, A. P. **General Ajax destaca futuras ações na Missão das Nações Unidas**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/general-ajax-destaca-futuras-aco-es-na-missao-das-nacoes-unidas-no-haiti>. Acesso em: 25 maio. 2021.

REIS, João et al. Military Training Mission in Iraq: An Exploratory Case Study Research. In: **International Conference of Research Applied to Defense and Security**. Springer, Singapore, 2020. p. 283-292.

RIETJENS, S.; DORN, W. A. Perspectives on Military Intelligence from the First World War to Mali. In: **Perspectives on Military Intelligence from the First World War to Mali**. [s.l.] Asser Press, 2017. p. 196–219.

RODRIGUES, A. D. O.; MIGON, E. X. F. G. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. **Carta Internacional**, v. 12, n. 3, p. 77, 2017.

THEUNENS, Reynaud; UNIFIL, Chief JMAC. **Achieving Understanding in Contemporaneous UN Peace Operations: the Joint Mission Analysis Centre (JMAC)-the All Source Information Fusion Unit (ASIFU)**. 2015.

TZU, SU. *A Arte da Guerra*. **Novo Século**. São Paulo, SP, 2015.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping**. New York, 2019a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **GUIDELINES ON Acquisition of Information from Human Sources for Peacekeeping-Intelligence (HPKI)**. New York, 2020.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Improving security of United Nations: we need to change the way we are doing business** (Cruz report). n. November, 2017.

UNITED NATIONS. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/action-for-peacekeeping-a4p>. Acesso em 26 maio. 2022.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Military Peacekeeping-Intelligence Handbook (MPKI HB)**. New York, 2019b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **POLICY ON Peacekeeping-Intelligence**. New York, 2019c.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Army. **ADP 2-0 - INTELLIGENCE**. Washington, DC, 2018. Disponível em: <[https://fas.org/irp/doddir/army/adp2\\_0.pdf](https://fas.org/irp/doddir/army/adp2_0.pdf)>. Acesso em 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Headquarters, Department of the Army Headquarters, United States Marine. **Open Source Intelligence**. ATP 2-22.9, MCRP 2.10A.3. Washington, DC, 2017.

\_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. **Doctrine for Intelligence Support to Joint Operations**. Joint Publication 2-0. Washington, DC, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Countering Threats Networks**. Joint Publication 3-25. Washington, DC, 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Joint Intelligence Preparation of the Operational Environment**. Joint Publication 2-01.3. Washington, DC, 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Intelligence Support to Targeting**. Joint Publication 2-01.1. Washington, DC, 2003.

VIERA NETO, F. P. A epopéia brasileira no Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**, p. 16–23, 2017.

**APÊNDICE A – QUESTIONAMENTOS BASE PARA O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

**Suporte de Inteligência na MINUSTAH**

<b>Variável Independente</b>	<b>Variáveis Dependentes</b>	<b>Área problema</b>	<b>Questionamentos</b>	<b>Resultado Esperado</b>
JMAC	Planejamento das Ações	Mentalidade e Comportamento Operacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A rotação semestral de todas as equipes de Intlg prejudicou a manutenção do contexto operacional?</li> <li>- O JMAC orientava ações do componente militar?</li> <li>- Como eram realizadas a busca/coleta das necessidades de Intlg do JMAC?</li> <li>- Como é realizada a obtenção de informações afetas a outras expressões do poder que não somente a militar?</li> <li>- O compartilhamento de dados de Intlg com outras células da MINUSTAH era efetivo?</li> </ul>	Obtenção da Iniciativa PKOs guiadas pela Intlg
		Treinamento para a Missão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a estrutura do JMAC na MINUSTAH? Existia um integrador de fontes?</li> <li>- Os integrantes brasileiros do JMAC eram especialistas em inteligência?</li> <li>- Houve um treinamento específico a cerca das atividades no JMAC, antes do desdobramento para missão?</li> <li>- Houve algum treinamento, já durante a missão?</li> <li>- O idioma causou alguma limitação no exercício das funções no JMAC?</li> <li>- Qual a sua avaliação sobre o treinamento/adestramento dos brasileiros para participar do JMAC?</li> </ul>	Melhoria do desempenho
		A inteligência não é funcional e não gera ação de missão contra ameaças.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os produtos de Intlg do JMAC visavam a tomada de decisão no nível tático (Batalhões de Força de Paz)?</li> <li>- Os produtos de Intlg do JMAC visavam a obtenção de dados contra as ameaças na MINUSTAH (Dispositivo, Composição, Valor, Atividades e Peculiaridades)?</li> <li>- O JMAC respondia aos pedidos de Intlg dos Batalhões de Força de Paz?</li> </ul>	Intlg funcional no nível tático

	Acompanhamento do cumprimento da missão	Prontidão em missão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O JMAC coletava/buscava dados com a população local? Quem executava a busca/coleta?</li> <li>- As outras agências da ONU e ONG colaboravam com o esforço de busca de dados?</li> <li>- Existia uma rede de colaboradores cadastrados das diversas agências (ONU, ONG, PNH, Lideranças Locais, Governo Haitiano, etc)?</li> <li>- Existia algum Canal de Intlg direto com a população para receber avisos/denúncias?</li> <li>- Qual a sua percepção sobre o emprego de uma Companhia de Reconhecimento e Vigilância para realizar ações de busca/coleta em proveito da MINUSTAH?</li> </ul>	Desempenho, Segurança e Proteção
	Antecipação de ações hostis	Inteligência para prover a segurança da população e dos peacekeepers	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O JMAC tinha por responsabilidade prover o alerta contra ameaças a população local e aos peacekeepers ?</li> <li>- Como esse alerta era gerado?</li> </ul>	Proteção de Civis e Peacekeepers
		Ameaça de emboscadas	- O JMAC desdobrava ações de Intlg para antecipar ameaças de emboscada?	Proteção nas operações de paz
		Ameaça de explosivos improvisados	- O JMAC tinha por responsabilidade/capacidade de Intlg para a detecção de explosivos improvisados?	

## Suporte de Inteligência na MINUSTAH

Variável Independente	Variáveis Dependentes	Área Problema	Questionamentos	Resultado Esperado
BWPK	Planejamento das Ações	Mentalidade e Comportamento Operacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A equipe de Intlg do BRABAT deve rotacionar no máximo em 50% para que se mantenha a experiência no contexto operacional?</li> <li>- Qual a composição da célula de Intlg de um BRABAT?</li> <li>- Existe de um integrador de fontes na Central de Intlg?</li> <li>- o G2 recebe com antecedência as Necessidades de Inteligência (NI) para a execução das operações?</li> </ul>	Obtenção da Iniciativa PKOs guiadas pela Intlg
		Treinamento para a Missão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Houve um treinamento específico acerca das atividades do G2, antes do desdobramento para missão?</li> <li>- Houve algum treinamento, já durante a missão?</li> <li>- O idioma causou alguma limitação no exercício das funções no G2?</li> <li>- Qual a sua avaliação sobre o treinamento/adestramento para participar da célula de Intlg do BRABAT?</li> </ul>	Melhoria do desempenho
		A inteligência não é funcional e não gera ação de missão contra ameaças.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Seção de Inteligência era dotada de uma estrutura de trabalho flexível ajustável às necessidades do comandante?</li> <li>- As patrulhas (subunidades) recebiam quais Necessidades de Inteligência deveriam ser coletadas?</li> <li>- Qual sua visão sobre o BRABAT ter equipes de inteligência suficientes (pelo menos 4) para superar a fragmentação das unidades em vários locais e fornecer às tropas uma consciência situacional clara e oportuna?</li> <li>- Quais as fontes disponíveis ao G2 para realizar busca/coleta de informações?</li> <li>- Faltavam meios/equipamentos?</li> <li>- O que dificultou a busca/coleta de dados?</li> <li>- O que dificultou a análise de dados?</li> </ul>	Intlg funcional no nível tático

			- O G2 conseguia realizar a análise dos dados e proporcionar ao Cmt uma consciência situacional sobre as ameaças?	
	Acompanhamento do cumprimento da missão	Prontidão em missão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O G2 coletava/buscava dados com a população local? Quem executava a busca/coleta?</li> <li>- O G9 auxiliava na obtenção de dados com a População Local?</li> <li>- Acredita que um elemento com especialização em Inteligência Militar no G9 iria favorecer a criação de uma rede de colaboradores abrangente nos diversos órgãos e atores participantes ?</li> <li>- As ações de CIMIC eram aproveitadas para a obtenção de dados?</li> <li>- Qual a sua percepção sobre a inclusão de mulheres no esforço de busca/coleta de dados?</li> <li>- O “<i>modus operandi</i>” brasileiro facilitou a busca/coleta de dados com a população local?</li> </ul>	Desempenho, Segurança e Proteção
	Antecipação de ações hostis	Inteligência para prover a segurança da população e dos peacekeepers	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existia algum canal de Intlg direto com a população para receber avisos/denúncias?</li> <li>- Como se obtinha o alerta precoce para as ameaças à população local e ao BRABAT?</li> </ul>	Proteção de Civis e Peacekeepers
		Ameaça de emboscadas	- Havia a realização de patrulhas de reconhecimento ou inteligência avançada voltadas para a antecipação de emboscadas?	Proteção nas operações de paz
		Ameaça de explosivos improvisados	- O BRABAT ou Companhia de Engenharia de Força de Paz tinha capacidade de inteligência para detectar e desarmar IEDs?	

**APÊNDICE B – SUGESTÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR PARA AS FRAÇÕES DE INTELIGÊNCIA**

Item	Unidade						Total	Observações
	QG	1ª SU Mec	2ª SU Mec	3ª SU Mec	4ª SU Mec	SU Cmdo Ap		
<b>Veículos de Reconhecimento</b>								
Com rodas	-	-	-	-	-	4-6 kkk	4 a 6	Para reconhecimento Pelotão
<b>Equipamento de Proteção e vigilância</b>								
Câmeras diurnas e noturnas (conjunto de 5)	-	-	-	-	-	4	4	01 Para integrar com a rede CCTV do Centro de Operações do QG e 01 por cada Base de Operações (03)
Câmera dome de vigilância da base interna (360° + visão térmica)	-	-	-	-	-	5	5	01 Para integrar com a rede CCTV do Centro de Operações do QG e 01 por cada Base de Operações (03)

Radar de vigilância	-	-	-	-	-	4	4	1 para o QG e 1 para cada Base Operações Temporária (03)
<b>Sistemas Aéreos Não Tripulados (UAS)</b>								
UAS miniatura (até 2 kg e 200 pés)	-	1	1	1	1		4	Um sistema completo, uma estação de controle de solo e peças de reposição
Sistema C-UAS	-	-	-	-	-	-	-	Conforme necessário
<b>Equipamento de Observação e Posicionamento</b>								
Binóculos	5	22	22	22	22	12	105	
Dispositivos de visão noturna	2	22	22	22	22	10	100	
Dispositivos de visão noturna	1	1	1	1	1	1	6	tripé montado
GPS	3	16	16	16	16	3	70	
GPS veicular montado	7	15	15	15	15	14	81	1 por cada veículo de combate, veículo de reconhecimento e ambulância

Equipamento EOD								
Bloqueador de sinal (jammer) contra explosivo improvisado activado por dispositivo remoto	-	2	2	2	2	-	8 ▪	
Detector de metal	-	2	2	2	2	4	12 ▪	

Tabela 1: Material mínimo para emprego no suporte de inteligência em PKOs

Fonte: UNIBAM (ONU, 2020)

O UNIBAM ainda sugere outros equipamentos de maior capacidade tecnológica, que podem aumentar a eficiência operacional das forças de paz em PKOs.

### Câmeras de capacete

- **Finalidade** . Para facilitar o registro em tempo real das informações no local das operações.
- **Especificações** . Bateria de alta definição, peso leve, 5 horas e além da capacidade de gravação, rápido para iniciar, fácil de montar.

### UAV tático

- **Finalidade** . Facilita o monitoramento em tempo real das operações e retransmite informações críticas em apoio às operações de manutenção da paz, apoiando assim o Processo de Tomada de Decisão Militar da ONU. Usado para tarefas de proteção de força, para detectar a presença de grupos armados ou para apoiar os esforços de combate a IEDs.
- **Especificações** . Classe I Micro e Mini UAS, decolagem e aterrissagem verticais (VTOL), portátil, compacto, controle de voo automático, retransmissão direta do fluxo de vídeo para a unidade no solo, leve, sensores diurnos e noturnos.

### **Radare de Vigilância Terrestre**

- **Finalidade** . Para fornecer alerta antecipado de ameaças às Bases Operacionais e para proteção da Força.
- **Especificações** . Localiza e identifica movimentos de pessoas e veículos, alcance mínimo de 2.000 metros, portátil e com fonte de energia alternativa.

### **Rastreador Eletrônico**

- **Finalidade** . Acompanhar e monitorar a movimentação de pessoal, veículos e helicópteros a partir de um mapa digital localizado no Centro de Operações do Batalhão.
- **Especificações** . Rastreamento em tempo real de GPS, monitoramento por satélite, exibição de mapa digital, processo de 300 entidades.

### **Veículo protegido contra minas**

- **Finalidade** . Fornece proteção contra minas, engenhos explosivos não detonados (UXO) e IEDs.
- **Especificações** . Proteção contra explosão de mina/UXO/IED, proteção balística, alta mobilidade protegida, configurações 4x4, montável em arma de torre.

### **Veículos protegidos contra emboscadas e resistentes a minas**

- **Finalidade** . Fornece proteção contra IEDs, minas e UXOs.
- **Especificações** . Proteção contra minas, IEDs e forte proteção contra fogo de armas pequenas durante emboscadas.

**APÊNDICE C – AÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA EM PKOs**

EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA EM PKOs				
Conhecimentos de Inteligência	Área Problema	Oportunidades de melhoria	Ações para a evolução da Intlg PKOs	Nível decisório da solução
Planejamento das Ações	Mentalidade e comportamento operacional	1. Equipamentos inadequados.	Aquisição de equipamentos conforme Apêndice B e softwares de análise de dados	Exército Brasileiro
		2. Falta de integração por ser uma Célula de Intlg Conjunta.	Estágio centralizado sobre inteligência em PKOs	MD
		3. Nível de preparo parcialmente adequado na chegada para a missão.		
		4. Dependência de informações dos antecessores.	Aquisição de sistema de Banco de Dados	ONU
		5. Dependência das HUMINT	Inserção de especialistas em outras fontes de obtenção de dados (SIGINT, OSINT, GEOINT e CYBINT), além da aquisição de equipamentos e softwares para as referidas fontes.	Forças Singulares
		6. Efetivo incompatível para as atividades.	Solucionado pelo novo efetivo previsto pelo UNIBAM	ONU
	Prontidão operacional antes do desdobramento	1. Treinamento deficiente;	Seleção de militares com no mínimo o Curso Intermediário de Inteligência (C Itr Intlg)	Forças Singulares
		2. Falta de um estágio específico para a Intlg em PKOs;	Estágio centralizado sobre inteligência em PKOs	MD
		3. Impossibilidade do uso de informantes; e	Aumentar a rede de colaboradores e outras fontes de dados.	Forças Singulares
		4. Quando ocorria uma preparação de Intlg, esta era voltada mais fortemente	Estágio centralizado sobre inteligência em PKOs	MD

		para confecção de documentações, modelos e outros.		
	A Inteligência não é funcional e não gera ação de missão contra as ameaças	1. Deficiência na capacitação dos integrantes da célula do G2;	Estágio centralizado sobre inteligência em PKOs	MD
		2. Falta de experiência de campo da célula do G2;	Diminuição da rotação dos integrantes da célula do G2	MD
		3. Falta de integração de dados com outros contingentes (banco de dados)	Aquisição de sistema de Banco de Dados	ONU
		4. Falhas nas fases da coleta/busca e análise de dados para as atividades.	- Seleção de especialistas em busca de dados (GEOINT, CYBINT, SIGINT e IMINT); - Inserção do segmento feminino nas HUMINT; - Analistas com C Int Intl; e - Aquisição de equipamentos e softwares de busca e análise de dados	Forças Singulares
Acompanhamento do cumprimento da missão	Prontidão em missão	1. Rotação de 100% do efetivo provoca a perda da prontidão operacional;	Diminuição da rotação dos integrantes da célula do G2	MD
		2. Deficiência na busca de dados	- Seleção de especialistas em busca de dados (GEOINT, CYBINT, SIGINT e IMINT); - Inserção do segmento feminino nas HUMINT; - Aquisição de equipamentos e softwares de busca de dados.	Forças Singulares
		3. Deficiência na análise dos dados (software defasados e banco de dados rudimentar)	- Analistas com C Int Intl; e - Aquisição de softwares de análise de dados	Forças Singulares
		4. Pouco efetivo para a atividade de Intl;	Solucionado pelo novo efetivo previsto no UNIBAM	ONU
		5. Falta de outras fontes de informação além das HUMINT	Seleção de especialistas em busca de dados (GEOINT, CYBINT, SIGINT e IMINT);	Forças Singulares

		6. Entraves logísticos para mudar a rotação do efetivo	Ingerência do MD	MD
		7. Ausência da participação feminina na atividade de Intlg;	Solucionado pelo novo efetivo previsto no UNIBAM	ONU
		8. Célula do G2 com encargos de busca;	Solucionado pelo novo efetivo previsto no UNIBAM	ONU
		9. Falta de um planejamento integrado entre o G2, G9 e G10; e	Estágio centralizado sobre inteligência em PKOs	MD
		10. Analistas de Intlg com capacitação inadequada.	Analistas com C Int Intlg;	Forças Singulares
Antecipação de possíveis ações hostis	Ameaça de emboscadas e explosivos improvisados	1. Falta da obrigatoriedade de um canal de inteligência direto com a população local;	- Manutenção de melhores práticas - Estágio centralizado sobre inteligência em PKOs	MD
		2. Dificuldade de imposta pelo idioma no monitoramento de redes de comunicação;	- Contratação de intérpretes	ONU
			- Maior quantidade de militares habilitados no idioma local	Forças Singulares
		3. O BRABAT não possui meios tecnológicos para o alerta e monitoramento de ameaça; e	- Aquisição de equipamentos conforme o Apêndice B	Forças Singulares
4. O BRABAT não possui a capacidade de detecção e localização de IEDs.	- Aquisição de equipamentos conforme o Apêndice B	Forças Singulares		